

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2012, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações iniciais

O ano de 2013 iniciou com uma mudança estrutural relevante no setor elétrico: a implantação, em janeiro, da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE nas distribuidoras de energia elétrica em função da homologação das novas tarifas decorrentes da aplicação da Lei 12.783/13, que tratou da extensão das concessões de geração e transmissão que venceriam em 2015. Com isso, foi possível reduzir as tarifas de energia elétrica, na média, em 20% para todos os consumidores do País. A atuação do governo federal teve como principal mote o aumento da competitividade da indústria brasileira no cenário internacional, além de dar um novo impulso ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do País.

No entanto, devido a não adesão de alguns geradores à nova Lei e a não realização de um leilão para contratação de energia existente ao final de 2012, criou-se uma falha na contratação de energia das distribuidoras em 2013, chamada de exposição involuntária. O montante desta exposição somou aproximadamente 2.000 MW médios de potência, sendo este total liquidado no mercado de curto prazo – MCP. Além disso, dada a hidrologia desfavorável no começo de 2013 e o despacho de usinas termelétricas para garantir o suprimento de energia, os preços no mercado de curto prazo ficaram bastante pressionados, impondo um custo adicional às distribuidoras. Sendo assim, liderado pela CPFL Energia e pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADDEE, o setor elétrico iniciou tratativas com o governo federal com o intuito de mitigar estes custos adicionais para as distribuidoras. Dessa forma, em um prazo bastante expedito, o governo federal anunciou o Decreto 7.945/13, através do qual os fundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foram utilizados para cobrir estas despesas consideradas extraordinárias. Este mecanismo preveniu que estes custos adicionais fossem repassados para as tarifas do consumidor final.

Houve também, durante o ano de 2013, a implementação do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – 3CRTP de 7 das 8 concessionárias de distribuição da CPFL Energia. O resultado deste processo ficou em linha com as expectativas da administração, sendo que atualmente todas as empresas do Grupo já incorporaram os novos parâmetros deste novo ciclo.

Apesar do cenário setorial adverso, a CPFL Energia obteve resultados importantes. As vendas totais de energia para clientes finais tiveram uma expansão de 4,8% em 2013, totalizando 59.854 GWh. No negócio de distribuição, tivemos uma expansão de 3,1% no consumo dentro da área de concessão do Grupo, atingindo 58.463 GWh. O segmento residencial apresentou expansão de 5,9%, o comercial, de 3,6%, enquanto que o industrial teve crescimento de 2,0%. Destacam-se também as vendas de energia da subsidiária CPFL Renováveis, que apresentou expansão de 61,5%, fruto da franca expansão do portfólio de ativos e da consolidação da liderança no segmento de energias alternativas renováveis. O conjunto de projetos que iniciou sua operação comercial durante o ano de 2013 totalizou 130 MW, dos quais 100 MW foram de biomassa e 30 MW foram de eólicas.

Outra frente de avanço foi a implantação da tecnologia *smart grid* nas distribuidoras, que deverá propiciar uma melhor qualidade do serviço prestado aos consumidores e com custos mais baixos. Dos 25.000 medidores inteligentes estimados para esta fase do projeto, cerca de 13.000 já foram instalados. Estes medidores deverão promover um expressivo avanço na

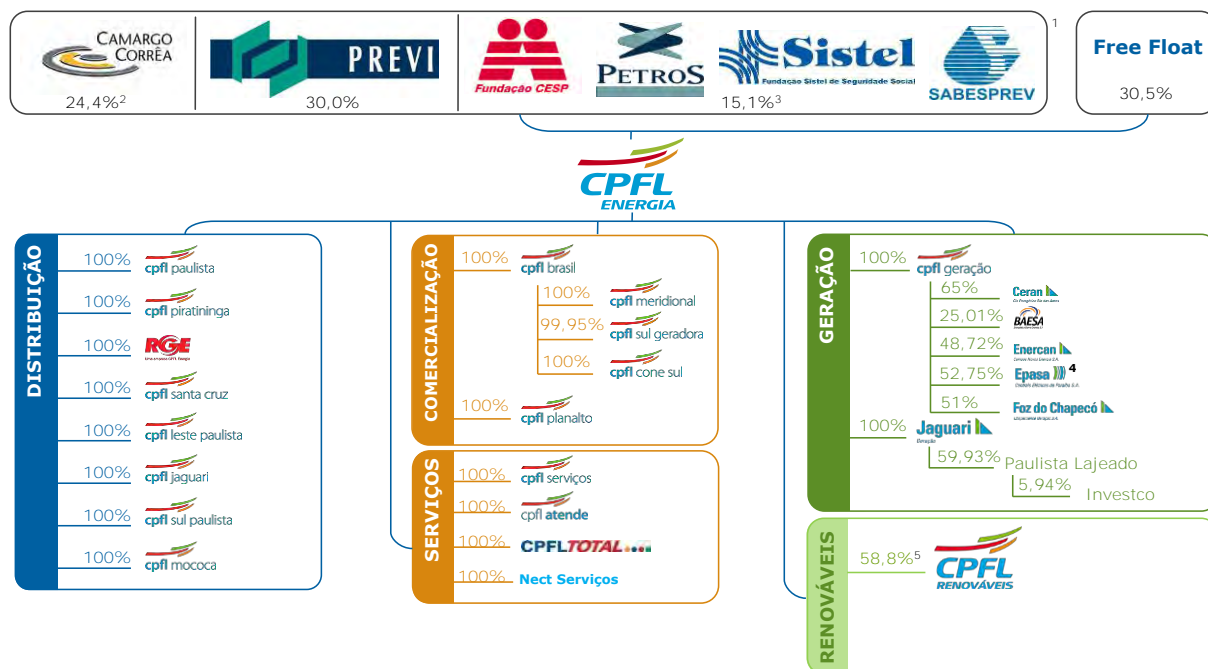
forma de se medir o consumo pelos clientes (telemedição) e monitorar a estabilidade da rede de distribuição. Além disso, as equipes de atendimento de campo serão dotadas de sistemas de posicionamento GPS e comunicação de dados em tempo real, propiciando mais agilidade no atendimento e reduzindo custos com deslocamento destas equipes. Do total de aprox. 1.300 equipes de campo, cerca de 400 já trabalham com esta nova tecnologia.

Importante mencionar também os resultados das iniciativas de redução de custos anunciadas em 2011, principalmente o Orçamento Base Zero – OBZ. Em bases nominais, as despesas com pessoal, manutenção, serviços de terceiros e outros foram reduzidas em 3,8% desde 2011, comparado com uma inflação medida pelo IGP-M de 12,2% no período. Em bases reais, a redução das despesas alcançou 14,9%.

É certo que as exigências regulatórias e os desafios de um cenário adverso impõem grandes obstáculos para todo o setor. No entanto, os resultados alcançados pela CPFL Energia nos últimos anos reforçam a estratégia de crescimento do Grupo, calcada principalmente na disciplina financeira sólida e conservadora, no foco nos resultados financeiros e operacionais, na criação de valor para seus acionistas e na excelência do serviço prestado a todos os seus consumidores.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2013

Notas:

- (1) Acionistas controladores;
- (2) Inclui 0,1% de ações detidas pela Camargo Corrêa S.A.;
- (3) Inclui 0,2% de ações detidas pelos fundos de pensão Petros e Sistel;
- (4) UTEs Termoparaíba e Termonordeste;
- (5) CPFL Energia detém 58,8% de participação indireta na CPFL Renováveis por meio da CPFL Geração.

2. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ritmo de recuperação da economia mundial em 2013 foi moderado, devido a certos fatores que prevaleciam desde o final de 2012. Destacavam-se a possibilidade de uma nova crise financeira na Europa, uma possível desaceleração aguda na China, ou mesmo as fortes dúvidas quanto aos impactos do abismo fiscal na economia dos EUA. Esses eventos foram evitados, mas trouxeram incertezas que levaram a uma retomada mais contida em 2013.

Deste modo, em 2013 o mundo vivenciou momentos de incerteza com implicações sobre a confiança, o investimento e o comércio. Quanto a este último, a demanda mundial desacelerou e grande parte da capacidade produtiva se manteve ociosa, o que estimulou a concorrência entre os países.

No caso do Brasil, apesar da indústria ter voltado a crescer ligeiramente em 2013 (1,2% em 2013 ante -2,6% em 2012), este setor de atividade seguiu sentindo os efeitos da desaceleração global, do câmbio valorizado, de problemas logísticos e de indefinições quanto à condução da política econômica.

Para tentar reverter esse cenário, o governo manteve as medidas de estímulo lançadas em 2012. Além disso, a recente desvalorização do real passou a contribuir para as exportações. No entanto, o país ainda registrou queda da confiança e alta da inflação (sobretudo vindo dos alimentos e da desvalorização da moeda). Por outro lado, o desemprego continuou em baixa, explicando a alta da massa de renda e o resultado positivo do comércio.

A expectativa para 2014 é de mais um ano de crescimento moderado. Estima-se que a alta do

PIB brasileiro passe de 2,3% em 2013 para 1,7% em 2014, conforme expectativas do mercado (Boletim Focus), impulsionado pela melhora da confiança e das exportações. Enquanto isso, a indústria deverá seguir em crescimento moderado. Para o mercado interno, as perspectivas continuam boas, dado o baixo desemprego.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2013 destaca-se a Lei nº 12.783 que estabeleceu um novo marco regulatório para as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de dispor sobre a redução dos encargos setoriais e da modicidade tarifária com a alteração da Lei nº 10.438/2002 que ampliou a utilização da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), em especial, para a subvenção da Subclasse Residencial Baixa Renda.

Segmento de Distribuição

Em relação à **regulação econômica** destacam-se as seguintes regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"): **(i)** REN nº 531/2013 - Altera a metodologia de cálculo das garantias financeiras associadas ao mercado de curto prazo, estabelece critérios e condições para efetivação de registro de contratos de compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); **(ii)** REN 534/2013 - Altera o parágrafo 21 do submódulo 2.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária ("PRORET"), aprovado pela REN 457/2011, referente ao Componente Q a ser aplicado a partir dos reajustes tarifários de abril de 2013; **(iii)** REN 536/2013 - Altera a REN 411/2010, a qual aprova o modelo de edital dos leilões de ajuste para compra de energia elétrica, delega a execução à CCEE e dá outras providências; **(iv)** REN 537/2013 - Aprova os submódulos 8.1, 8.3 e 10.3 dos PRORET, os quais definem conceitos gerais, as metodologias aplicáveis, procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da Estrutura Tarifária e a organização geral e os prazos para a execução dos processos relativos ao Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; **(v)** REN 538/2013 - Estabelece procedimentos relativos ao Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrasetoriais, bem como disciplina a solicitação e a emissão eletrônica do Certificado de Adimplemento; **(vi)** REN 540/2013 - Aprova a Norma de Organização nº 40, da ANEEL, que dispõe sobre realização de Análise de Impacto Regulatório ("AIR") no âmbito da Agência; **(vii)** REN 543/2013 - Altera o submódulo 7.3 dos PRORET referente às Tarifas de Aplicação e os módulos 2, 6 e 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional ("PRODIST"), **respectivamente**, Planejamento da Expansão do Sistema de Distribuição, Informações Requeridas e Obrigações e Cálculo de Perdas na Distribuição; **(viii)** REN 544/2013 - Altera o parágrafo 39 do submódulo 2.3 dos PRORET, aprovado pela REN 457/2011, referente ao Banco de Preços; **(ix)** REN 551/2013 - Aprova a alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica para atender ao disposto na Resolução nº 03/2013, do Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE"); **(x)** REN 552/2013 - Altera a REN 471/2011, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis; **(xi)** REN 554/2013 - Altera a REN 471/2011, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis; **(xii)** REN 565/2013 - Altera o submódulo 7.2 dos PRORET, referente às tarifas de referência da **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD")** Encargos; **(xiii)** REN 568/2013 - Estabelece as condições e prazos para que a CCEE republique o Preço de **Liquidação das Diferenças ("PLD")**; **(xiv)** REN 573/2013 - Altera o parágrafo 39 do submódulo 2.3 dos PRORET, aprovado pela REN 457/2011, referente ao Banco de Preços; **(xv)** REN 578/2013 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Novo Sistema de Contabilização e Liquidação ("**Novo SCL**")"; **(xvi)** REN 581/2013 - Estabelece os procedimentos e as condições para a prestação de atividades acessórias, para o fornecimento de energia elétrica temporária com desconto na tarifa e para a exportação de energia elétrica para pequenos mercados em regiões de fronteira pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; **(xvii)** REN 585/2013 - Altera o submódulo 2.6 dos PRORET referente aos *Rankings* de complexidade socioeconômica; **(xviii)** REN

593/2013 - Altera os submódulos 7.1 e 7.3 dos PRORET referente à aplicação das bandeiras tarifárias; **(xix)** REN 595/2013 - Estabelece as condições e os critérios para o repasse de preço de contrato de compra de energia elétrica, no caso de atraso da entrada em operação comercial de unidade geradora ou de empreendimento de importação de energia vinculado a contrato de venda original celebrado com distribuidora; e **(xx)** REN 596/2013 - Estabelece os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não.

Em relação à **regulação técnica e comercial** destacam-se as seguintes regulamentações: **(i)** REN 518/2013 - Estabelece os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias; **(ii)** REN 547/2013 - Estabelece os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias que prevalece sobre a REN 518/2013; **(iii)** REN 556/2013 - Aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética ("PROPEE"); **(iv)** REN 560/2013 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública ("DUP"), para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados; **(v)** REN 561/2013 - Torna sem efeito a responsabilidade das concessionárias de transmissão e dos usuários com Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST") por indenizar as concessionárias e permissionárias de distribuição pelos valores pagos a título de ressarcimento de danos elétricos em unidades consumidoras realizado nos termos da REN 414/2010; **(vi)** REN 563/2013 - Altera as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural; **(vii)** REN 569/2013 - Modifica a abrangência na aplicação do fator de potência para faturamento do excedente de reativos de unidades consumidoras e altera a REN 414/2010; **(viii)** REN 570/2013 - Estabelece os requisitos e procedimentos atinentes à comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional ("SIN"); **(ix)** REN 572/2013 - Estabelece o procedimento para comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade à concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica ("TSEE") e para validação do cálculo da Diferença Mensal de Receita ("DMR"); **(x)** REN 574/2013 - Estabelece a metodologia e limites para os indicadores de qualidade comercial Duração Equivalente de Reclamação ("DER") e Frequência Equivalente de Reclamação ("FER"); **(xi)** REN 582/2013 - Acrescenta dispositivos, altera redação e acrescenta parágrafo único ao artigo 92 da REN 417/2010 que estabelece procedimentos para a delegação de competências da ANEEL para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos; e **(xii)** REN 587/2013 - Altera o artigo 218 da REN 414/2010 referente às atividades acessórias.

Em 2013, a ANEEL colocou também em discussão, por meio do mecanismo de Audiência Pública ("AP"), outros temas relevantes que ainda não se transformaram em regulamento específico.

Segmento de Geração

Em 2013, o governo definiu os critérios para a prorrogação das concessões com vencimento até 2018, no âmbito da MP nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/13), que considerou a renovação antecipada a partir de 1º de janeiro de 2013, por um período de 30 anos, sem direito a nova prorrogação, com a comercialização da energia por meio do regime de cotas rateada entre todas as distribuidoras. Por conta desse regime, as distribuidoras passam a assumir os eventuais riscos hidrológicos e os custos pelo uso dos recursos hídricos. Neste processo as usinas tiveram direito a indenização dos ativos não amortizados e depreciados integralmente até 31 de dezembro de 2012.

Particularmente no Grupo CPFL Energia, somente as PCHs Macaco Branco e Rio do Peixe (I e II), até então sob a titularidade das distribuidoras CPFL Jaguari e CPFL Leste Paulista, respectivamente, tiveram suas concessões prorrogadas até 2042 e sua titularidade transferida para a CPFL Centrais Geradoras Ltda., controlada da CPFL Energia. Por conta da prorrogação da concessão, coube à PCH Rio do Peixe o direito a indenização da ordem de R\$ 37 milhões.

Outro tema que concentrou as atenções do setor e com forte atuação jurídica, regulatória e institucional da CPFL, foi a Resolução nº 03/2013, do CNPE, que embora estabelecesse a

incorporação de metodologia de aversão a risco nos modelos computacionais utilizados no cálculo do PLD, vindo ao encontro de um antigo pleito dos agentes. Contudo, extrapolando a sua competência, o CNPE criou um novo encargo ao definir que os geradores, comercializadores, consumidores livres e autoprodutores de energia elétrica passariam a participar de rateio do Encargo de Serviço do Sistema ("ESS"), de responsabilidade dos consumidores, repassado pelas distribuidoras via tarifa de fornecimento de energia elétrica para cobertura do despacho adicional das usinas termelétricas, por segurança energética, em função do período hidrológico desfavorável.

Diante da situação de perda iminente, as associações de classe ajuizaram ações, com efeito suspensivo, contra a Resolução nº 03/2013, do CNPE. Várias associações e agentes individualmente obtiveram liminares que suspenderam a aplicação da mesma nas contabilizações da CCEE para o rateio dos custos da geração termoelétrica com geradores e comercializadores. As SPEs de geração de energia elétrica, em que a CPFL detém participação, encontram-se protegidas dos efeitos dessa Resolução, amparadas por liminar concedida à Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica ("APINE").

Destacam-se também os seguintes temas que foram discutidos ao longo de 2013: **(i)** alterações na metodologia para a definição de cálculo das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão ("TUST") para os geradores; **(ii)** procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados de hidrelétricas alcançadas pela MP nº 579/2012; **(iii)** licitações para prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidroelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783/2013 – Leilões de O&M; **(iv)** definição das regras para republicação do PLD; **(v)** alterações nas regras de comercialização, e aqui cabe destacar as discussões em torno da **(a)** Portaria nº 455/2012 que extingue o mercado de energia *ex-post*, com início adiado para 1º de junho de 2014 e **(b)** a nova metodologia para aporte de garantias financeiras, adotadas para reduzir a inadimplência de agentes na CCEE; **(vi)** adaptações para atender exigências de controle e transparência do Tribunal de Contas da União ("TCU") quando do enquadramento de novos projetos de transmissão e de geração no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura ("REIDI").

Assim, para o ano de 2014, fica a expectativa de consolidação das ações parciais conseguidas em 2013, especialmente em relação à Resolução nº 03/2013, do CNPE, e aos desafios relativos à operação do SIN, que apresenta tendência de alta do PLD, o que continuará a demandar elevados níveis de despachos das usinas termelétricas, com implicações sobre os custos de operação do sistema.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2013:

CPFL Piratininga

Em 22 de outubro de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.638, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Piratininga em 7,42%, sendo 9,69% relativos ao Reajuste Tarifário e -2,27% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,91% a ser percebido pelos consumidores. O cálculo levou em consideração a alteração do Reajuste Tarifário referente a 2012, que passou de 8,79% para 8,08%. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2013.

CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa

Em 29 de janeiro de 2013, a Aneel publicou, no Diário Oficial da União, os Índices dos Reajustes Tarifários Anuais de 2013 das distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Reajuste Tarifário Anual (RTA)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Resolução Homologatória	1.476	1.479	1.475	1.484	1.474
IRT Econômico	12,15%	7,96%	10,76%	6,98%	-1,83%
Componentes Financeiros	-2,82%	-1,47%	-8,06%	-4,71%	8,83%
IRT Total	9,32%	6,48%	2,71%	2,27%	7,00%
Efeito Médio	-0,94%	3,36%	2,68%	2,21%	5,10%

Esses reajustes foram aplicados sobre as tarifas definidas na Revisão Tarifária Extraordinária mencionada no item a seguir. As novas tarifas entraram em vigor em 03 de fevereiro de 2013.

Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE) de 2013:

Conforme estabelecido pela Lei nº 12.783/2013, todas as concessionárias passaram a adotar novas tarifas de energia elétrica a partir do dia 24 de janeiro de 2013, a fim de contemplar os efeitos promovidos pela renovação das concessões de geração e transmissão e pela redução de encargos setoriais sobre o preço de energia.

Os reajustes tarifários extraordinários são demonstrados, por distribuidora, na tabela a seguir:

Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE)	RGE	CPFL Paulista	CPFL Mococa	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Leste Paulista	CPFL Santa Cruz	CPFL Piratininga
IRT Econômico	-12,0%	-15,3%	-7,6%	-18,4%	-25,4%	-17,2%	-6,8%	-11,3%
Componentes Financeiros	0,7%	-0,5%	1,8%	0,0%	0,1%	2,3%	3,7%	1,1%
IRT Total	-11,4%	-15,8%	-5,8%	-18,4%	-25,4%	-14,9%	-3,1%	-10,2%
Efeito médio	-22,8%	-20,4%	-24,4%	-23,8%	-25,3%	-26,4%	-23,7%	-26,7%

Terceira Revisão Tarifária Periódica:

CPFL Paulista

Em 4 de abril de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.504, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 5,48%, sendo 4,53% relativos ao Reposicionamento Tarifário e 0,95% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,18% a ser percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 8 de abril de 2013.

RGE

Em 18 de junho de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.535, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em -10,32%, sendo -10,66% relativos ao Reposicionamento Tarifário e 0,34% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de -10,64% a ser percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 19 de junho de 2013.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela Enercan utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

VENDAS DE ENERGIA

Em 2013, as vendas para o mercado cativo totalizaram 41.148 GWh, um aumento de 1,2% em relação a 2012, enquanto a energia transportada a clientes livres, faturada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), teve uma alta de 9,2%, alcançando 17.314 GWh, em reflexo principalmente da migração de clientes para o mercado livre. Assim, as vendas nas áreas de concessão, realizadas por meio do segmento de distribuição, totalizaram 58.463 GWh, um crescimento de 3,5%.

Destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 42,3% do total consumido na área de concessão das distribuidoras do Grupo:

- **Classes residencial e comercial:** aumentos de 5,9% e 3,7%, respectivamente, favorecidos pelos efeitos acumulados de fatores como a elevação do emprego e da renda, do aumento do poder de compra do consumidor e da ampliação do crédito ao consumo verificados nos últimos anos;
- **Classe industrial:** crescimento de 2,6%, influenciada pelo desempenho ainda modesto da produção industrial, que reflete o fraco volume de exportações, expectativas desfavoráveis e deficiências de infraestrutura.

As vendas de comercialização e geração (exclusive partes relacionadas) atingiram 18.476 GWh, o que representou um crescimento de 13,5%, devido principalmente à expansão da CPFL Renováveis, além do aumento das vendas da comercializadora para clientes livres. O número de clientes livres em carteira chegou a 284 em dezembro de 2013 comparado a 231 em dezembro de 2012.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Indicadores DEC e FEC 2013 (valores anualizados)								
Empresa Indicador	CPFL Paulista	CPFL Piratinga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
DEC	7,14	7,44	17,35	6,97	7,58	5,92	9,08	4,86
FEC	4,73	4,58	9,04	6,82	6,33	5,43	6,72	4,93

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2013, a CPFL Energia continuou sua expansão no segmento de Geração, com um aumento de 2,6% em sua capacidade instalada, que passou de 2.912 MW para 2.988 MW, considerando-se a participação de 58,8% na CPFL Renováveis nos dois períodos, para fins de comparação. Tal expansão resultou da entrada em operação de três novos empreendimentos da CPFL Renováveis. Em agosto de 2013, entrou em operação a CPFL Bio Coopcana, de 50 MW. Em setembro de 2013, o parque eólico Campo dos Ventos II iniciou sua operação, com 30 MW de capacidade instalada. Já a CPFL Bio Alvorada, com 50 MW, entrou em operação em novembro de 2013. Além desses empreendimentos, vale destacar o Complexo Eólico Atlântica,

de 120 MW, e o Complexo Eólico Macacos I, de 78 MW, que se encontram em estágio avançado de implantação e entram em operação no início de 2014.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional líquida reduziu 1,7% (R\$ 257 milhões), atingindo R\$ 14.634 milhões, devido a redução de 6,7% no segmento de Distribuição (R\$ 828 milhões), fruto do 3º Ciclo de Revisão Tarifária e da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), de 24 de janeiro de 2013, estabelecida pela Lei Nº 12.783/2013, parcialmente compensado pelos aumentos de 7,8%, 31,9% e 25,1% respectivamente nos segmentos de Geração Convencional (R\$ 43 milhões), Geração de Fontes Renováveis (R\$ 194 milhões) e Comercialização e Serviços (R\$ 334 milhões).

É importante destacar que parte das vendas desses empreendimentos de geração é feita para empresas do Grupo CPFL, sendo a receita correspondente eliminada na consolidação.

Geração operacional de caixa — EBITDA

O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do lucro líquido e EBITDA</i>		
	2013	2012
Lucro Líquido	949.036	1.207.063
Depreciação e amortização	1.055.231	978.926
Resultado financeiro	971.443	577.773
Contribuição social	156.756	178.018
Imposto de renda	413.408	492.919
EBITDA	3.545.873	3.434.698

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 3.546 milhões, um aumento de 3,2% (R\$ 111 milhões), refletindo principalmente a expansão de 0,7% (R\$ 90 milhões) na receita líquida (desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão) e pela redução de 0,68% nos custos com compra de energia elétrica (R\$ 56 milhões), parcialmente compensada pelo aumento de 0,37% (R\$ 7 milhões) nos custos e despesas operacionais, dos quais estão excluídos: o custo com construção da infraestrutura da concessão e os gastos com previdência privada, depreciação e amortização.

Lucro Líquido

Em 2013, o Lucro Líquido atingiu R\$ 949 milhões, com redução de 21,4% (R\$ 258 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento nas despesas financeiras líquidas (R\$ 394 milhões) e (ii) o aumento nas depreciações e amortizações (R\$ 76 milhões), principalmente pela entrada em operação dos novos empreendimentos de geração da CPFL Renováveis. Esses efeitos foram parcialmente compensados (i) pelo aumento de 3,2% (R\$ 111 milhões) no EBITDA; e (ii) pelo efeito positivo no Imposto de Renda e na Contribuição Social (R\$ 101 milhões).

Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R\$ 931 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias negociadas na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.. O valor anual proposto corresponde a R\$ 0,967344326 por ação. Com isso, a companhia supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido, prevista em sua política de dividendos.

Descontando o montante de R\$ 363 milhões referentes ao primeiro semestre de 2013 (pagos em 01 de outubro de 2013), o valor a ser pago será de R\$ 568 milhões, equivalente a R\$ 0,590062200 por ação.

Endividamento

No final de 2013, a dívida financeira (incluindo derivativos) da companhia atingiu R\$ 16.706 milhões, apresentando um aumento de 11,5%. As disponibilidades totalizaram R\$ 4.206 milhões, um aumento de 72,7%. Com isso, a dívida líquida passou para R\$ 12.499 milhões, registrando uma redução de 0,4%.

O aumento no endividamento financeiro tem o objetivo de suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos greenfield na CPFL Renováveis. Além disso, contudo, CPFL Energia adota uma estratégia de pre-funding, antecipando-se nas captações de dívidas vincendas num prazo de 18 a 24 meses. Com isso, a Companhia foi capaz de reduzir o seu custo nominal de dívida em aproximadamente 0,5 ponto percentual para 8,4% a.a..

Em relação ao perfil de seu endividamento, considerando a consolidação proporcional da Baesa, Enercan, Foz do Chapecó e Epasa, o prazo médio da dívida é de 4,14 anos.

5. Investimentos

Em 2013, foram realizados investimentos de R\$ 1.735 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 845 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 838 milhões à geração (R\$ 828 milhões da CPFL Renováveis e R\$ 10 milhões de geração convencional) e R\$ 52 milhões à comercialização e serviços.

Entre os investimentos da CPFL Energia em 2013 podemos destacar:

- **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013, nossas distribuidoras possuíam 7,4 milhões de clientes (acréscimo de 211 mil clientes) e nossa rede de distribuição consistia em 239.835 km de linhas de distribuição (acréscimo de 4.337 km de linhas) incluindo 342.336 transformadores de distribuição (acréscimo de 14.881 transformadores). Nossas oito subsidiárias de distribuição tinham 9.753 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acréscimo de 109 km de linhas). Naquela data, detínhamos 454 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição (acréscimo de 8 subestações), com capacidade total de transformação de 14.535 MVA (acréscimo de 885 MVA);

- **Geração:** foram destinados principalmente à conclusão das UTEs Alvorada e Coopcana e Parque Eólico Campo dos Ventos II, empreendimentos que já entraram em operação comercial, e Complexos Eólicos Atlântica, Macacos I Campo dos Ventos e São Benedito, empreendimentos ainda em construção.

6. Governança corporativa

O modelo de Governança Corporativa da CPFL Energia se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, aplicado a todas as empresas do Grupo.

A CPFL Energia é listada nos segmentos de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa e ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura *tag along* de 100%, no caso de alienação de controle.

O Conselho de Administração da companhia tem como objetivo fixar a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social. Suas regras de funcionamento estão definidas em seu Regimento Interno. O órgão é composto por um conselheiro independente e seis conselheiros indicados pelos acionistas controladores, com prazo de mandato de um ano sendo permitida a reeleição. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, elegendo, dentre seus membros, um presidente e um vice-presidente. Nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da companhia.

O Conselho de Administração constituiu três comitês e definiu suas competências em um único Regimento Interno. São eles: Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Processos de Gestão. Sempre que necessário, são constituídas Comissões ad hoc que assessoram o Conselho de Administração em relação a temas como governança corporativa, estratégia, orçamento, compra de energia, novos negócios e políticas financeiras.

A CPFL Energia possui um Conselho Fiscal em permanente funcionamento, formado por cinco membros que também exercem as atribuições de *Audit Committee* previstas na Lei *Sarbanes Oxley* e de acordo com as regras da *Securities and Exchange Commission* (SEC). As regras de atuação do Conselho Fiscal são previstas em regimento interno e no Guia do Conselho Fiscal.

A Diretoria Executiva é formada por seis diretores, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a companhia e gerir os negócios, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração. Ao diretor presidente cabe a indicação dos demais diretores estatutários.

As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores www.cpf.com.br/ri.

7. Mercado de capitais

A CPFL Energia, atualmente com 30,5% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2013, as ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de 7,0% na BM&FBovespa e de 20,3% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 19,09 por ação e US\$ 16,01 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 36,3 milhões, dos quais R\$ 20,7 milhões na BM&FBovespa e R\$ 15,6 milhões na NYSE, representando uma redução de 15,1% em relação a 2012. O número de negócios realizados na BM&FBovespa aumentou 36,6%, passando de uma média diária de 3.081 negócios, em 2012, para 4.208 negócios, em 2013.

8. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Energia desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. A seguir estão os destaques do exercício:

Plataforma de sustentabilidade: desenvolvida em 2013, consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade do Grupo CPFL. Contempla: a) Política de Sustentabilidade; b) Temas relevantes / críticos à condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento, para orientar a atuação da empresa; c) Indicadores estratégicos e *key performance indicators* (KPIs) corporativos por segmento, vinculados aos temas relevantes, para mensuração e monitoramento do desempenho; e d) Alavancas de valor, iniciativas e metas por indicador, para promover a melhoria contínua das práticas e dos processos.

Comitê de Sustentabilidade: principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pela plataforma. Realizou seis reuniões no ano.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética: em 2013, a composição do Comitê de Ética e Conduta Empresarial da CPFL foi alterada, visando assegurar a representatividade de todos os colaboradores, e os membros que se desligaram das empresas do Grupo foram substituídos. Ocorreram 15 reuniões e três Súmulas de Orientação do Comitê de Ética foram publicadas com o objetivo de orientar as decisões, as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores. O processo de revisão do Código de Ética e de Conduta Empresarial da CPFL, em andamento, contou com a realização de grupos focais com colaboradores, consulta a especialistas e um diálogo com *stakeholders*.

Gestão de Recursos Humanos: a companhia encerrou 2013 com 8.391 colaboradores (8.490 em 2012) e rotatividade de 20,90%. As empresas do Grupo mantiveram programas de gestão e capacitação, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional. O número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 76,69 horas, superior à média da Pesquisa Sextante-2012 de 50 horas. Ainda neste exercício, a CPFL Energia integrou pelo décimo segundo ano consecutivo o ranking "As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", da publicação Guia Você S/A / Exame e iniciou a implementação de iniciativas ligadas ao Programa de Gestão do Conhecimento.

Cidades Sustentáveis: realizado pela Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e pelo Instituto Ethos, oferece uma plataforma com indicadores que visam à melhoria da gestão das prefeituras municipais. A CPFL apoia a iniciativa em sua área de abrangência por acreditar no potencial da parceria público-privada para o desenvolvimento dos municípios.

Rede de Valor: principal programa de sustentabilidade na cadeia de suprimentos, foi reformulado em 2013 com o objetivo de alavancar o desempenho das organizações participantes. Conta com a disseminação do conhecimento interno e de organizações parceiras.

Relacionamento com a comunidade: (i) Cultura – Parcerias relevantes, como as com o Gesel - UFRJ e o Greenpeace Brasil, deram o tom às gravações de encontros e debates sobre o futuro sustentável e as novas energias no país, apresentadas nos programas *Café Filosófico CPFL* e *Invenção do Contemporâneo*. Estes e outros encontros foram gravados, editados e exibidos na TV Cultura e estão publicados no site www.cpficultura.com.br. A programação cultural em Campinas contou com duas exposições de artes visuais, uma delas em parceria com a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que trouxe para nossa galeria de arte uma seleção especial do seu acervo, além de sessões gratuitas de cinema, concertos de música erudita, espetáculos de teatro e a itinerância do maior festival brasileiro de documentários, o É Tudo Verdade. 2013 foi, também, o ano do retorno das atividades nas sedes regionais, levando para algumas cidades a exposição "100 anos de história e energia" e sessões de teatro infantil; **(ii) Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos** – visa elevar o desempenho

administrativo de hospitais filantrópicos e aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade. Estão participando da terceira fase do programa (2012-2014) 15 hospitais em 12 municípios nas regiões de Campinas e São José do Rio Preto. As avaliações periódicas já apontaram um crescimento superior a 155% na pontuação fornecida pelo órgão certificador CQH (Compromisso Qualidade Hospitalar). Em 2013, foram investidos cerca de R\$ 630 mil no Programa; **(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – as empresas do Grupo destinaram aproximadamente R\$ 880 mil, para 23 projetos de 12 municípios da área de concessão. Os projetos foram selecionados a partir de critérios que consideram a natureza e relevância do projeto, alinhamento às causas da empresa e disponibilidade de recurso; **(iv) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** - em 2013, a CPFL realizou o primeiro repasse ao CMDI de Campinas, no montante de R\$ 1,4 milhão, beneficiando 3 projetos; **(v) Plano Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON (1% I.R.)** – em 2013, a CPFL apoiou o Hospital do Câncer de Barretos com o montante de R\$ 1,4 milhão. O PRONON tem a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer; **(vi) Voluntariado** – através da Campanha do Agasalho foram arrecadadas 7.810 doações. Também foi realizada a terceira edição do Dia do Bem Fazer, que contou com 30 ações organizadas em 27 municípios e mais de 1.800 voluntários envolvidos; **(vii) Eficiência energética (0,5% da ROL)** – foram investidos mais de R\$ 56,5 milhões, sendo R\$ 35,5 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 3.963 clientes, troca de 10.186 geladeiras, 7.617 trocadores de calor e 161.582 lâmpadas por modelos mais eficientes, 4.249 reformas elétricas internas e instalação de 6.354 aquecedores solares e foram formados 125 eletricitistas no Curso de Eletricidade Básica. Também foram realizados projetos educacionais, CPFL nas Escolas e Caravana RGE, junto a 3.017 escolas municipais e estaduais, sendo formados 230.685 alunos, 16.784 professores em 148 municípios com um investimento de mais de R\$ 3 milhões; **(viii) Escola de Eletricista** – visa formar um banco de eletricitistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Em 2013, o projeto foi ampliado com a formação de 88 novos eletricitistas, sendo que 56 deles foram contratados; e **(ix) Aprendiz SENAI** – o programa foi criado em 2012 e a empresa investiu em sua manutenção em 2013. Visa capacitar jovens através da Escola SENAI e, ao final da formação, aqueles que apresentarem aproveitamento no curso são contratados. A última turma encerrou-se em dezembro de 2013 com a formação de 31 jovens.

Gestão ambiental: (i) o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) 2012 da CPFL Energia foi premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol e a empresa foi reconhecida pelo *Carbon Disclosure Project* como uma das líderes em transparência sobre emissões de GEEs; (ii) as ações da empresa integram novamente a carteira do *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, tendo sido eleita uma das empresas modelo em sustentabilidade em âmbito global no setor de *Utilities*. As ações da CPFL Energia também foram incluídas, pelo 9º ano consecutivo, na carteira ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2014; (iii) quanto ao licenciamento ambiental, foram obtidas cinco Licenças Prévias, sete Licenças de Instalação e 16 Licenças de Operação para empreendimentos da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Transmissão Piracicaba e RGE; e (iv) cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:

- **Geração de energia - UHE Foz do Chapecó** (i) Soltura de alevinos produzidos na Estação de Piscicultura de Águas de Chapecó, visando o repovoamento do rio Uruguai; (ii) a Biofábrica implantou seus primeiros experimentos em quatro propriedades rurais da região, que passaram a funcionar como “projetos pilotos”. Na Biofábrica são produzidas mudas frutíferas e ornamentais por micropropagação “in vitro”, com objetivo de diversificar e melhorar a qualidade da produção local, proporcionando alternativas de geração de renda a pequenos produtores da região; a **Ceran** mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 e seus certificados têm validade até janeiro de 2015; **UHE Campos Novos (Enercan)** (i) Em 2013, a ENERCAN apoiou diversas ações voltadas ao desenvolvimento da região na área cultural, socioambiental e econômica, com lançamento de novos projetos como o

Barco Escola, que por meio de passeios de barco pelo reservatório, desenvolveu ações de educação ambiental com alunos de escolas da região; (ii) pelo 2ª ano consecutivo, a ENERCAN desenvolveu o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos; e (iii) a empresa conquistou, pelo 5ª ano consecutivo, o Prêmio Empresa Cidadã, promovido pela ADVB-SC (Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), com o case Cidadão do Futuro, iniciativa que envolve 850 jovens dos municípios do entorno da UHE Campos Novos, com oportunidades para complementação educacional; **UHE Serra da Mesa** – continuidade do apoio ao Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás, parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ministério de Minas e Energia, Furnas, Tractebel Energia e SEBRAE/Goiás. O Fundo conta com 2 projetos coletivos e 104 projetos individuais, beneficiando cerca de 200 famílias; **UHE Barra Grande (BAESA)** – (i) Em 2013, o Programa de Responsabilidade Socioambiental viabilizou mais de R\$ 1,4 milhão em 52 projetos para municípios da área de influência da UHE Barra Grande, com foco na geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social; (ii) implantada a 2ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação; (iii) os projetos socioambientais da BAESA foram avaliados pelo Bureau Veritas Certification quanto ao atendimento aos requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association, tendo obtido 84 pontos de 90 possíveis; (iv) pelo 2º ano consecutivo, a BAESA recebeu a Certificação ODM, concedida pelo Movimento Nós Podemos Santa Catarina, pela atuação em defesa dos Objetivos de **Desenvolvimento do Milênio**; (v) com o case “**Nosso Lago, Nossa Vida**”, a BAESA foi uma das vencedoras do Prêmio Empresa Cidadã 2013, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil/SC, na categoria “**Preservação Ambiental**”.

- **Distribuição de energia** – (i) continuidade do Programa de Arborização Urbana Viária, com doação de mais de 200 mil mudas às prefeituras municipais do Estado de São Paulo; (ii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência ambiental para uso imediato; (iii) requerimento junto à CETESB (órgão ambiental do Estado de São Paulo) de Licenças de Operação para o sistema elétrico das sete empresas que atuam no Estado de São Paulo.

9. Auditores independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2013, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total contratado de auditoria
Revisão DIPJ	12/03/2012	Ano calendário 2013	114.587,13	2%
Auditoria para as Demonstrações Contábeis Regulatórias	19/03/2013	Média de 3 meses	445.567,91	7%
Asseguração sobre o cumprimento de <i>covenants</i> financeiros	12/03/2012	Média de 3 meses	284.941,75	5%
Prestação de serviços em conexão com a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da CPFL Renováveis	22/04/2013	4 meses	769.432,00	13%
Laudos Contábeis	18/04/2013	5 meses	222.749,96	4%
Trabalho de procedimentos acordados	04/04/2013	Média de 3 meses	35.000,00	1%
Trabalhos de procedimentos previamente acordados conforme requerido pela ANEEL - P&D	Mai/13	1 mês	7.000,00	0%
Relatório de Controle Patrimonial	07/03/2013	1 mês	80.000,00	1%
Revisão dos procedimentos relativos ao aproveitamento do incentivo fiscal (IRPJ/CSLL) à Inovação Tecnológica	Mai/13	2 meses	35.451,90	1%
			1.994.730,65	33%

Como se observa, a CPFL Energia não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2013.

A CPFL Energia adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal, e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

10. Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na companhia no ano de 2013. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Empresa: CPFL Energia S.A. Consolidada

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais) (**)				
Receita líquida (RL)	14.633.856			14.890.875				
Resultado operacional (RO)	1.519.200			1.877.998				
Folha de pagamento bruta (FPB)	648.975			613.674				
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL		
Alimentação	54.505	8,40%	0,37%	49.134	8,01%	0,33%		
Encargos sociais compulsórios	175.130	26,99%	1,20%	170.456	27,78%	1,14%		
Previdência privada	39.292	6,05%	0,27%	35.840	5,84%	0,24%		
Saúde	35.338	5,45%	0,24%	28.876	4,71%	0,19%		
Segurança e saúde no trabalho	3.146	0,48%	0,02%	2.483	0,40%	0,02%		
Educação	2.454	0,38%	0,02%	2.431	0,40%	0,02%		
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.801	1,66%	0,07%	13.032	2,12%	0,09%		
Creches ou auxílio-creche	951	0,15%	0,01%	927	0,15%	0,01%		
Participação nos lucros ou resultados	35.295	5,44%	0,24%	50.275	8,19%	0,34%		
Outros	5.811	0,90%	0,04%	5.969	0,97%	0,04%		
Total - Indicadores sociais internos	362.723	55,89%	2,48%	359.423	58,57%	2,41%		
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Educação	909	0,06%	0,01%	240	0,01%	0,00%		
Cultura	11.992	0,79%	0,08%	15.092	0,80%	0,10%		
Saúde e saneamento	634	0,04%	0,00%	701	0,04%	0,00%		
Esporte	1.553	0,10%	0,01%	2.785	0,15%	0,02%		
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Outros	6.960	0,46%	0,05%	4.593	0,24%	0,03%		
Total das contribuições para a sociedade	22.048	1,45%	0,15%	23.411	1,25%	0,16%		
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.292.848	282,57%	29,34%	6.027.010	320,93%	40,47%		
Total - Indicadores sociais externos	4.314.896	284,02%	29,49%	6.050.421	322,17%	40,63%		
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	37.407	2,46%	0,26%	32.687	1,74%	0,22%		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	59.047	3,89%	0,40%	60.293	3,21%	0,40%		
Total dos investimentos em meio ambiente	96.454	6,35%	0,66%	92.980	4,95%	0,62%		
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%;		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%; <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%;		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%;		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%; <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%;	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012 (**)				
Nº de empregados(as) ao final do período	8.391			8.490				
Nº de admissões durante o período	1.778			2.223				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND				
Nº de estagiários(as)	130			217				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.011			1.963				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.969			2.123				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14,29%			10,26%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.340			1.144				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,22%			1,55%				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	273			272				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			2012 (**)				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,27			20,88				
Número total de acidentes de trabalho	31			43				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT		
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1.778.161	no Procon 988	na Justiça 7.228	na empresa (***) 1.807.705	no Procon (***) 907	na Justiça 4.830		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 10,3%	na empresa (***) 100%	no Procon (***) 100%	na Justiça 6,5%		
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2013 7.831.239			Em 2012 (***) 9.388.372				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	56,5% governo 3,5% colaboradores(as) 10,7% acionistas 21,8% terceiros 1,4% retido			65,5% governo 7,5% colaboradores(as) 11,6% acionistas 14,2% terceiros 1,2% retido				
7 - Outras Informações	Informações Consolidadas							
Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números integrais.								
Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br								
(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes								
(**) Contempla os efeitos descritos na nota explicativa 2.9 das demonstrações financeiras consolidadas.								
(***) Indicador reajustado devido à alteração de critérios no processo de apuração das informações das distribuidoras do grupo								



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1 de janeiro de 2012
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	990.672	141.835	549.189	4.206.422	2.435.034	2.663.425
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	-	2.007.789	2.205.024	1.860.733
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	697.702	401.473	125.913	55.265	55.033	27.821
Títulos e valores mobiliários		-	3.939	45.668	24.806	6.100	47.521
Tributos a compensar	7	29.874	25.311	40.783	262.433	250.987	270.090
Derivativos	34	-	540	2	1.842	870	3.733
Estoques		-	-	-	21.625	36.826	40.852
Arrendamentos	9	-	-	-	10.757	9.740	4.581
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	-	-	34.444	-
Outros créditos	11	1.984	1.813	2.833	673.383	510.880	404.784
Total do circulante		1.720.232	574.911	764.388	7.264.323	5.544.938	5.323.541
Não circulante							
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	-	153.854	161.658	182.300
Coligadas, controladas e controladora	31	8.948	-	2.610	86.655	-	-
Depósitos judiciais	21	92	12.579	11.744	1.143.179	1.125.339	1.082.617
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	2.854	-	74.910
Tributos a compensar	7	-	-	-	173.362	206.653	198.601
Derivativos	34	-	71	-	316.648	486.438	215.642
Créditos fiscais diferidos	8	165.798	177.411	193.874	1.168.706	1.257.787	1.126.581
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	59.397	55	-	-	-	-
Arrendamentos	9	-	-	-	37.817	31.703	24.521
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	-	2.787.073	2.342.796	1.376.664
Investimentos ao custo		-	-	-	116.654	116.654	116.654
Outros créditos	11	14.389	13.365	16.978	296.096	343.814	233.526
Investimentos	12	6.419.924	5.988.616	6.720.879	1.032.681	1.022.126	1.006.324
Imobilizado	13	1.000	687	312	7.717.419	7.104.060	5.672.725
Intangível	14	32	74	118	8.748.328	9.180.312	8.534.673
Total do não circulante		6.669.579	6.192.858	6.949.369	23.778.473	23.379.341	19.845.737
Total do Ativo		8.389.811	6.767.769	7.713.757	31.042.796	28.924.279	25.169.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1 de janeiro de 2012
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Fornecedores	15	1.127	1.283	1.618	1.884.693	1.689.137	1.284.317
Encargos de dívidas	16	-	-	-	125.829	138.293	136.169
Encargos de debêntures	17	12.438	7.082	16.403	162.134	94.825	79.057
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	1.514.626	1.419.034	764.097
Debêntures	17	-	150.000	150.000	34.872	310.149	516.355
Entidade de previdência privada	18	-	-	-	76.810	51.675	40.171
Taxas regulamentares	19	-	-	-	32.379	110.776	139.916
Impostos, taxas e contribuições	20	359	453	196	318.063	430.472	465.093
Dividendo e juros sobre capital próprio		15.407	16.856	15.575	21.224	26.542	24.524
Obrigações estimadas com pessoal		10	29	7	67.633	71.725	70.035
Derivativos	34	-	-	-	-	109	-
Uso do bem público	22	-	-	-	3.738	3.443	3.112
Outras contas a pagar	23	16.904	19.457	16.457	663.529	623.267	791.848
Total do circulante		46.246	195.159	200.258	4.905.531	4.969.447	4.314.692
Não circulante							
Fornecedores	15	-	-	-	-	4.467	-
Encargos de dívidas	16	-	-	-	43.396	62.271	23.627
Encargos de Debêntures	17	-	-	-	32.177	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	7.546.144	7.658.196	5.875.893
Debêntures	17	1.287.912	150.000	300.000	7.562.219	5.790.263	4.417.774
Entidade de previdência privada	18	-	-	-	350.640	831.184	305.773
Impostos, taxas e contribuições	20	-	-	-	32.555	-	165
Débitos fiscais diferidos	8	-	-	-	1.117.146	1.155.733	1.038.101
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	260	12.524	11.713	467.996	349.094	303.231
Derivativos	34	-	-	24	2.950	336	24
Uso do bem público	22	-	-	-	79.438	76.371	72.360
Outras contas a pagar	23	31.495	29.358	28.641	103.886	135.788	159.161
Total do não circulante		1.319.667	191.882	340.378	17.338.547	16.063.703	12.196.111
Patrimônio líquido							
Capital social	24	4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424
Reservas de capital		287.630	228.322	229.956	287.630	228.322	229.956
Reserva legal		603.352	556.481	495.185	603.352	556.481	495.185
Reserva de retenção de lucros para investimento		108.987	326.899	-	108.987	326.899	-
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		265.037	-	-	265.037	-	-
Dividendo		567.802	455.906	758.470	567.802	455.906	758.470
Resultado abrangente acumulado		397.668	(36.598)	563.005	397.668	(36.598)	563.005
Lucros acumulados		-	56.293	333.082	-	56.293	333.082
Total patrimônio líquido		7.023.899	6.380.728	7.173.122	7.023.899	6.380.728	7.173.122
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	1.774.819	1.510.401	1.485.352
Total patrimônio líquido		7.023.899	6.380.728	7.173.122	8.798.718	7.891.129	8.658.475
Total do passivo e patrimônio líquido		8.389.811	6.767.769	7.713.757	31.042.796	28.924.279	25.169.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Receita operacional líquida	26	1.649	1.452	14.633.856	14.890.875
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	27	-	-	(8.196.687)	(8.252.995)
Custo de operação	28	-	-	(1.467.516)	(1.377.706)
Custo do serviço prestado a terceiros	28	-	-	(1.009.518)	(1.355.675)
Lucro operacional bruto		1.649	1.452	3.960.135	3.904.499
Despesas operacionais	28				
Despesas com vendas		-	-	(376.597)	(468.146)
Despesas gerais e administrativas		(22.626)	(29.549)	(928.614)	(724.364)
Outras despesas operacionais		-	(36)	(285.148)	(376.898)
Resultado do serviço		(20.977)	(28.134)	2.369.775	2.335.091
Resultado de participações societárias	12	1.022.779	1.281.414	120.868	120.680
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		57.637	15.301	699.208	706.963
Despesas financeiras		(84.497)	(37.385)	(1.670.651)	(1.284.736)
		(26.860)	(22.084)	(971.443)	(577.773)
Lucro antes dos tributos		974.942	1.231.197	1.519.200	1.877.998
Contribuição social	8	(8.257)	(13.301)	(156.756)	(178.017)
Imposto de renda	8	(29.267)	(41.645)	(413.408)	(492.919)
		(37.523)	(54.945)	(570.164)	(670.936)
Lucro líquido do exercício		937.419	1.176.252	949.036	1.207.062
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				937.419	1.176.252
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				11.618	30.810
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	25	0,97	1,22	0,97	1,22
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	25	0,95	1,20	0,95	1,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício	937.419	1.176.252
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Resultado abrangente do exercício, reflexo sobre os investimentos da Companhia	460.226	(572.225)
Resultado abrangente do exercício - individual	<u>1.397.645</u>	<u>604.027</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício	949.036	1.207.062
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos/(Perdas) atuariais	460.226	(572.225)
Resultado abrangente consolidado do exercício	<u>1.409.262</u>	<u>634.837</u>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.397.645	604.027
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	11.618	30.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado			Total	Participação de acionistas não controladores		Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados		Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	
Saldos em 1 de janeiro de 2012 reapresentado	4.793.424	229.956	495.185	-	-	758.470	563.005	-	333.082	7.173.122	20.679	1.464.673	8.658.475
Resultado abrangente total													
Lucro líquido do exercício reapresentado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.176.252	1.176.252	-	30.810	1.207.062
Outros resultados abrangentes: perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(572.225)	-	(572.225)	-	-	(572.225)
Mutações Internas do patrimônio líquido													
Reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	326.899	-	-	-	-	(326.899)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(41.482)	-	41.482	-	(1.421)	1.421	-
Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	14.104	-	(14.104)	-	483	(483)	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	61.296	-	-	-	-	-	(61.296)	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(334)	(334)
Transações de capital com os acionistas													
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	3.921	3.921	-	-	3.921
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(640.239)	(640.239)	-	-	(640.239)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	455.906	-	-	(455.906)	-	-	(5.875)	(5.875)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(758.470)	-	-	-	(758.470)	-	(8.201)	(766.671)
Integralização de capital de acionistas não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.563	3.563
Combinação de negócios CPFL Renováveis	-	(1.634)	-	-	-	-	-	-	-	(1.634)	-	5.086	3.452
Saldos em 31 de dezembro de 2012 reapresentado	<u>4.793.424</u>	<u>228.322</u>	<u>556.481</u>	<u>326.899</u>	<u>-</u>	<u>455.906</u>	<u>535.627</u>	<u>(572.225)</u>	<u>56.293</u>	<u>6.380.728</u>	<u>19.741</u>	<u>1.490.660</u>	<u>7.891.129</u>
Resultado abrangente total													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	937.419	937.419	-	11.617	949.036
Outros resultados abrangentes: ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	460.226	-	460.226	-	-	460.226
Mutações Internas do patrimônio líquido													
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.336)	-	39.336	-	(1.895)	1.895	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.374	-	(13.374)	-	644	(644)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	108.987	-	-	-	-	(108.987)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	46.871	-	-	-	-	-	(46.871)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	(326.899)	326.899	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	(61.863)	-	-	-	61.863	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Transações de capital com os acionistas													
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	5.172	5.172	-	-	5.172
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(363.049)	(363.049)	-	(2.301)	(365.349)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	567.802	-	-	(567.802)	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(455.906)	-	-	-	(455.906)	-	(17.589)	(473.495)
Integralização de capital de acionistas não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.566	3.566
Oferta de ações CPFL Renováveis	-	59.308	-	-	-	-	-	-	-	59.308	-	269.191	328.500
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>4.793.424</u>	<u>287.630</u>	<u>603.352</u>	<u>108.987</u>	<u>265.037</u>	<u>567.802</u>	<u>509.665</u>	<u>(111.999)</u>	<u>-</u>	<u>7.023.899</u>	<u>18.490</u>	<u>1.756.326</u>	<u>8.798.718</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S/A

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro antes dos tributos	974.942	1.231.197	1.519.200	1.877.998
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	76	65	1.055.230	978.926
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	267	7	316.787	94.926
Provisão para devedores duvidosos	-	-	70.324	163.811
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	81.189	30.028	1.294.281	904.340
Despesa com plano de pensão	-	-	61.665	33.332
Equivalência patrimonial	(1.022.779)	(1.281.414)	(120.868)	(120.680)
Perda na baixa de não circulante	-	-	7.248	54.579
PIS e COFINS diferidos	-	-	28.328	(64.005)
Outros	-	-	(5.218)	21.919
	33.695	(20.117)	4.226.977	3.945.147
Redução (Aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	129.731	(435.899)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	792.146	1.199.996	112.607	79.730
Tributos a compensar	21.797	47.539	42.176	51.772
Operações de arrendamento	-	-	1.648	(3.969)
Depósitos judiciais	12.935	(28)	101.310	8.505
Contas a receber Eletrobrás - aporte CDE	-	-	(145.571)	(24.972)
Outros ativos operacionais	(1.196)	4.747	(30.725)	(41.289)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(156)	(336)	191.089	388.975
Outros tributos e contribuições sociais	(147)	699	(130.405)	(149.121)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(85.546)	(79.450)
Taxas regulamentares	-	-	(78.397)	(27.600)
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(12.991)	-	(184.070)	(64.084)
Adiantamento Eletrobrás - aporte CDE	-	-	9.246	-
Outros passivos operacionais	(435)	3.738	10.820	(23.842)
Caixa oriundo das operações	845.648	1.236.238	4.170.890	3.623.904
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(76.561)	(45.080)	(1.093.465)	(866.025)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.551)	(39.976)	(559.879)	(768.578)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	741.536	1.151.182	2.517.546	1.989.301
Atividades de investimentos				
Aquisição de participação societária, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(706.186)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	-	-	-	(172.476)
Aumento de capital em investidas	(1.563)	(66.701)	-	-
Aquisições de imobilizado	(345)	(508)	(882.588)	(1.027.109)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	4.710	49.263	41.392	(13.943)
Operações de arrendamento	-	-	(584)	(6.581)
Adições de intangível	-	-	(852.248)	(1.432.902)
Venda de ativo não circulante	-	-	80.945	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(59.342)	(55)	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(8.290)	2.799	(81.456)	-
Outros	-	-	-	(1.374)
Utilização de caixa em atividades de investimentos	(64.830)	(15.202)	(1.694.539)	(3.360.571)
Atividades de financiamentos				
Oferta pública de ações de controlada	-	-	328.500	-
Captação de empréstimos e debêntures	1.287.180	-	5.958.322	4.286.812
Amortização de principal de empréstimos e debêntures, líquida de derivativos	(299.535)	(149.827)	(4.499.451)	(1.737.088)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(815.514)	(1.393.507)	(838.990)	(1.406.846)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	172.131	(1.543.334)	948.381	1.142.878
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	848.837	(407.354)	1.771.388	(228.392)
Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa	141.835	549.189	2.435.034	2.663.425
Saldo final em caixa e equivalentes de caixa	990.672	141.835	4.206.422	2.435.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
1 - Receita	2.162	2.108	20.202.380	22.177.037
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.817	1.600	18.334.968	19.897.228
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	345	508	933.337	1.092.070
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.004.399	1.351.550
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(70.324)	(163.811)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(8.881)	(12.700)	(12.149.335)	(12.656.301)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(9.125.580)	(9.168.816)
2.2 Material	(320)	(424)	(635.653)	(876.839)
2.3 Serviços de terceiros	(5.370)	(6.902)	(910.453)	(1.057.512)
2.4 Outros	(3.191)	(5.374)	(1.477.649)	(1.553.134)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(6.719)	(10.592)	8.053.045	9.520.736
4 - Retenções	(76)	(65)	(1.057.261)	(979.206)
4.1 Depreciação e amortização	(76)	(65)	(760.285)	(694.493)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(296.977)	(284.714)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(6.794)	(10.657)	6.995.783	8.541.530
6 - Valor adicionado recebido em transferência	1.095.519	1.315.809	835.455	846.842
6.1 Receitas financeiras	72.740	34.395	714.588	726.163
6.2 Equivalência patrimonial	1.022.779	1.281.414	120.868	120.679
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.088.725	1.305.152	7.831.239	9.388.372
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	11.362	14.713	748.154	700.364
8.1.1 Remuneração direta	8.209	6.218	460.373	429.458
8.1.2 Benefícios	2.248	8.005	251.652	227.454
8.1.3 F.G.T.S	905	489	36.129	43.452
8.2 Impostos, taxas e contribuições	55.343	76.986	4.421.865	6.148.889
8.2.1 Federais	55.322	76.982	1.625.726	2.954.321
8.2.2 Estaduais	20	4	2.782.086	3.183.205
8.2.3 Municipais	-	-	14.053	11.363
8.3 Remuneração de capital de terceiros	84.602	37.201	1.712.182	1.332.058
8.3.1 Juros	84.475	37.081	1.673.516	1.299.091
8.3.2 Aluguéis	127	121	38.665	29.425
8.3.3 Outros	-	-	1	3.542
8.4 Remuneração de capital próprio	937.419	1.176.251	949.036	1.207.062
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	843.424	1.089.948	836.452	1.093.869
8.4.2 Lucros retidos	93.995	86.303	112.584	113.193
	1.088.725	1.305.152	7.831.239	9.388.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar – Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Critério de consolidação	Localização (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Integral	Interior de S. Paulo	234	4.004	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Integral	Interior e litoral de S. Paulo	27	1.572	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. (“RGE”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Integral	Interior do Rio Grande do Sul	255	1.398	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Integral	Interior de São Paulo e Paraná	27	197	16 anos	Julho de 2015
Companhia Leste Paulista de Energia (“CPFL Leste Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Integral	Interior de S. Paulo	7	55	16 anos	Julho de 2015
Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Jaguarí”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Integral	Interior de S. Paulo	2	37	16 anos	Julho de 2015
Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Integral	Interior de S. Paulo	5	80	16 anos	Julho de 2015
Companhia Luz e Força de Mococa (“CPFL Mococa”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Integral	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	44	16 anos	Julho de 2015

Geração de energia (fontes convencionais e renováveis)	Tipo de sociedade	Participação societária	Critério de consolidação	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada	
						Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Integral	São Paulo, Goiás e Minas Gerais	1 Hidrelétrica, 2 PCHs (a) e 1 térmica	695 MW	695 MW
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Integral	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360 MW	234 MW
Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	(d)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855 MW	436 MW
Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	(d)	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880 MW	429 MW
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	(d)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690 MW	173 MW
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 52,75%	(d)	Paraíba	2 Térmicas	342 MW	180 MW
Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93% (b)	Integral	Tocantins	1 Hidrelétrica	903 MW	63 MW
CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 58,84%	Integral	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Centrais Geradoras Ltda (“CPFL Centrais Geradoras”) (e)	Sociedade limitada	Direta 100%	Integral	São Paulo	9 PCHs	24 MW	24 MW

Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária	Critério de consolidação
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%	Integral
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%	Integral
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%	Integral
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%	Integral

Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária	Critério de consolidação
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%	Integral
NECT Serviços Administrativos Ltda ("Nect")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%	Integral
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%	Integral
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda. ("CPFL Total")	Sociedade Limitada	Serviços de arrecadação e cobrança	Direta 100%	Integral
CPFL Telecom S.A ("CPFL Telecom")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%	Integral
CPFL Transmissão Piracicaba S.A. ("CPFL Transmissão")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de transmissão de energia elétrica	Indireta 100%	Integral

Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária	Critério de consolidação
CPFL Jaguariúna Participações Ltda ("CPFL Jaguariúna")	Sociedade Limitada	Sociedade de participação	Direta 100%	Integral
CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda ("Jaguari Geração")	Sociedade Limitada	Sociedade de participação	Direta 100%	Integral
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense") (g)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%	(d)
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%	Integral
CPFL Participações S.A (f) ("CPFL Participações")	Sociedade por ações de capital fechada	Sociedade de participação	Direta 100%	Integral

(a) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

(b) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,93% de participação no capital social total).

(c) A CPFL Renováveis possui operação nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2013, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de projetos de 2.359,0 MW de capacidade instalada (1.280,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 40 PCH's (420,0 MW) com 35 PCH's em operação (326,6 MW) e 5 PCH's em desenvolvimento (93,4 MW);
- Geração de energia eólica: 52 projetos (1.567,9 MW) com 16 projetos em operação (583,0 MW) e 36 projetos em construção/desenvolvimento (984,9 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370,0 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,0 MW)

(d) Em função de alterações nas normas contábeis, IFRS 11/CPC 19 (R2), conforme divulgado na nota 2.9, as empresas Chapecoense, Enercan, Baesa e Epasa são contabilizadas como negócios em conjunto e a partir de 1º de janeiro de 2013 (e comparativamente nos saldos de 1º de janeiro de 2012 e

31 de dezembro de 2012) não são mais consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo seus ativos, passivos e respectivos resultados registrados através de equivalência patrimonial.

(e) CPFL Centrais Geradoras

Em 29 de agosto de 2013, foi aprovada na Reunião de Sócios da CPFL Centrais Geradoras a incorporação do acervo líquido cindido composto por:

- Pequenas centrais hidroelétricas (PCH) Rio do Peixe I e Rio do Peixe II e Central geradora hidroelétrica (CGH) Santa Alice: anteriormente detidas pela distribuidora CPFL Leste Paulista;
- PCH Macaco Branco, anteriormente detida pela distribuidora CPFL Jaguarí;
- CGHs Lavrinha, São José e Turvinho, anteriormente detidas pela CPFL Sul Paulista;
- CGHs Pinheirinho e São Sebastião anteriormente detidas pela CPFL Mococa.

Esta reestruturação societária visou atender o Decreto 7.805/2012 e a Lei 12.783/2013 sobre a desverticalização de geradoras contidas em distribuidoras de energia elétrica. Esta transação também foi aprovada em AGE das respectivas distribuidoras em 29 de agosto de 2013 (nota 12.3).

(f) CPFL Participações

Controlada direta integral, a CPFL Participações é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2013 e tem como objetivo a participação em outras sociedades ou entidades.

(g) A controlada Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.

Com relação às concessões que se encerram em 2015, em 26 de junho de 2012, as respectivas controladas solicitaram a prorrogação dos respectivos contratos de concessão, nas mesmas condições atuais, resguardando seu direito de rever este pedido caso haja alteração nas condições contratuais vigentes. Em 10 de outubro de 2012 as controladas ratificaram o pedido de prorrogação e até a data da aprovação destas demonstrações financeiras os termos da renovação não são conhecidos pela Administração.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e diferem das demonstrações contábeis separadas que, conforme o *International Financial Reporting Standards – “IFRS”*, devem ter o investimento em coligadas e controladas avaliado ao valor justo ou ao custo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 9 – Arrendamento;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 13 – Ativo imobilizado e redução ao valor recuperável;
- Nota 14 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada;
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 26 – Receita operacional líquida;
- Nota 27 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 34 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e controladas em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as controladas em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

Operações controladas em conjunto com outros investidores são aquelas em que as atividades do empreendimento, direta ou indiretamente, são geridas por meio de acordo contratual com outras partes que exigem consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

As políticas contábeis das controladas e das controladas em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Geração, CPFL Brasil, CPFL Jaguari Geração e CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Energia na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado e resultado abrangente em cada período apresentado.

Os saldos das controladas em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada uma delas está descrito na nota 12.8.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transações entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.6 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (iii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); (iv) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (v) atividades de prestação de serviços; e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

2.7 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e controladas em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que a partir de 1º de janeiro de 2013 (e ajustadas de forma comparativa a partir de 1º de janeiro de 2012) deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser registradas por equivalência patrimonial (nota 3), e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e CPFL Renováveis.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e

como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.9 Reapresentação das demonstrações financeiras de 2012 e balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2012

Conforme mencionado nas notas 3.8 e 3.9, os Pronunciamentos Técnicos CPC 33 (R1) / IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados e CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto, devem ser adotados a partir de 1º de janeiro de 2013. Uma vez que a adoção destes pronunciamentos é uma mudança de prática, a qual deve ser aplicada retrospectivamente conforme CPC 23 / IAS 8, a Companhia e suas controladas estão reapresentando, para fins de comparação, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1 de janeiro de 2012. Os ajustes têm os seguintes impactos:

Ativo

	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	01/01/2012 reapresentado
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.477.894	(42.860)	-	2.435.034	2.699.837	(36.411)	-	2.663.426
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.269.601	(63.577)	-	2.206.024	1.874.280	(13.547)	-	1.860.733
Dividendo e juros sobre o capital próprio	2.894	52.139	-	55.033	930	26.991	-	27.921
Títulos e valores mobiliários	6.100	-	-	6.100	47.521	-	-	47.521
Tributos a compensar	263.403	(12.417)	-	250.987	277.463	(7.373)	-	270.090
Derivativos	870	-	-	870	3.733	-	-	3.733
Estoques	49.346	(12.520)	-	36.826	44.872	(4.020)	-	40.852
Arrendamentos	9.740	-	-	9.740	4.581	-	-	4.581
Ativo financeiro da concessão	34.444	-	-	34.444	-	-	-	-
Outros créditos	516.903	(6.022)	-	510.880	409.938	(5.154)	-	404.784
Total do circulante	5.630.196	(85.257)	-	5.544.938	5.363.054	(39.514)	-	5.323.541
Não circulante								
Consumidores, concessionárias e permissionárias	162.017	(359)	-	161.658	182.300	-	-	182.300
Coligadas, controladas e controladora	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	1.184.554	(59.215)	-	1.125.339	1.128.616	(45.999)	-	1.082.617
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	109.965	-	-	74.910
Tributos a compensar	225.036	(18.383)	-	206.653	216.715	(18.114)	-	198.601
Derivativos	486.438	-	-	486.438	215.642	-	-	215.642
Créditos fiscais diferidos	1.318.618	(60.831)	-	1.257.787	1.176.535	(49.954)	-	1.126.581
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	31.703	-	-	31.703	24.521	-	-	24.521
Ativo financeiro da concessão	2.342.796	-	-	2.342.796	1.376.664	-	-	1.376.664
Entidade de previdência privada	10.203	-	(10.203)	-	3.416	-	(3.416)	-
Investimentos ao custo	116.654	-	-	116.654	116.654	-	-	116.654
Outros créditos	420.155	(76.340)	-	343.814	279.460	(45.934)	-	233.526
Investimentos	-	1.022.126	-	1.022.126	-	1.006.324	-	1.006.324
Imobilizado	9.611.958	(2.507.897)	-	7.104.060	8.292.076	(2.619.351)	-	5.672.725
Intangível	9.535.360	(355.049)	-	9.180.312	8.927.439	(352.166)	-	8.534.673
Total do não circulante	25.445.491	(2.055.948)	(10.203)	23.379.341	22.050.003	(2.200.850)	(3.416)	19.845.737
Total do Ativo	31.075.687	(2.141.205)	(10.203)	28.924.279	27.413.057	(2.240.364)	(3.416)	25.169.278

Passivo

	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	01/01/2012 reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante								
Fornecedores	1.691.002	(1.865)	-	1.689.137	1.240.143	44.174	-	1.284.317
Encargos de dívidas	142.599	(4.305)	-	138.293	141.902	(5.734)	-	136.169
Encargos de debêntures	95.614	(789)	-	94.825	83.552	(4.495)	-	79.057
Empréstimos e financiamentos	1.558.499	(139.465)	-	1.419.034	896.414	(132.317)	-	764.097
Debêntures	336.459	(26.309)	-	310.149	531.185	(14.830)	-	516.355
Entidade de previdência privada	51.675	-	-	51.675	40.695	-	(524)	40.171
Taxas regulamentares	114.488	(3.712)	-	110.776	145.146	(5.230)	-	139.916
Impostos, taxas e contribuições	442.365	(11.894)	-	430.472	483.028	(17.935)	-	465.093
Dividendo e juros sobre capital próprio	26.542	-	-	26.542	24.524	-	-	24.524
Obrigações estimadas com pessoal	72.535	(810)	-	71.725	70.771	(736)	-	70.035
Derivativos	109	-	-	109	-	-	-	-
Uso do bem público	30.422	(26.979)	-	3.443	28.738	(25.626)	-	3.112
Outras contas a pagar	631.043	(7.776)	-	623.267	813.338	(21.491)	-	791.848
Total do circulante	5.193.351	(223.903)	-	4.969.447	4.499.437	(184.220)	(524)	4.314.692
Não circulante								
Fornecedores	4.467	-	-	4.467	-	-	-	-
Encargos de dívidas	62.271	-	-	62.271	23.627	-	-	23.627
Empréstimos e financiamentos	9.035.534	(1.377.338)	-	7.658.196	7.382.455	(1.506.562)	-	5.875.893
Debêntures	5.895.143	(104.880)	-	5.790.263	4.548.651	(130.877)	-	4.417.774
Entidade de previdência privada	325.455	-	505.729	831.184	414.629	-	(108.856)	305.773
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	165	-	-	165
Débitos fiscais diferidos	1.155.733	-	-	1.155.733	1.038.101	-	-	1.038.101
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	386.079	(36.985)	-	349.094	338.121	(34.891)	-	303.231
Derivativos	336	-	-	336	24	-	-	24
Uso do bem público	461.157	(384.787)	-	76.371	440.926	(368.566)	-	72.360
Outras contas a pagar	149.059	(13.312)	-	135.748	174.410	(15.248)	-	159.161
Total do não circulante	17.475.275	(1.917.301)	505.729	16.063.703	14.361.110	(2.056.144)	(108.856)	12.196.111
Patrimônio líquido								
Capital social	4.793.424	-	-	4.793.424	4.793.424	-	-	4.793.424
Reservas de capital	228.322	-	-	228.322	229.956	-	-	229.956
Reserva legal	556.481	-	-	556.481	495.185	-	-	495.185
Reserva de retenção de lucros para investimento	326.899	-	-	326.899	-	-	-	-
Dividendo	455.906	-	-	455.906	758.470	-	-	758.470
Resultado abrangente acumulado	535.627	-	(572.225)	(36.598)	563.005	-	-	563.005
Lucros acumulados	-	-	56.293	56.293	227.118	-	105.964	333.082
Total patrimônio líquido	6.896.660	-	(515.932)	6.380.728	7.067.158	-	105.964	7.173.122
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	1.510.401	-	-	1.510.401	1.485.352	-	-	1.485.352
Total passivo e patrimônio líquido	31.075.687	(2.141.205)	(10.203)	28.924.279	27.413.057	(2.240.364)	(3.416)	25.169.278

Demonstração no resultado

	2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	2012 Reapresentado
Receita operacional líquida	15.055.147	(164.272)	-	14.890.875
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica	(7.725.980)	(527.015)	-	(8.252.995)
Custo de operação	(1.620.312)	292.278	(49.672)	(1.377.706)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.355.675)	-	-	(1.355.675)
Lucro operacional bruto	4.353.181	(399.009)	(49.672)	3.904.499
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(468.345)	200	-	(468.146)
Despesas gerais e administrativas	(732.823)	8.459	-	(724.364)
Outras despesas operacionais	(380.899)	4.001	-	(376.898)
Resultado do serviço	2.771.113	(386.349)	(49.672)	2.335.091
Resultado de participações societárias	-	120.680	-	120.680
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	720.332	(13.369)	-	706.963
Despesas financeiras	(1.487.964)	203.228	-	(1.284.736)
	(767.632)	189.859	-	(577.773)
Lucro antes dos tributos	2.003.481	(75.810)	(49.672)	1.877.998
Contribuição social	(198.987)	20.969	-	(178.017)
Imposto de renda	(547.760)	54.841	-	(492.919)
	(746.747)	75.811	-	(670.936)
Lucro líquido do exercício	1.256.734	-	(49.672)	1.207.062
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.225.924	-	(49.672)	1.176.252
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	30.810	-	-	30.810
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	1,27	-	(0,05)	1,22
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	1,26	-	(0,05)	1,20

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		
	2012 publicado	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	2012 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	1.225.924	(49.672)	1.176.252
Resultado abrangente do exercício, reflexo sobre os investimentos da Companhia	-	(572.225)	(572.225)
Resultado abrangente do exercício - individual	1.225.924	(621.897)	604.027

	Consolidado		
	2012 publicado	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	2012 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	1.256.734	(49.672)	1.207.062
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:			
- Ganhos/(Perdas) atuariais	-	(572.225)	(572.225)
Resultado abrangente consolidado do exercício	1.256.734	(621.897)	634.837
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.225.924	(621.897)	604.027
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	30.810	-	30.810

Fluxo de Caixa

	Consolidado			31/12/2012 reapresentado
	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro antes dos tributos	2.003.481	(75.811)	(49.672)	1.877.998
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	1.127.103	(148.177)	-	978.926
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	95.226	(300)	-	94.926
Provisão para devedores duvidosos	163.903	(92)	-	163.811
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	1.099.913	(195.573)	-	904.340
Despesa com plano de pensão	(16.340)	-	49.672	33.332
Equivalência patrimonial	-	(120.680)	-	(120.680)
Perda na baixa de não circulante	54.579	-	-	54.579
PIS e COFINS diferidos	(64.005)	-	-	(64.005)
Outros	21.919	-	-	21.919
	4.485.779	(540.632)	-	3.945.147
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(486.380)	50.481	-	(435.899)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	-	79.730	-	79.730
Tributos a compensar	48.558	3.214	-	51.772
Operações de Arrendamento	(3.969)	-	-	(3.969)
Depósitos judiciais	8.305	200	-	8.505
Contas a receber Eletrobrás - aporte CDE	(24.972)	-	-	(24.972)
Outros ativos operacionais	(48.523)	7.234	-	(41.289)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	435.014	(46.039)	-	388.975
Outros tributos e contribuições sociais	(146.600)	(2.521)	-	(149.121)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(79.450)	-	-	(79.450)
Taxas regulamentares	(29.057)	1.457	-	(27.600)
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(64.084)	-	-	(64.084)
Outros passivos operacionais	(68.314)	44.472	-	(23.842)
CAIXA ORIUNDO DAS OPERAÇÕES	4.026.307	(402.403)	-	3.623.904
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(1.018.078)	152.053	-	(866.025)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(864.145)	95.567	-	(768.578)
CAIXA LÍQUIDO ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.144.084	(154.783)	-	1.989.301
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de participação societária, líquido do caixa adquirido	(706.186)	-	-	(706.186)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	(172.476)	-	-	(172.476)
Aquisições de imobilizado	(1.034.589)	7.480	-	(1.027.109)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos Vinculados	(14.806)	863	-	(13.943)
Operações de arrendamento	(6.581)	-	-	(6.581)
Adições de intangível	(1.433.064)	162	-	(1.432.902)
Outros	(558)	(816)	-	(1.374)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.368.260)	7.689	-	(3.360.571)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Oferta pública de ações de controlada				
Captação de empréstimos e debêntures	4.294.254	(7.442)	-	4.286.812
Amortização de principal de empréstimos e debêntures, líquida de derivativos	(1.885.175)	148.087	-	(1.737.088)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.406.846)	-	-	(1.406.846)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.002.233	140.645	-	1.142.878
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(221.943)	(6.449)	-	(228.392)
SALDO INICIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.699.837	(36.412)	-	2.663.425
SALDO FINAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.477.894	(42.860)	-	2.435.034

DVA

	Consolidado			31/12/2012 reapresentado
	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	
1 - Receita	22.353.535	(176.497)	-	22.177.037
1.1 Receita de venda de energia e serviços	20.070.723	(173.495)		19.897.228
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	1.095.164	(3.094)		1.092.070
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.351.550	-		1.351.550
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(163.903)	92		(163.811)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.236.546)	(419.756)	-	(12.656.301)
2.1 Custo com energia elétrica	(8.584.834)	(583.982)		(9.168.816)
2.2 Material	(1.006.729)	129.890		(876.839)
2.3 Serviços de terceiros	(1.071.161)	13.648		(1.057.512)
2.4 Outros	(1.573.822)	20.689		(1.553.134)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	10.116.989	(596.253)	-	9.520.736
4 - Retenções	(1.127.382)	148.176	-	(979.206)
4.1 Depreciação e amortização	(841.374)	146.881		(694.493)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(286.009)	1.295		(284.714)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	8.989.607	(448.077)	-	8.541.530
6 - Valor adicionado recebido em transferência	739.531	107.311	-	846.842
6.1 Receitas financeiras	739.531	(13.369)		726.163
6.2 Equivalência patrimonial	-	120.679		120.679
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	9.729.138	(340.766)	-	9.388.372
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	659.596	(8.904)	49.672	700.364
8.1.1 Remuneração direta	437.223	(7.765)		429.458
8.1.2 Benefícios	178.648	(866)	49.672	227.454
8.1.3 F.G.T.S	43.725	(273)		43.452
8.2 Impostos, taxas e contribuições	6.276.188	(127.299)	-	6.148.889
8.2.1 Federais	3.081.294	(126.973)		2.954.321
8.2.2 Estaduais	3.183.205	-		3.183.205
8.2.3 Municipais	11.689	(326)		11.363
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.536.621	(204.563)	-	1.332.058
8.3.1 Juros	1.493.141	(194.049)		1.299.091
8.3.2 Aluguéis	29.641	(216)		29.425
8.3.3 Outros	13.839	(10.297)		3.542
8.4 Remuneração de capital próprio	1.256.734	-	(49.672)	1.207.062
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.093.869	-		1.093.869
8.4.2 Lucros retidos	162.865	-	(49.672)	113.193
	9.729.138	(340.766)	-	9.388.372

Nas demonstrações financeiras da controladora, os efeitos decorrentes da reapresentação foram: (i) em 31 de dezembro de 2012 uma redução de R\$ 515.932 na rubrica de investimentos em contrapartida a uma redução no resultado abrangente no patrimônio líquido de R\$ 572.225 e um aumento em lucros acumulados de R\$ 56.293; e (ii) em 1º de janeiro de 2012 um aumento na rubrica de investimento de R\$ 105.964 em contrapartida a lucros acumulados no patrimônio líquido. Na demonstração do resultado da controladora de 2012, o impacto foi uma redução na receita de equivalência patrimonial de R\$ 49.672.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada

desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme estabelecido pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e após o seu reconhecimento inicial é remensurado pelas alterações nos fluxos de caixa estimados, tendo como contrapartida as contas de receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- ii. Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- iv. Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

A Companhia e suas controladas têm como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como

disponível para venda deve-se a sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará, no mínimo, conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível uma vez que a indenização não será fixa ou determinável e pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação dadas outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- ii. Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de controladas em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25 e IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Arrendamentos:

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado linearmente, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos que contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. O imobilizado é depreciado com base na vida útil estimada do ativo ou prazo de arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

3.4 Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão entretanto determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível:

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios e direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R1). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso.
- ii. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, autoriza as concessionárias do serviço público de energia elétrica a desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão, nos termos dos artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, alterado pelo Decreto n.º 56.227, de 30 de abril de 1965.

- iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.
- Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável, qualquer aumento no valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Uma das formas utilizadas para avaliação do *impairment* são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo consideradas Patrocinadoras destes planos (nota 2.9). Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Controladas em conjunto

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha como prática a consolidação proporcional das controladas em conjunto. Em 1º de janeiro de 2013, devido à adoção do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em Conjunto, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA, que passaram a ser reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, sendo esta a nova política contábil de registro de controladas em conjunto adotada pela Companhia.

Os efeitos da adoção deste pronunciamento estão demonstrados na nota 2.9.

3.10 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento de cada controlada.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada (“preço fixo”), sendo as perdas, caso existam, reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais

referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

3.14 Ativos e passivos regulatórios

Em consonância com o entendimento do IASB/CPC, ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados nas demonstrações financeiras das controladas de distribuição por não atenderem os requerimentos de ativos e passivos descritos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Desta forma, os direitos ou compensações somente são refletidos nas demonstrações financeiras, a partir do momento que forem reconhecidos nas tarifas de energia, com base nas revisões e/ou reajustes tarifários efetuados pelo poder concedente e quando do consumo de energia elétrica por parte dos clientes cativos.

3.15 Subvenção governamental – CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos períodos nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários e como despesa os custos com risco hidrológico, exposição involuntária e encargos de ESS.

As subvenções recebidas via aporte CDE (notas 26.3 e 27.1) referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras, nos termos do IAS 20/CPC 07.

3.16 Novas normas e interpretações adotadas

No exercício de 2013, foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013:

a) Alterações à IFRS 7 - Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre direitos de compensação e acordos relacionados para instrumentos financeiros segundo um acordo de compensação executável ou similar.

A Companhia aplicou estas alterações pela primeira vez no exercício corrente de forma retrospectiva, porém, como a Companhia e suas controladas não fazem parte de nenhum acordo de compensação, a aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Normas novas e revisadas sobre consolidação, acordos conjuntos, coligadas e divulgações (IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 11/CPC 19 (R2), IFRS 12/CPC 45).

No exercício corrente, a companhia adotou as normas acima, exceto a IAS 27 (como revisada em 2011) por se tratar somente de demonstrações financeiras separadas (não aplicável portanto para a Companhia e suas controladas).

- **IFRS 10/CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

A IFRS 10/ CPC 36 (R3) substitui as partes da IAS 27 que tratam de demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10/CPC 36 (R3) altera a definição de controle de forma que um investidor tenha controle sobre uma investida quando tem (i) poder sobre a investida, (ii) exposição ou direitos a retornos variáveis das atividades com a investida e (iii) capacidade de usar o poder sobre a investida para afetar seus retornos. Para que um investidor tenha controle sobre uma investida, os três critérios devem ser atendidos.

Anteriormente, controle era definido como o poder de conduzir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para obter benefícios de suas atividades. A administração analisou estes novos conceitos e concluiu que não houve nenhum impacto em suas demonstrações financeiras, de forma que todas as empresas que anteriormente eram consideradas controladas, coligadas ou controladas em conjunto permaneceram com o mesmo enquadramento após este novo pronunciamento.

- **IFRS 11/ CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto**

Anteriormente, a IAS 31 abrangia três tipos de acordos conjuntos - entidades controladas em conjunto, operações controladas em conjunto e ativos controlados em conjunto.

De acordo com a IFRS 11, existem apenas dois tipos de acordos conjuntos - operações em conjunto e empreendimentos controlados em conjunto, e a classificação é determinada com base nos direitos e nas obrigações das partes em relação aos acordos, considerando a estrutura, a forma legal e os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias se relevantes. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados por equivalência patrimonial e a consolidação proporcional não é mais permitida. Investimentos em operações em conjunto são contabilizados de modo que cada operador reconheça seus ativos, seus passivos, suas receitas e suas despesas.

A Administração da Companhia avaliou a classificação dos investimentos das companhias Enercan, Baesa, Chapecoense e Epasa de acordo com as exigências da IFRS 11/CPC 19 (R2) e concluiu que todos estes investimentos, anteriormente classificados como entidades controladas em conjunto de acordo com as regras da IAS 31 e conseqüentemente contabilizados pelo método de consolidação proporcional, devem ser classificados pela nova norma como empreendimentos controlados em conjunto segundo a IFRS 11/CPC 19 (R2) e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

A mudança na contabilização destes investimentos foi aplicada de acordo com as disposições de transição relevantes especificadas na IFRS 11/CPC 19 (R2) e os valores comparativos foram reapresentados para refletir a mudança na contabilização destes investimentos (nota 2.9).

- **IFRS 12/CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades**

A IFRS 12/CPC 45 é uma nova norma de divulgação aplicável a entidades com participações em controladas, acordos em conjunto, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. Em geral, a aplicação da IFRS 12/CPC 45 resultou em divulgações mais extensas nas demonstrações financeiras consolidadas (vide notas 2.5 e 12.8 para detalhes).

c) IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Este pronunciamento define uma única orientação para as mensurações do valor justo e as suas respectivas divulgações. Seu escopo é abrangente e aplica-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações dessas mensurações, exceto em determinados casos.

A IFRS 13/CPC 46 apresenta uma nova definição de valor justo, definido como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação no mercado principal ou outro mais vantajoso na data de mensuração, de acordo com as condições de mercado atuais, independentemente se esse preço é diretamente observável ou estimado por meio de outra técnica de avaliação. Deve ser adotada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, este pronunciamento exige divulgações abrangentes sobre as mensurações do valor justo, por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas com base na hierarquia de valor justo são exigidas para todos os ativos e passivos que são mensurados ao valor justo ou que tenham o seu valor justo divulgado nas demonstrações financeiras, não sendo necessária apresentação comparativa dos exercícios anteriores à adoção. A Companhia avaliou e concluiu que não há impactos relevantes na aplicação deste pronunciamento.

d) Alterações à IAS 1 Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Os requerimentos, dentre outros, exigem que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias:

- a) itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado; e
- b) itens que podem ser reclassificados posteriormente para o resultado quando atendidas condições específicas.

As alterações foram aplicadas retrospectivamente e, assim, a apresentação de itens de outros resultados abrangentes foi modificada para refletir essas mudanças. A aplicação destas alterações à IAS 1 não resulta em nenhum impacto sobre o resultado, outros resultados abrangentes e o resultado abrangente total.

e) Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras (Esclarecimento das exigências de informações comparativas)

As Melhorias Anuais das IFRSs 2009 - 2011 geraram diversas alterações às IFRSs, sendo as mais relevantes para a Companhia aquelas relativas à apresentação do balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado e as notas explicativas relacionadas. As alterações especificam que deve ser apresentada uma terceira coluna do balanço patrimonial quando: (a) uma entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz uma reapresentação ou reclassificação retrospectiva dos itens nas demonstrações financeiras; e (b) a aplicação, reapresentação ou reclassificação retrospectiva tem um efeito material sobre as informações na terceira coluna do balanço patrimonial. As notas explicativas correspondentes aos saldos do terceiro balanço patrimonial não precisam ser apresentadas.

Conforme mencionado na nota 2.9, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 estão sendo reapresentadas, de acordo com o IAS 1.

f) IAS 19 Benefícios aos Empregados (como revisada em 2011)

No exercício corrente, e aplicado retrospectivamente, a Companhia aplicou pela primeira vez a IAS 19 (como revisada em 2011), equivalente ao CPC 33 (R1). Esta alteração muda a contabilização de planos de benefícios definidos e benefícios rescisórios.

As principais alterações exigem o reconhecimento de mudanças em obrigações de benefícios definidos e no valor justo de ativos do plano quando ocorridas e, assim, eliminam o método do corredor, permitido pela versão anterior da IAS 19/CPC 33 (R1), e aceleram o reconhecimento dos custos de serviços passados. Todos os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes para que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão reflita o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, o custo dos juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano usados na versão anterior da IAS 19/CPC 33 (R1) são substituídos por um valor de "juros líquidos" de acordo com a IAS 19 (como revisada em 2011)/ CPC 33 (R1), que é calculado aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Além disso, a IAS 19 (como revisada em 2011)/ CPC 33 (R1) introduz certas mudanças na apresentação do custo de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensas, como a análise de sensibilidade de premissas atuariais significativas.

Conforme IAS 1 e IAS 8, a Companhia ajustou os efeitos do corredor em 1º de janeiro de 2012 em lucros acumulados. A Companhia aplicou as disposições de transição relevantes e reapresentou os valores comparativos retrospectivamente, conforme descrito na nota 2.9.

3.17 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e conseqüentemente a Companhia não as adotou:

a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

A adoção foi inicialmente requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, mas em função do projeto IFRS 9 relacionado ao tema de impairment ainda não estar concluído, o IASB decidiu que esta data não concederia tempo suficiente para as entidades prepararem a aplicação do IFRS 9. A nova data será determinada quando o IFRS 9 estiver mais próximo de sua conclusão.

Com relação às alterações nos ativos financeiros, as controladas de distribuição possuem ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do IAS 39. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão das controladas. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda é em função da não classificação nas outras três categorias descritas no IAS 39 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento).

Se estes instrumentos fossem classificados de acordo com a nova norma de valor justo contra resultado ou custo amortizado, seriam designados e mensurados pelo “valor justo contra resultado”. Estes ativos financeiros correspondem ao valor justo da indenização ao final da concessão, e, portanto, são enquadrados neste conceito.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial destas alterações, a Companhia estima que, apesar de deter ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações ao IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações ao IAS 32 esclarecem questões relacionadas às exigências de compensação (encontro de contas) de instrumentos financeiros ativos e passivos e endereçam inconsistências na política atual na aplicação dos critérios de compensação. As alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensação” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações ao IAS 32 são requeridas retrospectivamente para períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2014.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

c) Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra nesta definição não consolide suas controladas, mas que as mensure pelo valor justo através do resultado. Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade deve: (i) obter recursos de um ou mais investidores em troca de serviços profissionais de gestão de investimentos; (ii) comprometer-se com seus investidores de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou ambos; e (iii) mensurar e avaliar o desempenho de seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

d) IFRIC 21 – Levies

Esta interpretação endereça a contabilização de passivo para pagamento de tributos se este passivo estiver no escopo do IAS 37. Também endereça a contabilização de um passivo para pagamento de tributos cujo prazo e montante sejam certos.

A adoção é requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

e) Aditivo ao IAS 19 - Planos de Benefício Definido: Contribuições de Empregados

Estas alterações se aplicam a contribuições de empregados ou terceiros aos planos de benefícios definidos. O objetivo das alterações é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, por exemplo, contribuições de empregados que são calculadas de acordo com um percentual fixo do salário. Estas alterações são efetivas a partir de 1 de Julho de 2014. Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras

f) Alterações ao IAS 36 - Divulgação de valor recuperável para ativos não financeiros

As alterações ao IAS 36 endereçam a divulgação de informações sobre o valor recuperável de ativos se este for baseado em valor justo menos custos de desativação.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. O valor justo dos ativos intangíveis é determinado conforme cotação em mercado ativo. Caso não exista mercado ativo, o valor justo será aquele que a Companhia teria pago pelos ativos intangíveis, na data de aquisição, em operação sem favorecimento entre partes conhecedoras e dispostas a negociar com base na melhor informação disponível.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em

consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

A Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que, para aquelas concessões cujo prazo vence até 2017, o cálculo do valor da indenização no momento da reversão dos ativos utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios a serem estabelecidos em regulamento do poder concedente. Para as demais concessões que se encerram após 2017, a Administração da Companhia acredita, de forma similar à estabelecida pela MP nº 579, que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de valorização dos ativos utilizando a metodologia do valor novo de reposição.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Saldos bancários	936	741	132.130	239.212
Aplicações financeiras	989.737	141.095	4.074.292	2.195.822
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	46.809	18.173
Certificado de depósitos bancários (b)	-	-	377.556	228.818
Operações compromissadas em debêntures (b)	-	-	8.970	12.850
Fundos de investimento (c)	989.737	141.095	3.640.957	1.935.982
Total	990.672	141.835	4.206.422	2.435.034

- Aplicações de curtíssimo prazo, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 20% da variação do CDI.
- Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- Representa valores aplicados em Fundo Exclusivo e tem como características aplicações pós-fixadas em CDI e lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte, com liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	Consolidado				31/12/2012 reapresentado
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2013	
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	263.143	201.332	36.148	500.623	640.582
Industrial	107.916	46.494	25.543	179.953	225.681
Comercial	121.503	39.663	12.662	173.828	216.422
Rural	27.905	5.919	1.199	35.023	45.801
Poder público	29.558	3.939	409	33.906	45.111
Iluminação pública	25.357	3.053	9.724	38.134	49.753
Serviço público	36.362	4.430	390	41.182	49.335
Faturado	611.744	304.830	86.075	1.002.649	1.272.683
Não faturado	627.852	-	-	627.852	597.556
Parcelamento de débito de consumidores	64.586	7.533	56.663	128.782	137.246
Energia livre	4.161	-	-	4.161	3.764
Operações realizadas na CCEE	21.313	-	-	21.313	18.954
Concessionárias e permissionárias	324.535	-	-	324.535	264.268
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(125.758)	(125.758)	(112.239)
Outros	24.254	-	-	24.254	22.794
Total	1.678.446	312.363	16.980	2.007.789	2.205.024
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	120.042	-	-	120.042	136.368
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.489)	-	-	(7.489)	(16.240)
Operações realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	228
Total	153.854	-	-	153.854	161.658

Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e Permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Geração, CPFL Brasil e CPFL Renováveis.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Consumidores, concessionárias e permissionárias</u>	<u>Outros créditos (nota 11)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2012 reapresentado	(85.314)	-	(85.314)
Provisão constituída	(165.620)	(22.000)	(187.620)
Recuperação de receita	23.809	-	23.809
Baixa de contas a receber provisionadas	98.646	-	98.646
Saldo em 31/12/2012 reapresentado	(128.478)	(22.000)	(150.479)
Provisão (constituída)/revertida	(111.768)	3.999	(107.769)
Recuperação de receita	35.016	2.429	37.445
Baixa de contas a receber provisionadas	71.984	2.421	74.405
Saldo em 31/12/2013	(133.247)	(13.151)	(146.398)
Circulante	(125.758)	(12.930)	(138.688)
Não Circulante	(7.489)	(221)	(7.710)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	393	401	3.054	2.690
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	1.301	1.092	5.767	10.889
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	14.091	17.143	14.537	17.654
Imposto de renda e contribuição social a compensar	807	850	14.731	22.891
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.218	5.736	106.627	63.512
ICMS a compensar	-	-	77.559	84.487
Programa de integração social - PIS	-	-	6.783	8.808
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42	42	30.123	36.426
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1	2.279	3.194
Outros	20	46	972	435
Total	29.874	25.311	262.433	250.987
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	42.848	39.466
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	11.851	10.707
ICMS a compensar	-	-	99.777	126.061
Programa de integração social - PIS	-	-	3.073	5.399
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	14.116	24.621
Outros	-	-	1.698	399
Total	-	-	173.362	206.653

Contribuição Social a Compensar – CSLL - No não circulante, o saldo refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando o trâmite regular de habilitação do crédito junto à Receita Federal, para realizar a compensação sistêmica e financeira do crédito.

ICMS a Compensar - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

PIS e Cofins – No não circulante, o saldo refere-se basicamente a créditos reconhecidos pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionados à aquisição de equipamentos, que serão realizados através da depreciação dos respectivos equipamentos.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - O saldo de 31 de dezembro de 2013 refere-se principalmente a liquidação de instrumentos derivativos.

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1- Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Crédito/(Débito) de contribuição social				
Bases negativas	41.245	43.686	47.660	47.490
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	121.820	137.773
Diferenças temporariamente indedutíveis	511	1.779	(185.861)	(198.344)
Subtotal	41.756	45.465	(16.381)	(13.081)
Crédito/(Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	123.429	130.587	141.113	141.154
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	416.418	468.844
Diferenças temporariamente indedutíveis	612	1.359	(519.615)	(553.215)
Subtotal	124.042	131.947	37.917	56.783
Crédito/(Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	30.025	58.353
Total	165.798	177.411	51.560	102.054
Total crédito fiscal	165.798	177.411	1.168.706	1.257.787
Total débito fiscal	-	-	(1.117.146)	(1.155.733)

8.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os ágios de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012 reapresentado	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	68.938	191.495	77.253	214.590
CPFL Piratininga	16.148	55.414	17.662	60.609
RGE	31.342	129.436	34.268	141.518
CPFL Santa Cruz	1.757	5.525	2.655	8.349
CPFL Leste Paulista	939	2.863	1.493	4.545
CPFL Sul Paulista	1.386	4.332	2.151	6.712
CPFL Jaguari	824	2.516	1.299	3.950
CPFL Mococa	485	1.499	807	2.502
CPFL Geração	-	23.282	-	25.613
CPFL Serviços	-	57	186	455
Total	121.820	416.418	137.773	468.844

8.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012 reapresentado		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.746	90.959	-	22.700	63.587	-
Entidade de previdência privada	2.004	5.566	-	1.387	4.850	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.379	37.163	-	13.274	36.871	-
Provisão energia livre	5.429	15.081	-	4.884	13.569	-
Programas de P&D e eficiência energética	11.471	31.864	-	12.570	34.913	-
Provisão relacionada a pessoal	3.522	9.785	-	3.151	8.741	-
Diferença de taxas de depreciação	7.212	20.033	-	7.599	21.108	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS / CPC)	(1.798)	(4.995)	-	(2.024)	(5.621)	-
Registro da concessão - ajuste do financeiro (IFRS / CPC)	(36.093)	(100.258)	(22)	(43.062)	(119.617)	-
Estorno de ativos e passivos regulatórios (IFRS / CPC)	27.218	75.605	30.046	48.048	133.468	57.475
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	33.178	92.464	-	25.587	71.365	-
Outros ajustes na transição de práticas contábeis (IFRS / CPC)	13.758	38.081	-	12.247	34.020	-
Depreciação acelerada incentivada	(9)	(26)	-	(48)	(133)	-
Outros	4.719	9.606	-	9.509	20.211	878
Diferenças temporariamente indedutíveis - reserva de avaliação patrimonial						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(65.079)	(180.774)	-	(69.017)	(189.597)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	27.050	75.138	-	28.644	79.566	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(6.970)	(19.360)	-	(7.255)	(20.132)	-
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	(93.120)	(258.667)	-	(96.452)	(267.924)	-
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia,						
Complexo Atlântica e BVP	(155.471)	(431.863)	-	(163.767)	(454.907)	-
Outras diferenças temporárias	(9.006)	(25.016)	-	(6.319)	(17.553)	-
Total	(185.861)	(519.615)	30.025	(198.344)	(553.215)	58.353

8.4 Expectativa de recuperação

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal, e sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Controladora	Consolidado
2014	9.478	226.376
2015	15.205	179.005
2016	17.136	109.404
2017	15.536	77.941
2018	13.931	73.981
2019 a 2021	36.619	187.500
2022 a 2024	29.253	143.305
2025 a 2027	22.384	127.223
2028 a 2030	6.257	6.257
2031 a 2033	-	37.714
Total	165.798	1.168.706

8.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2013 e de 2012:

	Controladora			
	2013		2012 rerepresentado	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	974.942	974.942	1.231.197	1.231.197
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(1.022.779)	(1.022.779)	(1.281.414)	(1.281.414)
Amortização de intangível adquirido	(28.037)	-	(28.564)	-
Receita juros sobre o capital próprio	163.170	163.170	206.414	206.414
Outras adições permanentes líquidas	6.357	7.037	10.175	10.976
Base de cálculo	93.654	122.370	137.808	167.173
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito fiscal apurado	(8.429)	(30.593)	(12.403)	(41.793)
Crédito fiscal constituído/(não constituído), líquido	172	1.326	(898)	149
Total	(8.257)	(29.267)	(13.301)	(41.645)
Corrente	(6.138)	(19.772)	(8.791)	(29.692)
Diferido	(2.119)	(9.495)	(4.510)	(11.953)

	Consolidado			
	2013		2012 rerepresentado	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.519.200	1.519.200	1.877.998	1.877.998
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(120.868)	(120.868)	(120.680)	(120.680)
Amortização de intangível adquirido	101.886	131.161	107.888	137.747
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(10.882)	(10.882)	(11.895)	(11.895)
Efeito regime lucro presumido	(42.151)	(74.675)	(103.369)	(146.158)
REFIS - Lei 11.941/09 art 4º	(12.739)	(12.739)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	74.318	74.318	32.260	32.260
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(53.200)	-	(41.756)
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	50.489	15.871	125.606	101.119
Base de cálculo	1.559.254	1.468.187	1.907.810	1.828.636
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(140.333)	(367.047)	(171.703)	(457.159)
Crédito fiscal não constituído, líquido	(16.422)	(46.361)	(6.315)	(35.759)
Total	(156.755)	(413.408)	(178.017)	(492.919)
Corrente	(147.107)	(374.874)	(228.710)	(610.418)
Diferido	(9.648)	(38.534)	50.692	117.499

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

Amortização de intangível adquirido - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, no exercício de 2013, tais valores passaram a ser classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em melhor atendimento do ICPC 09 (R1) (nota 13).

Crédito Fiscal Constituído - Parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções, a qual resultou em margem para complemento de registro contábil.

8.6 Créditos fiscais não reconhecidos

A controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não constituídos no montante de R\$ 121.621, que poderão ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram constituídos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2013, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não

registrados são CPFL Renováveis (R\$ 125.072), Sul Geradora (R\$ 72.523) e CPFL Jaguari Geração (R\$ 1.779). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(9) ARRENDAMENTO

As atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia são principalmente realizadas pela controlada CPFL Serviços, nas quais é arrendadora, e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários.

A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia (“autoprodução”) e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação.

A controlada realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais.

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas financeiras reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos.

Estes investimentos resultaram neste exercício em uma receita financeira de R\$ 14.615 (R\$ 12.031 em 2012).

	Consolidado					
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Investimento bruto	93.398	93.541	15.202	45.949	32.248	93.398
Receita financeira não realizada	(44.824)	(52.098)	10.757	26.090	11.727	48.574
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	48.574	41.443				
Circulante	10.757	9.740				
Não circulante	37.817	31.703				

Em 31 de dezembro de 2013, não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento a receber; e (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01/01/2012 rerepresentado	1.376.664
Não circulante	1.376.664
Adições	555.101
Efeito da alteração das taxas de depreciação	294.785
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	159.195
Baixas	(10.211)
Indenização PCH Rio do Peixe II	1.706
Saldo em 31/12/2012 rerepresentado	2.377.240
Circulante	34.444
Não circulante	2.342.796
Adições	536.417
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	(66.620)
Recebimentos	(34.444)
Baixas	(12.659)
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras (nota 12.3)	(12.862)
Saldo em 31/12/2013	<u>2.787.073</u>
Não circulante	<u>2.787.073</u>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras e transmissora de energia de receber caixa no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão.

Para as distribuidoras de energia, conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor novo de reposição ("VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita/despesa financeira no resultado do exercício.

Para a transmissora de energia, a remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado e a receita anual permitida ("RAP") a ser recebida ao longo da concessão.

O ajuste de expectativa de fluxo de caixa contempla (i) despesa de R\$ 66.851 referente às controladas de distribuição em contrapartida a despesas financeiras e (ii) receita de R\$ 231 referente à controlada CPFL Transmissão cuja contrapartida está em outras receitas operacionais, uma vez que é parte da RAP para disponibilização da rede ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em 2013, foi recebido o montante de R\$ 36.917 (R\$34.444 originalmente constituído no ativo circulante e atualizado até o recebimento), representado pelo saldo residual dos ativos da infraestrutura da concessão, a valores de reposição na data da transação, referente à indenização da concessão da Usina Rio do Peixe II anteriormente detida pela controlada CPFL Leste Paulista.

Conforme descrito na nota 12.3, em função da reestruturação societária ocorrida em junho de 2013 os ativos de geração das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, e CPFL Mococa foram cindidos e aportados na CPFL Centrais Geradoras. O ativo financeiro da concessão anteriormente registrado naquelas controladas, relacionados aos ativos de geração, no montante de R\$ 12.862, foi também transferido para a controlada CPFL Centrais Geradoras e compôs o ativo imobilizado total registrado nesta controlada.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Adiantamentos - Fundação CESP	9.113	7.784	-	-
Adiantamento - fornecedores	17.159	17.917	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	7.695	53.566	174.538	191.931
Cauções - fundo vinculado empréstimo moeda estrangeira	-	-	-	34.287
Ordens em curso	273.496	221.883	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.929	8.214	-	-
Contratos de pré-compra de energia	14.614	47.832	30.981	40.254
Convênios de arrecadação	61.771	65.214	-	-
Despesas antecipadas	39.207	9.258	1.359	3.132
Contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE	170.543	24.972	-	-
Contas a receber - combinação de negócios	-	-	13.950	13.950
Adiantamento a funcionários	11.097	6.806	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.930)	(20.603)	(221)	(1.397)
Outros	74.689	68.040	75.488	61.657
Total	673.383	510.880	296.096	343.814

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Ordens em Curso – Compreendem custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência energética (“PEE”), instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 300/2008, e Pesquisa e desenvolvimento (“P&D”), instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 316/2008, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/2012. Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 23).

Contratos de pré-compra de energia - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Convênios de arrecadação - Referem-se a (i) convênios firmados pelas distribuidoras com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referente à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros; e (ii) recebimentos pela controlada CPFL Total, para posterior repasse aos clientes que utilizam dos serviços de arrecadação prestados por esta controlada.

Contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE – referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 11.808; (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 70.254; e (iii) aportes relacionados a ESS - segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária no montante de R\$ 88.481.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimonio liquido da controlada	5.430.352	4.867.886	1.018.565	1.006.771
Mais valia de ativos, líquidos	983.518	1.114.676	14.116	15.355
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	6.419.924	5.988.616	1.032.681	1.022.126

12.1 - Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	Quantidade (mil) de ações	31/12/2013				31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
CPFL Paulista	209.854	7.178.481	209.854	1.186.113	620.412	1.186.113	418.421	620.412	423.757
CPFL Piratininga	53.031.259	2.640.008	99.900	384.609	82.985	384.609	215.944	82.985	142.535
CPFL Santa Cruz	371.772	356.681	63.858	100.369	(143)	100.369	107.664	(143)	24.182
CPFL Leste Paulista	895.733	155.983	24.145	60.578	6.826	60.578	67.149	6.826	9.646
CPFL Sul Paulista	463.482	192.453	21.041	51.432	6.743	51.432	68.867	6.743	19.622
CPFL Jaguar	212.126	167.553	16.294	23.261	(6.631)	23.261	43.952	(6.631)	10.694
CPFL Mococa	121.761	122.812	14.797	34.145	15.482	34.145	38.345	15.482	7.100
RGE	807.169	3.517.184	919.464	1.254.557	126.851	1.254.557	1.289.756	126.851	320.757
CPFL Geração	205.487.717	5.717.271	1.039.619	2.116.833	239.561	2.116.833	2.534.388	239.561	318.149
CPFL Jaguar Geração (*)	40.108	53.090	40.108	48.356	8.962	48.356	48.102	8.962	10.185
CPFL Brasil	2.999	438.617	2.999	35.246	36.426	35.246	(81.923)	36.426	105.627
CPFL Planalto (*)	630	5.120	630	(115)	(702)	(115)	587	(702)	5.058
CPFL Serviços	1.528.988	162.485	66.620	77.078	7.445	77.078	73.056	7.445	9.140
CPFL Atende (*)	1	26.701	13.991	13.746	624	13.746	15.187	624	2.775
Nect (*)	2.059	18.958	2.059	5.999	5.796	5.999	4.646	5.796	5.750
CPFL Total (*)	19.005	45.331	19.005	20.893	3.226	20.893	21.555	3.226	2.683
CPFL Jaguariuna (*)	189.620	2.770	2.926	2.512	325	2.512	2.187	325	209
CPFL Telecom	19.900	24.549	20	(1.311)	(1.313)	(1.311)	2	(1.313)	(3)
CPFL Centrais Geradoras	14.976	18.601	14.976	16.041	1.065	16.041	-	1.065	-
CPFL Participações	10	-	-	10	-	10	-	-	-
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada						5.430.352	4.867.886	1.153.940	1.417.867
Amortização da mais valia de ativos						-	-	(131.161)	(136.453)
Total						5.430.352	4.867.886	1.022.779	1.281.414

(*) Quantidade de quotas

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 131.161 (R\$ 136.453 em 2012) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R1).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2012 reapresentado	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Alteração na participação societária	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Outros	Investimento em 31/12/2013
CPFL Paulista	418.421	-	620.412	308.784	-	(161.504)	-	-	1.186.113
CPFL Piratininga	215.944	-	82.985	122.403	-	(36.722)	-	-	384.609
CPFL Santa Cruz	107.664	-	(143)	-	-	(7.156)	-	4	100.369
CPFL Leste Paulista	67.149	-	6.826	-	-	(11.522)	(1.971)	96	60.578
CPFL Sul Paulista	68.867	-	6.743	-	-	(17.263)	(7.090)	176	51.432
CPFL Jaguar	43.952	-	(6.631)	-	-	(12.145)	(1.920)	4	23.261
CPFL Mococa	38.345	-	15.482	-	-	(17.242)	(2.443)	3	34.145
RGE	1.289.756	-	126.851	23.010	-	(185.060)	-	-	1.254.557
CPFL Geração	2.534.388	-	239.561	6.029	59.308	(532.152)	(190.300)	-	2.116.833
CPFL Jaguar Geração	48.102	-	8.962	-	-	(8.709)	-	-	48.356
CPFL Brasil	(81.923)	-	36.426	-	-	(109.557)	190.300	-	35.246
CPFL Planalto	587	-	(702)	-	-	-	-	-	(115)
CPFL Serviços	73.056	-	7.445	-	-	(3.422)	-	-	77.078
CPFL Atende	15.187	-	624	-	-	(2.066)	-	-	13.746
Nect	4.646	-	5.796	-	-	(4.443)	-	-	5.999
CPFL Total	21.555	-	3.226	-	-	(3.888)	-	-	20.893
CPFL Jaguariuna	2.187	-	325	-	-	-	-	-	2.512
CPFL Telecom	2	-	(1.313)	-	-	-	-	-	(1.311)
CPFL Centrais Geradoras	-	1.553	1.065	-	-	-	13.424	-	16.041
CPFL Participações	-	10	-	-	-	-	-	-	10
	4.867.886	1.563	1.153.940	460.226	59.308	(1.112.851)	-	283	5.430.352

Investimento	Investimento em 01/12/2012 reapresentado	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Investimento em 31/12/2012 reapresentado
CPFL Paulista	981.355	-	423.757	(409.505)	(577.188)	-	418.419
CPFL Piratininga	422.748	-	142.535	(136.628)	(212.712)	-	215.943
CPFL Santa Cruz	116.634	-	24.182	-	(33.151)	-	107.665
CPFL Leste Paulista	68.587	-	9.646	-	(11.085)	-	67.148
CPFL Sul Paulista	64.465	-	19.622	-	(15.220)	-	68.867
CPFL Jaguar	43.430	-	10.694	-	(10.172)	-	43.952
CPFL Mococa	37.634	-	7.100	-	(6.389)	-	38.345
RGE	1.248.194	-	320.757	(13.020)	(266.175)	-	1.289.756
CPFL Geração	2.491.649	-	318.149	(13.072)	(262.018)	(320)	2.534.388
CPFL Jaguar Geração	47.909	-	10.185	-	(9.991)	-	48.103
CPFL Brasil	(112.633)	56.699	105.627	-	(73.605)	(58.011)	(81.923)
CPFL Planalto	8.225	-	5.058	-	(12.696)	-	587
CPFL Serviços	25.330	-	9.140	-	(8.068)	46.654	73.056
CPFL Atende	14.329	-	2.775	-	(1.917)	-	15.187
Nect	3.859	-	5.750	-	(4.963)	-	4.646
CPFL Total	-	10.000	2.683	-	(1.168)	10.040	21.555
CPFL Jaguariuna	1.977	-	209	-	-	-	2.186
CPFL Telecom	-	6	(3)	-	-	-	3
	5.463.693	66.706	1.417.867	(572.225)	(1.506.518)	(1.638)	4.867.886

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nas controladas em conjunto registradas pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento na controlada CPFL Geração	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	153.175	148.606	4.618	(6.476)
Enercan	391.728	393.738	67.640	68.493
Chapecoense	390.822	370.627	60.809	46.501
EPASA	82.839	93.801	(10.961)	13.457
Mais valia de ativos, líquidos	14.116	15.355	(1.238)	(1.294)
	1.032.681	1.022.126	120.868	120.680

12.2 – Reestruturação societária CPFL Brasil e CPFL Geração

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e centralizar as atividades de geração de energia na controlada CPFL Geração, realizou-se reestruturação societária com cisão parcial da controlada CPFL Brasil para a controlada CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento até então detido pela controlada CPFL Brasil na controlada indireta CPFL Renováveis. Conseqüentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, data-base da cisão, a controlada CPFL Geração passou a deter a totalidade da participação societária direta na controlada CPFL Renováveis.

O acervo líquido cindido da controlada CPFL Brasil, apurado na data base 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 1, representado por (i) disponibilidades de R\$ 19; (ii) investimento na CPFL Renováveis de R\$ 905.281, (iii) ágio de aquisição de R\$ 190.300; e (iv) dívida de R\$ 1.095.599 líquida de gastos de emissão. A cisão representou, na controlada CPFL Brasil, uma redução de capital de R\$ 1, recomposto simultaneamente pela Companhia através de aporte de capital de mesmo valor.

O ágio de R\$ 190.300 havia sido registrado na controlada CPFL Brasil quando da aquisição da CPFL Renováveis em 2011, em função da controlada CPFL Brasil não deter o controle operacional e financeiro da CPFL Renováveis. Uma vez que a controlada CPFL Geração obteve o controle da CPFL Renováveis com a reestruturação societária ocorrida em março de 2013, a controlada CPFL Geração registrou o montante de R\$ 190.300 diretamente no patrimônio líquido, de forma análoga ao registro efetuado pela Companhia quando da combinação de negócios da CPFL Renováveis. Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.

Para a dívida cindida, representada pela emissão de debêntures, a controlada CPFL Geração emitiu novas debêntures em substituição às emitidas pela CPFL Brasil, contendo as mesmas características quanto a custo, prazos de amortização e taxas de juros.

12.3 – Reestruturação societária CPFL Centrais Geradoras, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa

Em 31 de julho de 2013, com o objetivo de atender o Decreto 7.805/12 e a Lei 12.783/13 sobre desverticalização de geradoras contidas em distribuidoras de energia elétrica, foi realizada reestruturação societária com cisão dos ativos de geração das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, e CPFL Mococa que detinham as usinas Rio do Peixe I, Rio do Peixe II, Santa Alice, Macaco Branco, Lavrinha, São José, Turvinho, Pinheirinho e São Sebastião. Estes ativos foram aportados na CPFL Centrais Geradoras e a Companhia passou a deter 100% do capital social da controlada direta CPFL Centrais Geradoras.

O acervo líquido cindido das controladas distribuidoras, apurado na data base 31 de julho de 2013, é de R\$ 13.424, representado por:

	<u>Acervo líquido</u>
ATIVO	
Caixa	2.227
Ativo financeiro da concessão	12.861
Intangível	553
Outros ativos	8
PASSIVO	
Obrigações Estimadas	72
Debito Fiscal Diferido	2.134
Participação nos Lucros	20
ACERVO LÍQUIDO	13.424

Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.

12.4 – Oferta de ações CPFL Renováveis

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a oferta pública de distribuição primária de 28 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementares de 1,2 milhões de ações ordinárias da controlada CPFL Renováveis, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, totalizando 73,1 milhões de ações a R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$ 914.686. A operação promoveu a captação bruta (i) de R\$ 364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital e (ii) de R\$ 549.999 na oferta secundária. Os custos de captação incorridos nesta operação foram de R\$ 36.187.

Como consequência da operação descrita acima, a Companhia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 63% para 58,84%, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$ 59.308, que de acordo com o ICPC 09 (R1) e IFRS 10 foi reconhecida como transação patrimonial, ou seja, transação com os sócios, e contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido na conta de reserva de capital.

12.5 - Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) e Dividendos a receber:

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
CPFL Paulista	389.872	254.294	34.879	12.683	424.751	266.978
CPFL Piratininga	117.816	88.211	11.267	5.879	129.083	94.090
CPFL Santa Cruz	19.764	14.481	3.916	2.043	23.681	16.524
CPFL Leste Paulista	10.323	-	940	-	11.263	-
CPFL Sul Paulista	21.095	5.153	2.165	1.130	23.260	6.282
CPFL Jaguarí	11.422	-	723	-	12.145	-
CPFL Mococa	15.919	-	1.166	-	17.085	-
RGE	-	-	25.039	-	25.039	-
CPFL Jaguarí Geração	4.709	-	-	-	4.709	-
CPFL Planalto	5.101	5.101	-	-	5.101	5.101
CPFL Serviços	9.080	7.139	1.601	646	10.681	7.785
CPFL Atende	1.389	1.102	624	357	2.013	1.459
Nect Serviços	7.696	3.253	-	-	7.696	3.253
CPFL Total	792	-	404	-	1.196	-
	614.977	378.735	82.725	22.738	697.702	401.473

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou no primeiro semestre R\$ 920.510 a título de dividendo e juros sobre o capital próprio a receber de 2012. Adicionalmente, as controladas declararam em 2013 R\$ 72.450 (R\$ 61.582 líquido de imposto de renda retido na fonte) como JCP intermediários e R\$ 106.283 como dividendos intermediários, referentes ao resultado do primeiro semestre de 2013. Em função da aprovação pelo Conselho de Administração em junho e agosto de 2013, respectivamente, estes montantes foram registrados como contas a receber.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 792.146 foram pagos pelas controladas para a Companhia.

12.6 – Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.7 – Combinações de negócios 2013

Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV

Em 18 de junho de 2013, a controlada CPFL Renováveis assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW, e Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada por estes parques está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 27 de fevereiro de 2014, a controlada CPFL Renováveis concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos. O preço total da aquisição é de R\$ 103.367, que compreende: (i) o valor de R\$ 70.296 pago ao vendedor; e (ii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$ 33.071, os quais poderão ser ajustados até a data do balanço de fechamento, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações (nota 38.8).

12.7.1 Informações adicionais da aquisição

a) Contraprestações a transferir

O total da contraprestação estimada a transferir em caixa é de R\$ 70.296.

b) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data de aquisição

Os valores abaixo refletem a melhor estimativa da Companhia para a aquisição da Rosa dos Ventos a valor justo:

	Rosa dos Ventos (estimado)
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	1.992
Outros ativos circulantes	6.350
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	4.191
Imobilizado	51.122
Intangível	64.689
Passivos circulantes	2.972
Passivos não circulantes:	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	33.081
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	21.995
Ativos líquidos adquiridos	<u>70.296</u>
Contrapartida a transferir	<u>70.296</u>

No processo de alocação do preço de aquisição, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada é identificado e suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores serão amortizados linearmente pelo prazo remanescente das autorizações para exploração do empreendimento adquirido, sendo o prazo médio estimado 20 anos para Rosa dos Ventos.

c) Saída de caixa líquido na aquisição da controlada

	Rosa dos Ventos (estimado)
Contrapartidas a pagar em caixa	70.296
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(1.992)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>68.304</u>

Com relação às informações financeiras sobre receita e lucro líquido, a aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída em 27 de fevereiro de 2014 e o balanço de abertura será preparado para a data-base de 28 de fevereiro de 2014. Portanto, em 31 de dezembro de 2013, ainda não está contabilizada nos livros da Companhia.

12.8 – Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.8.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	TOTAL
Saldo em 01/01/2012	191.222	1.216.523	77.607	1.485.352
Participação acionária e no capital votante	35,00%	37,00%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	19.744	3.037	8.029	30.810
Reorganização societária	-	5.086	-	5.086
Outras movimentações	-	3.309	(80)	3.229
Dividendos	(5.875)	-	(8.201)	(14.076)
Saldo em 31/12/2012	205.091	1.227.955	77.355	1.510.401
Participação acionária e no capital votante	35,00%	37,00%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	24.380	(19.851)	7.088	11.617
Oferta pública inicial de ações	-	269.192	-	269.192
Outras movimentações	-	3.566	(69)	3.497
Dividendos	(13.140)	-	(6.750)	(19.890)
Saldo em 31/12/2013	216.331	1.480.864	77.624	1.774.819
Participação acionária e no capital votante	35,00%	41,16% *	40,07%	

* Conforme descrito na nota 12.4, a participação dos não controladores até junho de 2013 era de 37%.

Em 2013, como consequência da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis, houve mudança na participação societária que não resultou na perda de controle, gerando um efeito de R\$ 269.192 no patrimônio líquido dos acionistas não controladores desta controlada.

12.8.2 – Informações financeiras resumidas de cada controlada em que a Companhia possui participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
31/12/2013			
Ativo circulante	110.430	1.040.470	26.529
Caixa e equivalentes de caixa	73.686	731.055	14.657
Ativo não circulante	1.090.695	8.454.767	116.739
Passivo circulante	96.831	1.082.806	24.241
Passivo financeiro	64.921	986.721	1.577
Passivo não circulante	486.207	4.834.189	-
Passivo financeiro	486.207	3.842.990	-
Patrimônio líquido	618.087	3.578.242	119.027
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	401.757	2.097.377	41.403
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	216.331	1.480.864	77.624
Receita operacional bruta	286.531	1.087.419	73.055
Receita operacional líquida	270.511	1.018.612	65.641
Depreciação e amortização	(47.050)	(348.355)	(6)
Receita de juros	5.928	46.793	615
Despesa de juros	(44.957)	(305.051)	-
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(34.884)	(10.607)	(8.044)
Lucro líquido	69.657	(55.017)	17.693
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	45.277	(35.146)	10.603
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	24.380	(19.871)	7.089
Participação acionária e no capital votante	35,00%	41,16% *	40,07%

	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
31/12/2012			
Ativo circulante	83.784	888.206	17.868
Caixa e equivalentes de caixa	52.940	640.085	7.063
Ativo não circulante	1.133.839	7.918.457	117.092
Passivo circulante	99.107	937.303	16.017
Passivo financeiro	69.128	834.156	1.946
Passivo não circulante	532.542	4.568.243	525
Passivo financeiro	532.542	3.566.025	-
Patrimônio líquido	585.974	3.301.117	118.418
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	380.883	2.073.162	41.063
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	205.091	1.227.955	77.355
Receita operacional bruta	265.324	860.948	50.138
Receita operacional líquida	250.595	806.420	47.829
Depreciação e amortização	(49.606)	(288.764)	(6)
Receita de juros	5.147	40.991	693
Despesa de juros	(53.141)	(265.226)	-
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(29.201)	(9.256)	(3.447)
Lucro líquido	56.411	8.261	20.039
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	36.667	5.223	12.009
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	19.744	3.038	8.029
Participação acionária e no capital votante	35,00%	37,00%	40,07%

* Conforme descrito na nota 12.4, a participação dos não controladores até junho de 2013 era de 37%.

12.8.3 – Controladas em conjunto

As informações financeiras resumidas das controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

Negócios em conjunto	31/12/2013			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	97.961	58.980	144.018	171.387
Caixa e equivalentes de caixa	21.483	36.010	44.924	19.173
Ativo não circulante	1.296.035	1.267.818	3.200.402	644.508
Passivo circulante	136.414	131.196	274.679	279.753
Passivo financeiro	88.969	125.372	206.968	158.049
Passivo não circulante	453.592	583.045	2.303.424	374.763
Passivo financeiro	416.513	573.781	2.295.940	374.696
Patrimônio líquido	803.990	612.557	766.317	161.379
Receita operacional bruta	499.971	307.695	724.778	651.670
Receita operacional líquida	465.617	277.940	669.126	585.535
Depreciação e amortização	(50.586)	(51.374)	(133.035)	(32.298)
Receita de juros	14.480	4.386	12.049	972
Despesa de juros	(45.363)	(39.658)	(140.427)	(37.609)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(69.785)	(9.651)	(60.844)	10.750
Lucro líquido	138.453	18.026	119.233	(16.442)
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51%	52,75%

Negócios em conjunto	31/12/2012			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	111.322	70.177	120.896	213.816
Caixa e equivalentes de caixa	27.386	34.272	32.051	8.579
Ativo não circulante	1.360.310	1.319.610	3.301.499	733.470
Passivo circulante	138.187	129.139	274.462	276.773
Passivo financeiro	86.314	119.157	211.392	244.030
Passivo não circulante	525.331	666.363	2.421.214	492.692
Passivo financeiro	497.236	658.532	2.406.036	441.680
Patrimônio líquido	808.114	594.285	726.719	177.821
Receita operacional bruta	449.151	310.870	678.438	403.223
Receita operacional líquida	418.115	282.114	626.098	362.302
Depreciação e amortização	(60.670)	(120.060)	(135.267)	(34.718)
Receita de juros	7.646	5.261	8.566	2.026
Despesa de juros	(55.072)	(50.436)	(163.288)	(47.118)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(78.065)	(34.387)	(43.557)	(13.198)
Lucro líquido	140.575	(25.896)	91.178	25.510
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51%	52,75%

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

12.8.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Geração, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios).

12.9 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 26 de dezembro de 2013, foi aprovada a realização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) pela Companhia à controlada CPFL Piratininga. O valor contribuído até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 50.000.

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 01/01/2012 reapresentado	131.843	331.446	2.104.415	2.094.687	3.117	14.262	992.954	5.672.725
Custo histórico	134.745	540.560	2.527.002	2.946.214	8.152	19.867	992.954	7.169.494
Depreciação acumulada	(2.900)	(209.114)	(422.587)	(851.526)	(5.035)	(5.607)	-	(1.496.770)
Adições	1.185	21.105	18.648	68.574	315	257	983.903	1.093.987
Baixas	(1.192)	(2.086)	(4.002)	(6.020)	(775)	(371)	(68)	(14.514)
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	(66.763)	-	-	-	-	-	(66.763)
Transferências	(17.343)	701.548	(557.182)	1.232.197	3.077	3.071	(1.365.368)	-
Reclassificações e transferências Outros Ativos - custo	-	-	-	3.939	-	-	(55)	3.884
Reclassificação de custo	-	217.435	(333.674)	115.355	14	870	-	-
Depreciação	(3.885)	(15.523)	(74.024)	(188.218)	(1.085)	(2.332)	-	(285.067)
Baixa da depreciação	-	995	157	2.586	696	282	-	4.715
Reclassificações e transferências para outros ativos - depreciação	-	(71.606)	92.615	(20.970)	10	(50)	-	-
Combinação de negócios	-	-	65.470	606.620	-	(2)	23.006	695.093
Saldo em 31/12/2012 reapresentado	110.609	1.116.551	1.312.422	3.908.751	5.370	15.986	634.372	7.104.060
Custo histórico	117.394	1.459.396	1.677.795	5.044.085	10.772	23.956	634.372	8.967.768
Depreciação acumulada	(6.786)	(342.845)	(365.372)	(1.135.334)	(5.402)	(7.969)	-	(1.863.708)
Adições	-	926	2.551	1.000	373	38	926.029	930.916
Baixas	-	-	-	(1.071)	(847)	(24)	(153)	(2.095)
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	(17.747)	-	-	-	-	(17.747)
Transferências	4.203	13.988	172.530	373.362	19.531	543	(584.156)	-
Reclassificações e transferências Outros Ativos - custo	(15)	440	(200)	15.946	17	117	422	16.727
Reclassificação de custo	1.286	(104.176)	(119.373)	230.290	3	(343)	(7.687)	-
Depreciação	(4.089)	(43.995)	(71.159)	(206.087)	(2.379)	(2.961)	-	(330.670)
Baixa da depreciação	-	-	-	103	527	15	-	645
Reclassificações e transferências para outros ativos - depreciação	-	(947)	38.524	(35.808)	22	377	-	2.169
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - custo	3.953	5.420	3.070	7.443	83	(10)	-	19.959
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - depreciação	-	(1.680)	(2.225)	(2.595)	(38)	(6)	-	(6.544)
Saldo em 31/12/2013	115.946	986.527	1.318.394	4.291.334	22.661	13.732	968.826	7.717.419
Custo histórico	126.820	1.375.993	1.718.629	5.671.053	29.928	24.277	968.826	9.915.527
Depreciação acumulada	(10.874)	(389.466)	(400.235)	(1.379.719)	(7.267)	(10.545)	-	(2.198.107)
Taxa média de depreciação 2013	3,86%	3,16%	2,75%	3,91%	14,23%	9,38%		
Taxa média de depreciação 2012	3,86%	2,83%	2,99%	4,15%	16,16%	6,50%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 905.444.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2013 foram capitalizados R\$ 48.339 (R\$ 32.527 em 2012). Para maiores detalhes sobre os ativos em construção e as respectivas taxas de captações dos empréstimos, vide nota 29.

A controlada CPFL Renováveis concluiu, em 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da controlada Bons Ventos (“BVP”), e, como resultado deste processo, efetuou a transferência do intangível e reclassificações de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos, ambos demonstrados na linha de “transferências”. A referida reclassificação não implicou na alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens encontravam-se registrados com as vidas úteis adequadas.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 28).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R\$ 888.213, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 875.802).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(14) INTANGÍVEL

	Consolidado						Total
	Ágio	Direito de concessão			Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	
		Adquirido em combinações de negócios	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso			
Saldo em 01/01/2012 rerepresentado	6.115	4.103.740	3.584.408	730.807	34.421	75.182	8.534.673
Custo histórico	6.152	5.995.056	8.975.287	730.807	38.679	141.498	15.887.479
Amortização acumulada	(37)	(1.891.315)	(5.390.879)	-	(4.258)	(66.315)	(7.352.804)
Adições	-	792.320	-	1.418.637	-	29.910	2.240.867
Amortização	-	(284.714)	(390.133)	-	(1.419)	(18.713)	(694.979)
Transferência - intangíveis	-	-	961.030	(961.030)	-	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(294.785)	(555.101)	-	-	(849.886)
Baixas e transferência de outros ativos	-	-	(44.091)	-	-	(6.272)	(50.363)
Saldo em 31/12/2012 rerepresentado	6.115	4.611.347	3.816.428	633.313	33.001	80.108	9.180.312
Custo histórico	6.152	6.815.774	9.183.730	633.313	38.679	156.661	16.834.309
Amortização acumulada	(37)	(2.204.427)	(5.367.301)	-	(5.678)	(76.553)	(7.653.996)
Adições	-	-	-	853.649	-	7.444	861.093
Amortização	-	(296.978)	(413.994)	-	(1.419)	(14.196)	(726.587)
Transferência - intangíveis	-	-	412.930	(412.930)	-	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(22.499)	(498.669)	-	-	(521.169)
Baixas e transferência de outros ativos	-	(1.989)	(29.115)	(1.232)	-	(12.433)	(44.769)
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras	-	-	(553)	-	-	-	(553)
Saldo em 31/12/2013	6.115	4.312.381	3.763.197	574.131	31.582	60.922	8.748.328
Custo histórico	6.152	6.811.237	9.310.710	574.131	35.840	156.023	16.894.093
Amortização acumulada	(37)	(2.498.856)	(5.547.513)	-	(4.258)	(95.100)	(8.145.764)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes linhas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios. (nota 28)

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2013 foram capitalizados R\$ 8.845 (R\$ 15.645 em 2012) a uma taxa de 8,32% a.a. (8,23% a.a. em 2012).

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado						
	31/12/2013			31/12/2012 reapresentado		Taxa de amortização	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2013	2012 reapresentado	
Intangível adquirido em combinações de negócio							
Intangível adquirido não incorporado							
Controladora							
CPFL Paulista	304.861	(156.929)	147.933	166.305	6,03%	6,05%	
CPFL Piratininga	39.065	(18.872)	20.192	22.086	4,85%	5,58%	
RGE	3.150	(1.207)	1.943	2.128	5,86%	6,90%	
CPFL Geração	54.555	(26.385)	28.170	30.793	4,83%	5,28%	
CPFL Santa Cruz	9	(6)	3	5	16,40%	16,25%	
CPFL Leste Paulista	3.333	(2.242)	1.091	1.673	17,45%	16,16%	
CPFL Sul Paulista	7.288	(4.855)	2.434	3.668	16,94%	17,90%	
CPFL Jaguarí	5.213	(3.503)	1.710	2.570	16,49%	14,40%	
CPFL Mococa	9.110	(6.472)	2.638	4.365	18,96%	18,29%	
CPFL Jaguarí Geração	7.896	(2.280)	5.616	6.174	7,07%	7,64%	
	<u>434.480</u>	<u>(222.750)</u>	<u>211.730</u>	<u>239.766</u>			
Controladas							
CPFL Renováveis	3.134.762	(283.905)	2.850.857	2.981.123	4,11%	3,42%	
Outros	14.478	(13.395)	1.083	1.805	4,99%	4,99%	
	<u>3.149.240</u>	<u>(297.300)</u>	<u>2.851.940</u>	<u>2.982.927</u>			
Subtotal	3.583.720	(520.050)	3.063.670	3.222.694			
Intangível adquirido já incorporado - dedutível							
Controladas							
RGE	1.120.266	(799.041)	321.225	342.449	1,89%	1,74%	
CPFL Geração	426.450	(270.752)	155.698	171.292	3,66%	4,00%	
Subtotal	1.546.716	(1.069.793)	476.923	513.741			
Intangível adquirido já incorporado - recomposto							
Controladora							
CPFL Paulista	1.074.026	(594.074)	479.952	537.838	5,39%	5,48%	
CPFL Piratininga	115.762	(55.925)	59.836	65.448	4,85%	5,58%	
RGE	310.128	(125.428)	184.700	202.237	5,65%	6,69%	
CPFL Santa Cruz	61.685	(49.444)	12.241	18.498	10,14%	10,05%	
CPFL Leste Paulista	27.034	(20.419)	6.615	10.528	14,47%	13,91%	
CPFL Sul Paulista	38.168	(28.506)	9.662	15.015	14,02%	14,52%	
CPFL Mococa	15.124	(11.734)	3.390	5.636	14,85%	14,56%	
CPFL Jaguarí	23.600	(17.787)	5.813	9.182	14,28%	13,44%	
CPFL Jaguarí Geração	15.275	(5.697)	9.578	10.530	6,23%	6,73%	
Subtotal	1.680.801	(909.013)	771.788	874.912			
Total	6.811.237	(2.498.856)	4.312.381	4.611.347			

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado:

- Intangível adquirido não incorporado

Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3.

- Intangível adquirido já incorporado - Dedutível

Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

- Intangível adquirido já incorporado - Recomposto

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível

incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

Para os saldos da controlada CPFL Renováveis, a amortização é registrada pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, pelo método linear. Para os demais saldos, as taxas de amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios são definidas com base na curva do resultado projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão, cujas projeções são revistas anualmente.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, rentabilidade de suas operações, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(15) FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012 reapresentado</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	61.880	138.973
Suprimento de energia elétrica	1.300.598	971.977
Encargos de uso da rede elétrica	91.603	166.565
Materiais e serviços	338.524	326.544
Energia livre	92.088	85.078
Total	<u>1.884.693</u>	<u>1.689.137</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	-	4.467

(16) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
	31/12/2013				31/12/2012 reapresentado			
	Encargos - circulante e não Circulante	Principal		Total	Encargos - circulante e não circulante	Principal		Total
	Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante		
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
BNDES - Repotenciação	6	1.229	-	1.235	16	3.601	1.217	4.834
BNDES - Investimento	24.555	872.606	4.067.082	4.964.242	22.923	637.305	3.809.188	4.469.416
BNDES - Bens de renda	27	1.364	5.717	7.108	65	2.036	7.476	9.578
BNDES - Capital de giro	-	-	-	-	143	36.928	-	37.071
Instituições financeiras	128.752	556.267	1.503.543	2.188.562	153.720	725.379	1.406.468	2.285.567
Outros	674	40.658	19.063	60.395	784	11.616	23.638	36.039
Subtotal	154.013	1.472.125	5.595.404	7.221.542	177.652	1.416.864	5.247.988	6.842.504
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	-	-	-	-	452	2.170	44.423	47.045
Total ao custo	154.013	1.472.125	5.595.404	7.221.542	178.104	1.419.034	5.292.411	6.889.549
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	15.213	42.501	1.950.740	2.008.454	22.460	-	2.365.786	2.388.245
Total ao valor justo	15.213	42.501	1.950.740	2.008.454	22.460	-	2.365.786	2.388.245
Total	169.226	1.514.626	7.546.144	9.229.996	200.564	1.419.034	7.658.196	9.277.794

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2013	31/12/2012 representado			
Moeda nacional					
BNDES - Repotenciação					
CPFL Renováveis					
CPFL Renováveis	1.235	4.834	TJLP + 3,1% a 4,3%	72 a 75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007 e julho de 2008	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
BNDES/BNB/FINEP/NIB - Investimento					
CPFL Paulista					
FINEM III	-	26.885	TJLP + 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia, recebíveis e nota promissória
FINEM IV	64.103	128.200	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	137.092	170.651	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	62.312	71.522	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	283.851	149.873	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	217.319	190.349	Pré fixado 2,5%	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	50.706	59.149	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
FINEM II	-	15.971	TJLP + 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia, recebíveis e nota promissória
FINEM III	26.719	53.434	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	80.284	55.166	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	51.525	29.591	Pré fixado 2,5%	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	73.809	91.622	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	30.673	35.125	Pré fixado 5,5% a 8%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	24.044	28.048	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE					
FINEM IV	40.805	81.606	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	82.702	102.980	TJLP + 2,12 a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	20.516	23.385	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	157.318	85.257	TJLP + 2,06 a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	74.433	51.671	Pré fixado 2,5%	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	12.065	14.074	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
FINAME	345	404	Pré fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária
CPFL Santa Cruz					
FINAME e CCB - Cédula de Crédito Bancário	3.159	5.527	TJLP + 2,00% a 2,90%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010 e 36 Parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM I	-	18.374	TJLP + 1,66% a 3,06%	28 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia
FINEM I	-	4.330	TJLP + 1,66% a 3,06%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.688	4.090	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e Recebíveis
FINEM I	-	8.881	TJLP + 1,66% a 3,06%	28 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia
FINEM I	-	1.685	TJLP + 2,06% a 3,06%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.911	4.430	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM I	-	11.071	TJLP + 1,66% a 3,06%	28 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia
FINEM I	-	1.242	TJLP + 2,06% a 3,06%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
CPFL Jaguarí					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	1.547	2.639	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.136	2.138	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	607	531	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	1.824	3.040	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de janeiro 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.747	2.750	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	781	683	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	577	-	Cesta de Moedas + 1,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.305	-	TJLP + 2,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Serviços					
FINAME	14.658	3.478	Pré fixado 2,5% a 10,0%	127 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	87	101	TJLP + 4,2%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
CERAN					
CERAN	409.365	458.569	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CERAN	54.956	54.067	Cesta de moedas + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Transmissão					
CPFL Transmissão - FINAME	4.667	-	Pré-fixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
CPFL Renováveis					
FINEM I	352.830	384.629	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e Julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	31.997	35.395	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	605.263	616.796	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	113.106	124.508	TJLP + 2,8% a 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	76.673	71.741	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	194.041	213.404	TJLP - 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM VIII	50.811	39.024	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM IX	46.994	54.413	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada e alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
FINEM X	1.108	1.428	TJLP + 0%	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações Cessão fiduciária. Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI	138.101	149.558	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	333.745	-	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações

FINAME I	190.396	217.318	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINAME II	31.168	36.662	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios. Penhor de Ações da CPFL Renováveis
FINAME III	129.659	59.025	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEP I	2.506	-	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
BNB	133.192	144.251	Pré fixado de 9,5% a 10%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009	Alienação Fiduciária
BNB	175.695	181.925	Pré fixado 10%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Fiança da CPFL Energia
NIB	79.109	82.488	IGPM + 8,63%	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Ponte BNDES II	84.507	-	TJLP + 3,02 %	parcela única em Fevereiro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDES III	194.242	-	TJLP + 3,02 %	parcela única em Fevereiro de 2014	Penhor de Ações da SPE
CPFL Brasil					
FINEP	3.461	4.260	5% Pré-fixada	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
BNDES - Outros					
CPFL Serviços					
Bens de Renda	2.196	4.316	TJLP + 1,72% a 2,15%	79 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Bens vinculados em alienação fiduciária e fiança da CPFL Energia
Bens de Renda	4.911	5.262	pré fixado 4,5% a 8,7%	125 parcelas mensais a partir de março de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária e fiança da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
Capital de Giro	-	2.290	TJLP + 5% (2)	24 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Não existem Garantias
Capital de Giro	-	20.766	TJLP + 5% (2)	24 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Nota Promissória
CPFL Geração					
Capital de Giro	-	14.015	TJLP + 4,95%	24 Parcelas mensais a partir de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil - Lei 8727	4.648	16.984	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Recebíveis (CPFL Paulista e governo SP)
Banco do Brasil - Capital de giro	105.124	104.612	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	131.541	182.385	98,5% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	93.769	174.749	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	256.117	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	12.098	16.774	98,5% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	12.256	22.573	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - capital de giro (****)	45.077	-	104,9% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
RGE					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	56.771	172.665	98,50% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	35.339	62.992	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	10.044	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	4.331	7.905	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	33.807	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	10.326	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	11.133	20.429	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro (****)	8.140	9.316	100% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012 e de janeiro de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	6.215	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	5.970	10.950	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	21.514	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguarí					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	1.099	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	3.747	6.955	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (****)	2.970	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro (****)	16.615	19.416	100% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Moccoca					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	5.210	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	1.905	3.471	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (****)	19.464	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro (****)	5.392	6.320	100% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Serviços					
Banco IBM - Capital de giro (****)	7.325	8.248	CDI + 0,10%	11 Parcelas semestrais a partir de junho de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração					
Banco do Brasil - Capital de giro	628.005	624.326	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis					
Banco Safra	27.713	52.542	CDI+ 0,4%	Parcelas anuais até 2014	Não existem garantias
HSBC	343.190	397.523	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	331.538	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2013	Não existem garantias
Banco do Brasil - Nota promissória	144.428	-	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Capital de giro	150.175	-	105% do CDI	parcela semestral até jun/14	Não existem garantias
Outros					
Eletrobrás					
CPFL Paulista	6.918	8.490	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Piratininga	390	555	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias
RGE	11.834	14.165	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Santa Cruz	2.173	2.806	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Leste Paulista	961	845	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2008	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Sul Paulista	1.072	1.366	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2007	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Jaguarí	58	77	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de junho de 2007	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Moccoca	275	334	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis e notas promissórias
Outros	36.713	7.402			
Subtotal Moeda Nacional - Custo	7.221.542	6.842.504			

Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
C-Bond	-	3.310	US\$ + 8% (4)	21 Parcelas semestrais a partir de abril de 2004		Recebíveis e aval governo SP
Discount Bond	-	17.879	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125% (4)	Parcela única em abril de 2024		Recebíveis e aval governo SP
PAR-Bond	-	25.856	US\$ + 6% (4)	Parcela única em abril de 2024		Recebíveis e aval governo SP
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo		47.045				
Total Mensurados ao Custo	7.221.542	6.889.549				
Moeda Estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
BNP Paribas	-	215.534	US\$ + 2,78% (3)	Parcela única em junho de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	-	106.746	US\$ + 2,74% (3)	Parcela única em julho de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	-	106.156	US\$ + 2,55% (3)	Parcela única em agosto de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	-	317.501	US\$ + 2,33% (3)	Parcela única em julho de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	251.037	226.077	US\$ + 3,69% (3)	Parcela única em julho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	358.821	-	US\$ + Libor 3m + 1,48% (3)	Parcela única em julho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Societe Generale	-	48.535	US\$ + 3,55% (3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	-	50.654	US\$ + 2,37% (3)	Parcela única em setembro de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	58.748	52.444	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Morgan Stanley	121.420	107.877	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (3)	Parcela única em setembro de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	121.476	107.952	US\$ + Libor 6 meses + 1,77% (3)	Parcela única em setembro de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Piratininga						
BNP Paribas	-	63.855	US\$ + 2,62% (3)	Parcela única em julho de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	-	212.169	US\$ + 2,52% (3)	Parcela única em agosto de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Societe Generale	-	63.685	US\$ + 3,55% (3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	76.733	68.498	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	19.384	17.233	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Sumitomo Mitsui (***)	-	107.703	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	107.150	-	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Geração						
Citibank	151.427	134.642	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (3)	Parcela única em agosto de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
RGE						
J.P. Morgan	113.630	101.214	US\$ + 2,64% (3)	Parcela única em julho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	42.343	-	US\$ + Libor 3m + 0,82% (6)	Parcela única em abril de 2018		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	192.741	-	US\$ + Libor 3m + 0,83% (6)	Parcela única em maio de 2018		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	169.371	148.853	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (5)	Parcela única em abril de 2017		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Santa Cruz						
J.P. Morgan	23.099	20.522	US\$ + 2,38% (3)	Parcela única em julho de 2015		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Banco Santander	20.943	-	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Leste Paulista						
Scotiabank	29.309	25.920	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	11.276	9.962	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (3)	Parcela única em setembro de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Sul Paulista						
J.P. Morgan	12.127	10.775	US\$ + 2,38% (3)	Parcela única em julho de 2015		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	12.309	10.912	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	11.276	9.985	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (3)	Parcela única em setembro de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Banco Santander	23.037	-	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Jaguari						
Scotiabank	15.241	13.510	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	10.334	9.162	US\$ + Libor 6 meses + 1,57% (3)	Parcela única em agosto de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	32.461	-	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016		Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Mococa						
Scotiabank	12.896	11.432	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	9.866	8.737	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (3)	Parcela única em setembro de 2014		Aval da CPFL Energia e nota promissória
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	2.008.454	2.388.245				
Total Consolidado	9.229.996	9.277.794				

As controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 176,19% do CDI (3) 95,50% a 106,85% do CDI (6) 106,40% e 107,70% do CDI

(2) 106% a 106,5% do CDI (5) 108% do CDI

(4) Dada a existência de ativos indexados em dólar, consta um swap parcial no montante de R\$ R\$ 12.089 convertendo a variação da moeda para 95,78% do CDI

(*) Taxa efetiva:

CPFL Paulista e CPFL Piratininga - 98,5% CDI + 2,88%

RGE - 98,5% do CDI + 2,5% a.a.

CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari - 98,5% CDI + 2,28%

(**) Taxa Efetiva:

CPFL Paulista - 99,0% do CDI + 2,38% e CPFL Piratininga - 99,0% do CDI + 2,4%

RGE - 99,0% do CDI + 2,38% a.a.

CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari - 99,0% CDI + 2,38%

(***) Taxa Efetiva

CPFL Paulista, CPFL Santa Cruz CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari - 100% a 104% do CDI + 2,28%

CPFL Serviços - CDI + 0,10 % a.a + 1,88%

CPFL Piratininga - 98,65% CDI + 0,10%

(****) Taxa Efetiva

CPFL Piratininga - 104,9% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 2.008.454 (R\$ 2.388.245 em 31 de dezembro de 2012).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro das controladas. As perdas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 44.194 (R\$ 95.435 em 31 de dezembro 2012), deduzidas dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 18.080 (R\$ 81.753 em 31 de dezembro de 2012), contratados para proteção da variação cambial (nota 34), geraram uma perda total líquida de R\$ 26.114 (R\$ 13.682 em 31 de dezembro de 2012).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2015	1.459.838
2016	1.973.541
2017	826.253
2018	1.028.459
2019	520.103
2020 a 2024	1.389.080
2025 a 2029	304.869
Subtotal	7.502.143
Marcação a mercado	44.001
Total	7.546.144

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada</u>		<u>Consolidado % da dívida</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IGP-M	5,53	7,81	0,91	1,07
UMBND	17,80	12,16	0,62	0,60
TJLP	5,00	5,75	39,03	34,79
CDI	8,02	8,40	45,42	50,70
Outros			14,03	12,84
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Moeda nacional

Investimento:

CPFL Paulista – FINEM VI – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2012, no montante de R\$ 790.000, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimento da controlada. Em 2013 houve liberação de R\$ 161.254, e o saldo remanescente (R\$ 288.746) deverá ser utilizado até o término do primeiro trimestre de 2014.

CPFL Piratinga – FINEM V – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2012, no montante de R\$ 220.000, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de

investimento da controlada. Em 2013 houve liberação de R\$ 47.364 e o saldo remanescente (R\$ 88.136) deverá ser utilizado até o término do primeiro trimestre de 2014.

RGE – FINEM VI - A controlada obteve a aprovação de financiamento em 2012, no montante de R\$ 274.997, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimento da controlada. Em 2013 houve liberação de R\$ 94.639 e o saldo remanescente (R\$ 43.849) deverá ser utilizado até o término do primeiro trimestre de 2014.

CPFL Serviços – FINAME – Em 2013, a controlada CPFL Serviços obteve financiamento pelo Banco Itaú BBA para aquisição de veículos e equipamentos. O montante liberado em 2013 foi de R\$ 11.800 e o contrato não tem cláusulas restritivas.

CPFL Renováveis – FINEM VIII – Em 2013, as controladas indiretas Coopcana e Alvorada captaram o montante de R\$ 9.000 para financiamento de obras. Todo o montante foi liberado em 2013.

CPFL Renováveis – FINEM XII – Em 2013, o BNDES aprovou o financiamento de R\$391.245 para as controladas indiretas Campo dos Ventos II, Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta. Em 2013 foi liberado o montante de R\$ 333.745, sendo que o saldo remanescente de R\$ 57.500 está previsto para ser liberado no primeiro trimestre de 2014.

CPFL Renováveis – FINAME III – Em 2013 as controladas indiretas Coopcana, Alvorada e Ester captaram o montante de R\$ 67.925 com o BNDES. O saldo remanescente a ser liberado é R\$36.766, cuja previsão é para ser liberado até o segundo trimestre de 2014.

CPFL Renováveis – Ponte BNDES II e III – Em 2013, as controladas indiretas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram junto ao BNDES empréstimos ponte no montante de R\$ 263.714, com o objetivo de suprir as necessidades do projeto até a obtenção de financiamentos de longo prazo. Não há cláusulas restritivas para esta operação, apenas penhor de ações das controladas e fiança corporativa da CPFL Renováveis.

Instituições financeiras:

CPFL Paulista – Banco do Brasil - Em 2013, a controlada captou junto ao Banco do Brasil o montante de R\$ 250.000 (R\$ 244.309 líquido dos gastos de captação) com o objetivo de reforço de capital de giro e alongamento do perfil da dívida. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Piratininga - Banco do Brasil – Em 2013, a controlada captou junto ao Banco do Brasil o montante de R\$ 44.000 (R\$ 42.998 líquido dos gastos de captação), com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Santa Cruz - Banco do Brasil – Em 2013, a controlada captou junto ao Banco do Brasil o montante de R\$ 33.000 (R\$ 32.249 líquido dos gastos de captação), com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Sul Paulista - Banco do Brasil – Em 2013, a controlada captou junto ao Banco do Brasil o montante de R\$ 21.000 (R\$ 20.522 líquido dos gastos de captação), com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Jaguari - Banco do Brasil – Em 2013, a controlada captou junto ao Banco do Brasil o montante de R\$ 2.900 (R\$ 2.834 líquido dos gastos de captação), com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Mococa - Banco do Brasil – Em 2013, a controlada captou junto ao Banco do Brasil o montante de R\$ 19.000 (R\$ 18.567 líquido dos gastos de captação), com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Renováveis – Banco do Brasil (Nota promissória e capital de giro) - Em 2012, as controladas indiretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento na modalidade de notas promissórias no montante de R\$ 320.000 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa. Em janeiro de 2013, foi amortizado o montante de R\$ 332.107 (R\$ 320.000 de montante principal e R\$12.107 de juros), e, na mesma data, foram emitidas novas notas promissórias no total de R\$ 230.000 e ao mesmo custo de 108,5% do CDI com vencimento em maio de 2013. Em maio de 2013, foi liquidado parcialmente o montante de R\$ 94.399 referente a essas novas notas promissórias, utilizando-se o empréstimo ponte do BNDES e em julho de 2013 o saldo remanescente foi liquidado com recursos advindos de uma nova emissão nas mesmas condições, no montante de R\$ 138.000. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Renováveis – Banco Itaú (Capital de Giro) – Em 2013, as controladas indiretas pertencentes ao complexo eólico Campos dos Ventos II captaram junto ao Banco Itaú o montante de R\$ 35.000 para construção do referido projeto, não havendo cláusulas restritivas para esta operação. Em novembro de 2013 o financiamento foi liquidado.

CPFL Renováveis – Banco Itaú (Notas Promissórias) – Em 2013, a controlada captou junto ao Banco Itaú na modalidade de Nota Promissória o montante de R\$ 150.000, com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

CPFL Geração – Notas promissórias - Em 2013 ocorreu a 2ª emissão de notas promissórias pela controlada CPFL Geração, sendo emitidas 46 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$ 10.000, no montante total de R\$ 460.000 (R\$ 458.503 líquida dos gastos com captação) tendo sido liquidadas de forma antecipada em agosto de 2013, em função da 6ª emissão debênture (nota 17).

Moeda estrangeira

Instituições financeiras:

CPFL Paulista – Bank of America Merrill Lynch (Capital de giro) - Em 2013 a controlada contratou financiamento em moeda estrangeira, no montante de R\$ 340.380, com swap para CDI. Os juros serão pagos trimestralmente e o principal será amortizado integralmente no final do 3º (terceiro) ano. Os recursos serão destinados para reforço de capital de giro e pagamento de dívidas.

CPFL Piratininga - Banco Santander (Capital de giro) – Em 2013 a controlada contratou financiamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 100.000, com swap para CDI. Os juros serão pagos semestralmente e o principal será pago integralmente no final do 3º (terceiro) ano. Os recursos serão destinados para reforço de capital de giro e pagamento de dívidas.

RGE - Bank of Tokyo Mitsubishi (Capital de giro) – Em 2013 a controlada contratou financiamentos em moeda estrangeira no montante de R\$ 204.616, com swap para CDI. Os juros serão pagos trimestralmente e o principal integralmente no final do 5º (quinto) ano. Os recursos são destinados para reforço de capital de giro e pagamento de dívidas.

Banco Santander (CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguarí) – Em 2013 as controladas contrataram financiamentos em moeda estrangeira no montante total de R\$ 73.000, com swap para CDI. Os juros serão pagos semestralmente e o principal integralmente no final do 3º (terceiro) ano. Os recursos são destinados para reforço de capital de giro.

Condições restritivas

BNDES:

Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

CPFL Serviços

Manutenção, pela Companhia, do seguinte índice:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA - valor máximo de 4,00.

CPFL Geração

Os empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada indireta CERAN determina:

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização;
- Restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

CPFL Renováveis

FINEM I e FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%.

FINEM II e FINAME II

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%.

FINEM VII e X

- Manutenção anual de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM VIII e FINAME III

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2;

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis..

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.

FINEM XI e FINAME I

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das controladas indiretas Campo dos Ventos II, Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta maior ou igual a 1,3, após o início de amortização;
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização.

PONTE II e III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis.

HSBC

- A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA com Caixa Acumulado inferior a 5,00 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção razão entre Dívida Total e Patrimônio Líquido igual ou superior a 30%;
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7.

Banco do Brasil – Capital de Giro – CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Leste Paulista

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

Captações em moeda estrangeira - Bank of América, J.P Morgan, Citibank, Morgan Stanley, Scotiabank, Bank of Tokyo e Santander (Lei 4.131)

As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA nas controladas (distribuidoras), para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a inclusão dos principais ativos e passivos regulatórios. Na Companhia, considera ainda a consolidação de controladas, coligadas e controladas em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia, exceto se ao menos um dos acionistas (Camargo Corrêa e Previ) permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle pela Companhia.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013.

(17) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

		Consolidado							
		31/12/2013			31/12/2012 reapresentado				
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Controladora									
3ª Emissão	Série única	-	-	-	-	7.082	150.000	150.000	307.082
4ª Emissão	Série única	12.438	-	1.287.912	1.300.350	-	-	-	-
		12.438	-	1.287.912	1.300.350	7.082	150.000	150.000	307.082
CPFL Paulista									
5ª Emissão	Série única	-	-	-	-	2.931	-	482.726	485.657
6ª Emissão	Série única	31.674	-	658.134	689.808	26.304	-	657.800	684.105
7ª Emissão	Série única	20.173	-	503.433	523.607	-	-	-	-
		51.847	-	1.161.568	1.213.415	29.235	-	1.140.527	1.169.762
CPFL Piratininga									
3ª Emissão	Série única	6.331	-	259.653	265.984	4.645	-	259.391	264.036
5ª Emissão	Série única	-	-	-	-	969	-	159.537	160.506
6ª Emissão	Série única	5.279	-	109.554	114.833	4.384	-	109.474	113.858
7ª Emissão	Série única	9.388	-	234.229	243.616	-	-	-	-
		20.998	-	603.436	624.433	9.998	-	528.403	538.400
RGE									
3ª Emissão	1ª Série	-	-	-	-	184	33.333	-	33.517
	2ª Série	-	-	-	-	3.383	46.667	-	50.050
	3ª Série	-	-	-	-	767	13.333	-	14.100
	4ª Série	-	-	-	-	511	16.667	-	17.178
	5ª Série	-	-	-	-	511	16.667	-	17.178
5ª Emissão	Série única	-	-	-	-	424	-	69.766	70.190
6ª Emissão	Série única	23.995	-	498.564	522.559	19.928	-	498.306	518.234
7ª Emissão	Série única	6.791	-	169.415	176.206	-	-	-	-
		30.786	-	667.979	698.765	25.708	126.667	568.072	720.447
CPFL Santa Cruz									
1ª Emissão	Série única	416	-	64.799	65.215	292	-	64.753	65.045
CPFL Brasil									
2ª Emissão	Série única	1.948	-	227.471	229.419	8.092	-	1.316.259	1.324.351
CPFL Geração									
3ª Emissão	Série única	6.429	-	263.668	270.097	4.716	-	263.402	268.118
4ª Emissão	Série única	5.809	-	678.288	684.097	4.169	-	677.908	682.077
5ª Emissão	Série Única	9.329	-	1.088.721	1.098.050	-	-	-	-
6ª Emissão	Série Única	16.254	-	458.612	474.866	-	-	-	-
		37.821	-	2.489.289	2.527.110	8.885	-	941.310	950.195
CPFL Renováveis									
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	814	34.872	474.172	509.858	1.774	33.483	481.051	516.308
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	32.177	-	158.193	190.370	3.760	-	172.968	172.968
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	5.065	-	427.402	432.467	-	-	426.921	430.681
		38.056	34.872	1.059.766	1.132.695	5.534	33.483	1.080.940	1.119.957
		194.311	34.872	7.562.219	7.791.402	94.825	310.149	5.790.263	6.195.239

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias
Controladora						
3ª Emissão	Série única	-	CDI + 0,45% ⁽¹⁾	CDI + 0,53%	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografia
4ª Emissão	Série única	129.000	CDI + 0,40%	CDI + 0,51%	Parcela única em maio de 2015	Quirografia
CPFL Paulista						
5ª Emissão	Série única	-	CDI + 1,3%	CDI + 1,41%	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	660	CDI + 0,8% (6)	CDI + 0,87%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	50.500	CDI + 0,83% (6)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
CPFL Piratininga						
3ª Emissão	Série única	260	107% do CDI	107% CDI + 0,67%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	-	CDI + 1,3%	CDI + 1,41%	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	110	CDI + 0,8% (6)	CDI + 0,91%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	23.500	CDI + 0,83% (6)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança CPFL Energia
RGE						
3ª Emissão	1ª Série	-	CDI + 0,6% (2)	CDI + 0,71%	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	2ª Série	-	CDI + 0,6% (3)	CDI + 0,71%	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	3ª Série	-	CDI + 0,6% (4)	CDI + 0,71%	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	4ª Série	-	CDI + 0,6% (5)	CDI + 0,84%	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	5ª Série	-	CDI + 0,6% (5)	CDI + 0,84%	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	700	CDI + 1,3%	CDI + 1,43%	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	500	CDI + 0,8% (6)	CDI + 0,88%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	17.000	CDI + 0,83% (6)	CDI + 0,88%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz						
1ª Emissão	Série única	650	CDI + 1,4%	CDI + 1,52%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
CPFL Brasil						
2ª Emissão	Série única	2.280	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração						
3ª Emissão	Série única	264	107% do CDI	107% do CDI + 0,67%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série única	6.800	CDI + 1,4%	CDI + 1,49%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série Única	46.000	CDI + 0,75% (7)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis						
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,22%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,6%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015.	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,7%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI
(2) 105,07% do CDI

(3) 104,85% do CDI
(4) 104,9% do CDI

(5) 104,87% do CDI
(6) 107,85% a 108,09% do CDI

(7) 106,65% a 106,79% do CDI

O saldo de Debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2015	1.844.128
2016	86.573
2017	1.379.509
2018	1.897.640
2019	1.125.341
2020 a 2024	1.108.874
2025 a 2029	120.156
Total	7.562.219

Principais adições no exercício

4ª emissão – CPFL Energia

No segundo trimestre de 2013, foram subscritas e integralizadas 129.000 de debêntures pela CPFL Energia, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$ 10 e montante total de R\$ 1.290.000 (R\$ 1.287.174 líquido dos gastos de emissão). As debêntures terão vencimento único em maio de 2015. Não há cláusulas restritivas para referida operação.

7ª emissão - CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE

Em 2013 foram subscritas e integralizadas debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE. O objetivo destas emissões foi o alongamento do endividamento e reforço de capital de giro das controladas e foram garantidas através de fiança da Companhia:

Controlada	Quantidade	Valor Nominal Unitário R\$ mil	Captação Total R\$ mil	Captação líquida dos gastos de emissão R\$ mil
CPFL Paulista	50.500	10	505.000	503.251
CPFL Piratininga	23.500	10	235.000	234.139
RGE	17.000	10	170.000	169.347
			910.000	906.737

5ª emissão - CPFL Geração

Para viabilizar a reestruturação societária descrita na nota 11.2, em 28 de março de 2013 foi aprovada a 5ª emissão de 10.920 debêntures da controlada CPFL Geração, com valor unitário de R\$ 100, e montante total de R\$ 1.092.000, sendo respeitadas as mesmas características das originalmente emitidas pela controlada CPFL Brasil. A referida emissão foi integralizada pelos antigos detentores das debêntures emitidas pela controlada CPFL Brasil, não havendo movimentação financeira.

6ª emissão - CPFL Geração

Em agosto de 2013, foram emitidas 46.000 debêntures simples pela controlada CPFL Geração, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal unitário de R\$ 10 e valor total de R\$ 460.000 (R\$458.525 líquido dos gastos de emissão). Os recursos foram destinados ao resgate antecipado da 2ª Emissão de Notas Promissórias desta controlada e a remuneração será paga semestralmente.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Paulista (6ª e 7ª emissões), CPFL Piratininga (3ª, 6ª e 7ª emissões), RGE (6ª e 7ª emissões), CPFL Geração (3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões), CPFL Brasil e CPFL Santa Cruz

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

A definição de EBITDA nas controladas (distribuidoras), para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a inclusão dos principais ativos e passivos regulatórios. Na Companhia, considera ainda a consolidação de controladas, coligadas e controladas em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

CPFL Renováveis

- 1ª emissão CPFL Renováveis:

- Índice de cobertura do serviço da dívida operacional maior ou igual a 1,00;
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante;
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

- 1ª emissão controlada indireta PCH Holding 2 S.A:

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014;
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.

Diversas debêntures das controladas e controladas em conjunto estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características:

18.1 – Características

- CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecido um compromisso pela controlada apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidado até 2027. Este compromisso é atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) e 6% de juros, e, ao final de cada ano, após a avaliação preparada por atuários externos, o saldo do compromisso é ajustado para refletir o equilíbrio no Patrimônio dos Planos de Benefícios Previdenciários da Fundação CESP. O saldo do compromisso em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 840.602 (R\$ 570.939 em 31 de dezembro de 2012), o qual difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontram em consonância com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

- CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - “SPC”, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecido um compromisso a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da

Bandeirante), apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidado até 2026. Este compromisso é atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) e 6% de juros, e, ao final de cada ano, após a avaliação preparada por atuários externos, o saldo do compromisso é ajustado para refletir o equilíbrio no Patrimônio dos Planos de Benefícios Previdenciários da Fundação CESP. O saldo do compromisso em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 217.011 (R\$ 164.517 em 31 de dezembro de 2012), o qual difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontram em consonância com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

- RGE

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência, estruturado na modalidade de contribuição Definida.

- CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

- CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

- CPFL Geração

Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecido um compromisso pela controlada CPFL Geração, apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidado até 2027. Este compromisso é atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) e 6% de juros, e, ao final de cada ano, após a avaliação preparada por atuários externos, o saldo do compromisso é ajustado para refletir o equilíbrio no Patrimônio dos Planos de Benefícios Previdenciários da Fundação CESP. O saldo do compromisso, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 17.310 (R\$ 11.495 em 31 de dezembro de 2012), o qual difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

31/12/2013					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total do Passivo
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832
Valor justo dos ativos do plano	(3.235.768)	(874.546)	(83.309)	(242.325)	(4.435.948)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	364.085	44.895	(1.142)	3.046	410.884
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	-	-	1.142	-	1.142
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	364.085	44.895	-	3.046	412.025

31/12/2012 reapresentado					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total do Passivo
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	4.431.699	1.159.779	101.714	298.014	5.991.206
Valor justo dos ativos do plano	(3.774.468)	(985.557)	(93.360)	(271.878)	(5.125.263)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	657.231	174.222	8.354	26.136	865.942

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total Passivo
Valor presente das obrigações atuariais em 01/12/2012 reapresentado	3.505.727	884.091	76.649	234.457	4.700.924
Custo do serviço corrente bruto	1.186	4.349	144	1.176	6.855
Juros sobre obrigação atuarial	350.009	88.813	7.663	23.599	470.084
Contribuições de participantes vertidas no ano	171	1.545	35	947	2.698
(Ganho)/perda atuarial	845.470	237.425	23.429	51.673	1.157.997
Benefícios pagos no ano	(270.864)	(56.444)	(6.206)	(13.838)	(347.352)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2012 reapresentado	4.431.699	1.159.779	101.714	298.014	5.991.206
Custo do serviço corrente bruto	1.485	6.099	167	359	8.110
Juros sobre obrigação atuarial	380.340	99.150	8.740	25.727	513.957
Contribuições de participantes vertidas no ano	60	1.582	12	927	2.581
(Ganho)/perda atuarial	(912.671)	(282.757)	(21.728)	(63.034)	(1.280.190)
Benefícios pagos no ano	(301.060)	(64.412)	(6.738)	(16.622)	(388.832)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2013	3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total Ativo
Valor presente dos ativos atuariais em 01/12/2012 reapresentado	(3.236.676)	(839.877)	(80.058)	(218.799)	(4.375.410)
Rendimento esperado no ano	(324.813)	(85.126)	(8.074)	(22.185)	(440.198)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(171)	(1.545)	(35)	(947)	(2.698)
Contribuições de patrocinadoras	(47.708)	(14.655)	(1.041)	(5.132)	(68.536)
(Ganho)/perda atuarial	(435.964)	(100.798)	(10.358)	(38.653)	(585.773)
Benefícios pagos no ano	270.864	56.444	6.206	13.838	347.352
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2012 reapresentado	(3.774.468)	(985.557)	(93.360)	(271.878)	(5.125.263)
Rendimento esperado no ano	(337.591)	(89.686)	(8.560)	(24.698)	(460.535)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(60)	(1.582)	(12)	(927)	(2.581)
Contribuições de patrocinadoras	(56.266)	(18.243)	(1.208)	(8.336)	(84.053)
(Ganho)/perda atuarial	631.557	156.110	13.093	46.892	847.652
Benefícios pagos no ano	301.060	64.412	6.738	16.622	388.832
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2013	(3.235.768)	(874.546)	(83.309)	(242.325)	(4.435.948)

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

31/12/2013					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total do Passivo
Passivo atuarial líquido no início do exercício	657.231	174.222	8.353	26.136	865.942
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	44.234	15.562	481	1.388	61.665
Ganhos atuariais	(281.114)	(126.647)	(7.627)	(16.142)	(431.530)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(56.266)	(18.243)	(1.207)	(8.336)	(84.052)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	364.085	44.894	-	3.046	412.025
Outras Contribuições	14.458	394	69	504	15.425
Total Passivo	378.543	45.288	69	3.550	427.450
Circulante					76.810
Não Circulante					350.640

31/12/2012 reapresentado					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total do Passivo
Passivo atuarial líquido no início do exercício	269.051	44.214	-	15.658	328.923
Despesas/(Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	26.382	8.036	(3.676)	2.590	33.332
Perda atuarial	409.506	136.627	13.070	13.020	572.225
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(47.708)	(14.655)	(1.041)	(5.132)	(68.536)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	657.231	174.222	8.353	26.136	865.942
Outras Contribuições	14.593	387	79	1.857	16.917
Total Passivo	671.824	174.610	8.432	27.993	882.859
Circulante					51.675
Não Circulante					831.184

Conforme descrito nas notas 2.9 e 3.8, a revisão do CPC 33 (R1) eliminou o método do corredor (entre outras alterações), gerando a necessidade do registro integral do passivo atuarial líquido na data-base do laudo atuarial. Em 1º de janeiro de 2012, o referido passivo foi reduzido, em contrapartida a Lucros Acumulados, em R\$ 105.964.

Com relação às contribuições esperadas para o exercício de 2014, a companhia não espera haver alterações significativas quando comparadas com aquelas de 2013, a menos que a avaliação atuarial identifique a necessidade de alteração nos montantes de aporte originalmente orçados para os planos de previdência privada.

18.4 Reconhecimento das receitas e despesas com entidade de previdência privada:

A estimativa do atuário externo para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2014 e as despesas reconhecidas em 2013 são como segue:

2014 Estimadas					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	1.160	3.937	152	(43)	5.206
Juros sobre obrigações atuariais	404.925	104.090	9.250	27.748	546.013
Rendimento esperado dos ativos do plano	(365.720)	(100.048)	(9.459)	(27.961)	(503.188)
Efeito do limite do ativo a ser contabilizado	-	-	134	-	134
Total da despesa	40.365	7.979	77	(256)	48.165

2013 Realizadas					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	1.485	6.098	167	359	8.109
Juros sobre obrigações atuariais	380.340	99.150	8.740	25.727	513.957
Rendimento esperado dos ativos do plano	(337.591)	(89.686)	(8.560)	(24.698)	(460.535)
Efeito do limite do ativo a ser contabilizado	-	-	134	-	134
Total da despesa	44.234	15.562	481	1.388	61.665

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,72% a.a.	8,78% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,72% a.a.	8,78% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,10% a.a.	6,69% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	4,6% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano

18.5 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do grupo CPFL, em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, administrados pela Fundação CESP e ELETROCEEE. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2014, obtidos à luz do cenário macroeconômico em Dezembro de 2013.

Ativos administrados pela Fundação CESP:

	Em 31 de dezembro		Meta de alocação
	2013	2012	2014
Aplicações em renda fixa	72%	72%	70%
Ações da CPFL Energia	6%	6%	6%
Outras ações	16%	17%	17%
Imóveis	4%	3%	4%
Outros	2%	2%	3%
Total	100%	100%	100%

Ativos administrados pela ELETROCEEE:

	Em 31 de dezembro		Meta de alocação
	2013	2012	2014
Aplicações em renda fixa	61%	63%	61%
Outras ações	24%	23%	20%
Imóveis	14%	13%	15%
Outros	2%	1%	4%
Total	100%	100%	100%

A meta de alocação para 2014 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP e ELETROCEEE, efetuada ao final de 2013 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2014, à luz de mudanças das situações macroeconômicas ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Uma das principais ferramentas utilizadas para atingir os objetivos da gestão da Fundação CESP é o ALM (*Asset Liability Management – Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos*), realizado no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. O ALM auxilia também no estudo da liquidez

dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. A ELETROCEEE também se utiliza da ferramenta ALM.

A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada pelo ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

18.6 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais alta (baixa) e caso a expectativa de vida aumentasse (diminuisse) em um ano para homens e mulheres:

Premissas	Premissa laudo (A)	Aumento / (Redução) (B)	Projetado (A+B)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Aumento / (redução) total da obrigação do benefício definido
Obrigação do benefício definido				3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832
Taxa de desconto nominal (a.a.)	11,72%	-0,25% 0,25%	11,47% 11,97%	82.971 (79.622)	25.084 (23.839)	1.927 (1.847)	6.250 (5.982)	116.232 (111.290)
Expectativa de vida (anos)	AT83	-1 ano 1 ano		(63.175) 61.334	(12.197) 11.726	(1.430) 1.394	(3.381) 3.254	(80.183) 77.708

Risco de investimento

Os fundos de pensão brasileiros estão sujeitos a restrições com relação a investimentos em ativos estrangeiros. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP, que é o índice de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido).

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada, exigida pela legislação, a Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: VaR, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõem restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Componentes financeiros e recursos hídricos	1.590	570
Reserva global de reversão - RGR	15.983	24.653
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.869	2.421
Conta de consumo de combustível - CCC	-	34.432
Conta de desenvolvimento energético - CDE	12.937	48.700
Total	32.379	110.776

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	117.895	171.066
Programa de integração social - PIS	10.156	13.438
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	45.892	75.992
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	62.771	99.801
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	29.659	35.899
REFIS - PIS	4.100	-
REFIS - COFINS	18.886	-
Outros	28.704	34.275
Total	318.063	430.472
<u>Não circulante</u>		
REFIS - PIS	5.807	-
REFIS - COFINS	26.748	-
Total	32.555	-

Programa de recuperação fiscal – REFIS - Lei nº 11.941/2009

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865/2013, a qual reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei nº 11.941/2009. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais referentes aos processos Fiscais - PIS e COFINS sobre Encargos Setoriais – CCC/CDE – regime não cumulativo (nota 21) que possuía um saldo acumulado até esta data de R\$ 94.288. Em 21 de novembro e 17 de dezembro de 2013, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, respectivamente, procederam a consolidação dos débitos incluídos no parcelamento no montante total de R\$ 57.465, e, desta forma, obtiveram o desconto de juros e multa no montante de R\$ 36.823 registrado no resultado financeiro (nota 29).

O parcelamento será amortizado em 30 parcelas com atualização pela SELIC, sendo que o montante total de R\$ 1.925 referente à primeira parcela foi paga em 20 de dezembro de 2013.

(21) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012 reapresentado	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	119.707	80.516	68.205	152.762
Cíveis				
Diversos	149.735	174.961	26.972	160.826
Fiscais				
FINSOCIAL	25.682	73.633	18.968	54.074
Imposto de renda	128.332	779.899	90.187	704.742
PIS/COFINS - JCP	-	-	12.517	12.517
PIS/COFINS - regime não cumulativo	-	-	94.677	-
Outras	20.555	33.785	10.505	22.010
	<u>174.568</u>	<u>887.318</u>	<u>226.855</u>	<u>793.343</u>
Outros	23.985	384	27.062	18.408
Total	<u><u>467.996</u></u>	<u><u>1.143.179</u></u>	<u><u>349.094</u></u>	<u><u>1.125.339</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012 reapresentado	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (REFIS)	
Trabalhistas	68.205	158.324	(38.171)	(74.073)	5.422	-	119.707
Cíveis	26.972	224.073	(28.526)	(93.739)	20.955	-	149.735
Fiscais	226.855	8.840	(7.753)	(13.181)	17.272	(57.465)	174.568
Outros	27.062	-	-	(3.077)	-	-	23.985
	<u>349.094</u>	<u>391.237</u>	<u>(74.450)</u>	<u>(184.070)</u>	<u>43.649</u>	<u>(57.465)</u>	<u>467.996</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:**

Danos Pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração Tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

c) **Fiscais**

FINSOCIAL - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.

Imposto de Renda - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão de R\$ 108.782 (R\$ 70.888 em 31 de dezembro de 2012) refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.

PIS e COFINS - JCP - Em 2009 a Companhia discutia a incidência do PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre o capital próprio, desistiu da ação judicial e efetuou o pagamento dos valores questionados, utilizando-se dos benefícios previstos na Lei n.º 11.941/09 (REFIS IV), isto é, anistia de multa e encargos legais e redução de juros. Em função da finalização dos trâmites legais, a Companhia efetuou, em 2013, a baixa da contingência e do respectivo depósito judicial.

PIS e COFINS – Regime não cumulativo – Referia-se à discussão tributária relacionada ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS sobre determinados encargos setoriais. Em 2013, a Companhia aderiu ao REFIS, negociando o total da provisão, e o montante de R\$ 57.465 foi reclassificado para o grupo de Impostos, taxas e contribuições (nota 20).

Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

- d) **Perdas possíveis** - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2013 estavam assim representadas: (i) R\$ 244.277 trabalhistas (R\$ 329.590 em 31 de dezembro de 2012) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentre outros; (ii) R\$ 413.850 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 577.080 em 31 de dezembro de 2012); e (iii) R\$ 2.704.881 fiscais (R\$ 1.493.646 em 31 de dezembro de 2012), relacionadas basicamente a ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS e Imposto de Renda, sendo uma das principais discussões a dedutibilidade da despesa reconhecida em 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP no montante de R\$ 952.913, com depósito judicial de R\$ 648.861 e (iv) R\$ 27.628 regulatórias em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 12.088 em 31 de dezembro de 2012).

A perda possível regulatória está relacionada principalmente à cobrança do encargo de serviço do sistema – ESS, prevista na Resolução CNPE n.º 03, de 06 de março de 2013, na qual as controladas e controladas em conjunto da Companhia, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo, levando os assessores jurídicos da Companhia a qualificarem seu risco de perda como possível. O montante do risco total é de R\$ 15.540 e inclui (i) R\$ 14.817 das controladas indiretas CPFL Renováveis (R\$ 11.631) e Ceran (R\$ 3.186) e (iii) R\$ 723 da controlada indireta Paulista Lajeado.

A controlada CPFL Piratininga possuía processo que questionava a metodologia de cálculo do ICMS para o fornecimento de energia na cidade de Santos/SP. A perda para este processo estava avaliada como possível pelos assessores legais externos da Companhia, porém com as recentes decisões desfavoráveis proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, aliado a oportunidade de aproveitamento do

benefício de redução de multa e juros, a controlada optou pela adesão ao Programa Especial de Parcelamento – PEP de ICMS, e reconheceu uma despesa no montante de R\$ 73.338.

As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga possuíam processos judiciais relacionados a créditos de ICMS sobre aquisições de combustíveis e lubrificantes. A perda para estes processos estava avaliada como possível pelos assessores legais externos da Companhia, porém com as recentes decisões desfavoráveis proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, aliado a oportunidade de aproveitamento do benefício de redução de multa e juros, as controladas optaram pela adesão ao Programa Especial de Parcelamento – PEP de ICMS, e reconheceu uma despesa no montante de R\$ 32.090.

A controlada CPFL Jaguari firmou acordo judicial com Massa Falida do Banco Santos S/A para encerramento de ação, cujo acordo foi submetido ao juiz competente e encontra-se em fase de homologação judicial e reconheceu uma despesa no montante de R\$ 19.048.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Depósitos judiciais – imposto de renda: Do montante total de R\$ 660.414, o montante de R\$ 648.861 (R\$ 617.051 em 31 de dezembro de 2012) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Tributos Federais de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em decorrência desta medida, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e efetuou depósitos judiciais. Esta dedutibilidade gerou ainda outras autuações e a controlada ofereceu como garantia fianças bancárias. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, a opinião da Administração é que o risco de perda é possível.

(22) USO DO BEM PÚBLICO

Empresas	Consolidado		Quantidade de parcelas restante
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	
CERAN	83.176	79.813	267
Circulante	3.738	3.443	
Não circulante	79.438	76.371	

(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Consumidores e concessionárias	43.804	59.917	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	218.419	168.520	11.537	11.772
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	164.180	134.463	4.842	24.790
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.966	4.487	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	982	2.242	-	-
Fundo de reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	34.879	28.073	-	20
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	34.471	46.215
Folha de pagamento	17.639	12.361	-	-
Participação nos lucros	36.601	49.396	4.171	7.846
Convênios de arrecadação	73.240	76.371	-	-
Garantias	-	-	29.133	25.014
Contas a pagar Eletrobrás – Aporte CDE	9.246	-	-	-
Aquisição de negócios	10.477	11.369	-	-
Outros	52.095	76.067	1.981	2.381
Total	663.529	623.267	103.886	135.788

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos: No não circulante, o montante de R\$ 34.471 refere-se a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: Em julho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização. O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano tem duração de 2012 a 2018 e são elegíveis determinados executivos da Companhia que estejam exercendo a função na data da outorga. A outorga é anual e o prazo de carência (vesting period) para recebimento da premiação, se estabelece a partir do segundo, terceiro ou quarto ano a contar da data da outorga, sendo a opção de 1/3 do valor total da premiação de cada outorga por ano. O eventual não atingimento da expectativa em uma conversão poderá ser acumulado nos vestings seguintes, até o limite da respectiva outorga.

O Programa prevê realização parcial, caso a expectativa do Plano Estratégico seja atingida em no mínimo 80%, com respectiva redução da premiação ao percentual atingido, bem como possibilidade de superação, com teto de até 150%, sob o mesmo critério.

Aquisição de negócios: Refere-se ao montante registrado pela controlada indireta CPFL Renováveis referente à aquisição de negócios.

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2013		31/12/2012	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
BB Carteira Livre I FIA	288.569.602	29,99	288.569.602	29,99
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	487.700	0,05	9.897.860	1,03
VBC Energia S.A.	-	-	9.897.860	1,03
Camargo Correa S.A.	837.860	0,09	12.642.390	1,31
ESC Energia S.A.	234.092.930	24,33	224.195.070	23,30
Bonaire Participações S.A.	6.308.790	0,66	6.308.790	0,66
Energia São Paulo FIA	136.820.640	14,22	115.118.250	11,96
BNDES Participações S.A.	64.842.768	6,74	81.053.460	8,42
Antares Holdings Ltda.	16.039.720	1,67	16.039.720	1,67
Brumado Holdings Ltda.	34.502.100	3,59	34.502.100	3,59
Membros da Diretoria Executiva	102.350	0,01	47.610	0,00
Demais Acionistas	179.669.800	18,67	164.001.548	17,04
Total	962.274.260	100,00	962.274.260	100,00

Em Fato Relevante de 24 de janeiro de 2013, a Companhia foi informada pelos acionistas Bonaire Participações S.A. (“Bonaire”) e Energia São Paulo FIA do exercício da opção de compra da totalidade das ações adicionais, correspondente a 4% das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da Companhia detidas por VBC Energia S.A. (“VBC”) e/ou suas sucessoras, e, por 521 Participações S.A. (“521”), sucedida por BB Carteira Livre I (“BB CL I”), conforme previsto no Instrumento de Outorga de Opção de Compra, celebrado em 17 de julho de 2002 entre VBC, 521 e Bonaire.

Os acionistas VBC e suas sucessoras Camargo Corrêa S/A (“CCSA”) e ESC Energia S/A (“ESC”), bem como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), sucessora e quotista exclusiva do BB CL I, aceitaram o exercício da Opção de Compra e alienaram as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas. Deste modo, a CCSA alienou 11.804.530 ações vinculadas ao Energia SP FIA e a PREVI alienou 9.897.860 ações vinculadas ao Energia SP FIA.

Em Fato Relevante de 28 de março de 2013 a Companhia divulgou a conclusão da operação de compra de ações por parte de seus acionistas controladores e a titularidade das Ações Vinculadas passou a ser a seguinte:

	Quantidade de ações vinculadas		Quantidade total de ações	
	Anterior à Alienação	Após a Alienação	Anterior à Alienação	Após a Alienação
VBC Energia S.A.	9.897.860	-	9.897.860	-
ESC Energia S.A.	224.188.344	234.086.204	224.195.070	234.092.930
Camargo Corrêa S.A.	11.804.530	-	12.642.390	837.860
BB Carteira Livre I FIA	196.276.558	196.276.558	288.569.602	288.569.602
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	9.897.860	-	9.897.860	-
Energia São Paulo FIA	90.484.600	112.186.990	115.118.250	136.820.640
Bonaire Participações S.A.	10.000	10.000	6.308.790	6.308.790
Total Bloco Controle	542.559.752	542.559.752	666.629.822	666.629.822

24.1 - Reserva de Capital

Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de negócios da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 228.322 e (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis, descrita na nota 12, no montante de R\$ 59.308, como consequência da redução na participação societária indireta na CPFL Renováveis. De acordo com o ICPC 09 (R1) e IFRS 10, este efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

24.2 - Reserva de Lucros

É composta por:

- (a) Reserva legal, no montante de R\$ 603.352;
- (b) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão: as controladas de distribuição registraram a atualização do ativo financeiro no resultado do exercício e, por se tratar de resultado cuja realização financeira se dará apenas no momento da indenização (ao final da concessão), estes montantes foram retidos, em 31 de dezembro de 2012, como reserva de retenção de lucros para investimento, no patrimônio líquido naquele exercício. Em função da aprovação das mudanças no Estatuto Social da CPFL Energia, em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de junho de 2013, foi criada a conta contábil "Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão", amparada no artigo 194 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de adequar o fluxo de caixa proveniente do recebimento da indenização, pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão das distribuidoras controladas pela CPFL Energia, com o resultado acumulado nas alterações da expectativa dos fluxos de caixa desses ativos financeiros.

Desta forma, o saldo de 31 de dezembro de 2012 da reserva de retenção de lucros para investimento foi reclassificado para a reserva estatutária de ajustes do ativo financeiro da concessão ("Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão"), bem como o resultado do período proveniente das alterações na expectativa dos fluxos de caixa dos ativos da concessão, líquido de seus efeitos tributários, foram também reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para esta reserva, com saldo final em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 265.037.

- (c) Reserva de retenção de lucros para investimento: a Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2013, uma reserva de retenção de lucros para investimento no montante de R\$ 108.987.

24.3 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (a) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 509.665;

- (b) Entidade de previdência privada: Conforme descrito na notas 2.9, 3.8 e 18, o saldo devedor de R\$ 111.999 corresponde aos efeitos da (i) revisão do CPC 33 (R1) / IAS 19, que eliminou o método do corredor e gerou a necessidade do registro integral do passivo atuarial líquido na data-base do laudo atuarial e (ii) reflexo dos cálculos atuariais atualizados para 31 de dezembro de 2013.

24.4 - Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2013 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012, através de declaração de dividendo no montante de R\$ 1.096.145, sendo R\$ 640.239 de dividendo intermediário declarado em junho de 2012, e R\$ 455.906 de dividendo complementar.

Adicionalmente, conforme previsto no Estatuto Social e com base nos resultados do primeiro semestre de 2013, a Administração da Companhia, em 14 de agosto de 2013, aprovou a declaração do dividendo intermediário no montante de R\$ 363.049 sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,377282126, com pagamento em 1º de outubro de 2013.

No exercício, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 815.514 referente basicamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013.

24.5 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração de R\$ 567.802 na forma de dividendo, correspondente a R\$ 0,590062200 por ação, conforme demonstrado a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
Lucro líquido do exercício - Individual	937.419
Realização de resultados de exercícios anteriores	56.293
Realização do resultado abrangente	25.962
Dividendos prescritos	5.172
Constituição/realização de reserva estatutária	61.863
Lucro líquido base para destinação	1.086.708
Constituição de reserva legal	(46.871)
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	(108.987)
Dividendos intermediários	(363.049)
Dividendo adicional proposto	567.802

(25) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, considera-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>reapresentado</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	937.419	1.176.252
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
Lucro por ação - básico	0,97	1,22
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	937.419	1.176.252
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(25.016)	(17.537)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	<u>912.403</u>	<u>1.158.715</u>
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
Lucro por ação - diluído	0,95	1,20

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos períodos.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício.

(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	6.523.553	6.312.737	15.426	14.567	5.710.050	6.631.596
Industrial	58.565	59.057	14.691	14.536	3.605.079	4.086.080
Comercial	491.057	494.556	8.837	8.714	2.956.069	3.389.159
Rural	245.687	243.283	2.081	2.093	415.075	492.633
Poderes públicos	49.443	48.467	1.234	1.220	407.094	451.241
Iluminação pública	9.596	9.166	1.586	1.525	284.346	345.058
Serviço público	7.961	7.729	1.820	1.864	486.609	543.216
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(59.731)	(24.643)
Fornecimento faturado	7.385.862	7.174.995	45.674	44.519	13.804.591	15.914.341
Consumo próprio	-	-	34	33	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	73.536	136.905
Encargos emergenciais - ECE/EAAE	-	-	-	-	(254)	1
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.287.096)	(7.558.153)
Fornecimento de energia elétrica	7.385.862	7.174.995	45.709	44.552	8.590.776	8.493.094
Furnas Centrais Elétricas S.A.			3.026	3.034	441.961	411.798
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			10.918	9.333	1.874.482	1.478.832
Energia elétrica de curto prazo			1.031	2.062	205.976	197.758
Suprimento de energia elétrica			14.975	14.429	2.522.419	2.088.388
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.287.096	7.558.153
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					965.737	1.412.275
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(14.587)	(7.489)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.004.399	1.351.550
Aporte CDE					627.832	52.093
Outras receitas e rendas					355.694	300.715
Outras receitas operacionais					8.226.172	10.667.297
Total da receita operacional bruta					19.339.367	21.248.779
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.777.486)	(3.178.771)
PIS					(271.301)	(297.476)
COFINS					(1.247.439)	(1.367.898)
ISS					(5.545)	(4.926)
Reserva global de reversão - RGR					(3.791)	(101.136)
Conta de consumo de combustível - CCC					(34.432)	(597.925)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(155.249)	(584.399)
Programa de P & D e eficiência energética					(111.243)	(147.390)
PROINFA					(99.244)	(77.886)
Encargos emergenciais (ECE/EAAE)					253	(1)
IPI					(34)	(94)
					(4.705.511)	(6.357.904)
Receita operacional líquida					14.633.856	14.890.875

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em consonância com o Despacho nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, da ANEEL, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, as controladas de distribuição de energia efetuaram a reclassificação de parte dos valores relacionados às receitas da rubrica “Fornecimento de Energia Elétrica”, atividade de Comercialização para “Outras Receitas Operacionais”, atividade de Distribuição, sob o título de “Receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD consumidor cativo”.

No procedimento de regulação tarifária (“Proret”), aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463 de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em consonância com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, as controladas de distribuição de energia elétrica efetuaram o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de “Fornecimento de Energia Elétrica” e “Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD consumidor livre” em contrapartida à rubrica redutora do ativo intangível (“Obrigações Especiais”). O montante registrado foi apurado a partir da data em que ocorreria a revisão tarifária das controladas até 31 de dezembro de 2013.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da Resolução Normativa 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012 foi deferido o efeito

suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspensa a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADÉE. As controladas estão aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Em 31 de dezembro de 2013 tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37, apresentados líquidos no ativo intangível da concessão.

26.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Empresa	Mês	2013		2012	
		Reajuste tarifário anual - RTA	Percepção do consumidor (a)	Reajuste tarifário anual - RTA	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	5,48%	6,18%	3,71%	2,89%
CPFL Piratininga	Outubro	7,42%	6,91%	8,79% (b)	5,5% (b)
RGE	Junho	-10,32%	-10,64%	11,51%	3,38%
CPFL Santa Cruz	Fevereiro	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Leste Paulista	Fevereiro	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Jaguarí	Fevereiro	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Sul Paulista	Fevereiro	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Mococa	Fevereiro	(c)	(c)	(c)	(c)

- (a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior (informação não auditada pelos auditores independentes).
- (b) A ANEEL aprovou em 2 de outubro de 2012 a RTP de 2011 da controlada CPFL Piratininga com um reposicionamento total de -5,43%, sendo -4,45% relativos ao reposicionamento econômico e -0,98% relativos aos componentes financeiros. Este resultado subsidiou o cálculo do RTA de 2012. No dia 16 de outubro de 2012, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o RTA de 2012 da controlada e as tarifas foram, em média, reajustadas em 8,79%, sendo 7,71% relativos ao reajuste econômico e 1,08% referentes aos componentes financeiros. Foi considerado neste RTA de 2012 o impacto de 1/3 do componente financeiro da RTP de 2011, que corresponde a uma redução de 2,42%. Caso não tivesse contemplado esse efeito o reajuste total da RTA de 2012 seria de 11,21%. Com a homologação da RTP de 2011 e do RTA de 2012, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 5,50% em relação às tarifas vigentes à época. As novas tarifas tiveram vigência de 23 de outubro de 2012 a 22 de outubro de 2013.

Em 22 de outubro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.638, que fixou o reajuste das tarifas da controlada a partir de 23 de outubro de 2013, na média, em 7,42%, sendo 9,69% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -2,27% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor cativo, em média, é de 6,91% de aumento nas tarifas.

- (c) Em 31 de janeiro de 2012, a ANEEL prorrogou a vigência das tarifas de fornecimento e de TUSD destas controladas, até o processamento em definitivo da revisão tarifária. A RTP de fevereiro de 2012 foi homologada somente em janeiro de 2013, sem aplicação imediata das tarifas. Com base nas tarifas da RTP de 2012, a ANEEL homologou a Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”), com vigência de 24 de janeiro de 2013 a 2 de fevereiro de 2013. A partir de 3 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar as tarifas homologadas no RTA de 2013, que incorporaram os efeitos da postergação da RTP.

Os percentuais da RTP e do RTA para estas controladas são como segue:

	RTA 2013		RTP 2012	
	Com componentes financeiros	Percepção do consumidor em relação ao RTE/13 (*)	Com componentes financeiros	Percepção do consumidor em relação ao RTA/11 (*)
CPFL Santa Cruz	9,32%	-0,94%	8,10%	-4,66%
CPFL Leste Paulista	6,48%	3,36%	0,08%	-1,25%
CPFL Jaguari	2,71%	2,68%	-7,10%	-7,33%
CPFL Sul Paulista	2,27%	2,21%	-3,72%	-5,02%
CPFL Mococa	7,00%	5,10%	9,00%	6,34%

Conforme nota 38.1, em 03 de fevereiro de 2014, a ANEEL fixou o reajuste das tarifas destas controladas a partir daquela data.

Com relação à RTP, as controladas interpuseram Pedido de Reconsideração, cujo julgamento ocorreu em janeiro de 2014 (nota 38.7).

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

26.2 Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

De forma a incorporar os efeitos da MP nº 579/2012, (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013) – Prorrogação das concessões e outros assuntos de interesse, a ANEEL homologou o resultado da revisão tarifária extraordinária (“RTE”) de 2013, aplicado aos consumos a partir do dia 24 de janeiro de 2013. Nesta revisão extraordinária foram incorporadas as cotas de energia elétrica das usinas geradoras que renovaram os seus contratos de concessão. O total de energia oriundo destas usinas foi dividido em cotas para as distribuidoras. Também foram computados os efeitos das extinções da RGR e CCC, a redução da CDE e a redução dos custos de transmissão. Cabe citar que essa RTE não traz impacto no resultado líquido. A ANEEL, através das resoluções homologatórias abaixo, homologou o resultado da revisão extraordinária de 2013 das controladas de distribuição. Os efeitos médios para os consumidores das distribuidoras foram:

Distribuidoras	Resolução homologatória nº	Percepção do consumidor (*)
CPFL Paulista	1.433	-20,42%
CPFL Piratininga	1.424	-26,70%
RGE	1.411	-22,81%
CPFL Santa Cruz	1.452	-23,72%
CPFL Jaguari	1.450	-25,33%
CPFL Mococa	1.451	-24,38%
CPFL Leste Paulista	1.449	-26,42%
CPFL Sul Paulista	1.453	-23,83%

(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.

26.3 – Aporte CDE

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Em 2013 foi registrada receita de R\$ 627.832, sendo R\$ 69.231 referentes à subvenção baixa renda e R\$ 558.600 referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida a contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE (nota 11) e contas a pagar – aporte CDE (nota 23).

(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh		R\$ mil	
	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	10.719	10.781	1.298.210	1.131.744
Energia de curto prazo	2.974	2.662	726.936	244.921
PROINFRA	1.019	1.070	233.152	215.400
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	42.980	48.085	6.786.524	5.814.982
Aporte CDE	-	-	(827.578)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(748.526)	(677.043)
Subtotal	57.692	62.597	7.468.718	6.730.004
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			559.631	1.127.319
Encargos de transporte de itaipu			34.716	96.454
Encargos de conexão			44.470	79.855
Encargos de uso do sistema de distribuição			29.542	34.322
Encargos de serviço do sistema - ESS			554.865	252.708
Encargos de energia de reserva - EER			33.194	85.148
Aporte CDE			(458.792)	-
Crédito de PIS e COFINS			(69.655)	(152.815)
Subtotal			727.969	1.522.991
Total			8.196.687	8.252.995

27.1 Aporte CDE - Decreto nº 7.945/2013

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis a partir do final de 2012, entre elas os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 7 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica provenientes de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. a exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. a exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- iv. o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou em 2013, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais o montante de R\$ 726.234.

Para o item (iv):

- no processo de revisão tarifária das controladas CPFL Paulista e RGE, por meio dos Despachos nº 1.144 de 18 de abril de 2013 e Resolução Homologatória nº 1.535 de 18 de junho de 2013, respectivamente, a ANEEL concedeu (i) para o caso da controlada CPFL Paulista, cobertura integral dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS referente ao exercício de 2012, bem como valores positivos da CVA de energia comprada no leilão de disponibilidades, de competência de janeiro de 2013, no montante de R\$ 371.460 e (ii) para a controlada RGE, cobertura parcial dos saldos da CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$ 10.706. Ambos os valores foram registrados a crédito do custo com energia elétrica na rubrica Aporte CDE – decreto nº 7.945/13 em contrapartida em outros créditos na rubrica Contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE (nota 11);
- foi homologado para a controlada CPFL Piratininga no processo de reajuste tarifário, por meio da Resolução Homologatória nº 1.638, de 23 de outubro de 2013, cobertura parcial dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada (estorno de despesa de R\$ 167.901) e do encargo de ESS (despesa de R\$ 122) referentes ao período de outubro de 2012 a outubro de 2013, no montante total de R\$ 167.779. Ambos os valores foram registrados a crédito do custo com energia elétrica na rubrica Aporte CDE – decreto nº 7.945/13 em contrapartida em outros créditos na rubrica Contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE (nota 11);
- no processo de reajuste tarifário da controlada CPFL Santa Cruz, homologado por meio da Resolução Homologatória nº 1.682, de 30 de janeiro de 2014, a ANEEL concedeu cobertura total dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada (estorno de despesa de R\$ 15.514) e do encargo de ESS (despesa de R\$ 5.323) referentes ao período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, no montante de R\$ 10.192. Ambos os valores foram registrados a crédito do custo com energia elétrica na rubrica Aporte CDE – decreto nº 7.945/13 em contrapartida em outros créditos na rubrica Contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE (nota 11).

O quadro abaixo demonstra o sumário dos aportes da CDE por distribuidora controlada pela Companhia, reconhecidos em 2013:

	Energia comprada para revenda			Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		Total
	Sobrecontra- tação	Cotas e risco hidrológico	Energia comprada - revisão tarifária	ESS	ESS revisão tarifária	
CPFL Paulista	161.087	10.868	327.252	217.464	44.207	760.878
CPFL Piratininga	76.735	395	167.901	88.166	(122)	333.076
CPFL Santa Cruz	8.689	(28)	15.514	16.082	(5.323)	34.934
CPFL Leste Paulista	1.092	(6)	-	6.487	-	7.573
CPFL Sul Palista	-	(11)	-	3.621	-	3.610
CPFL Jaguari	2.537	98	-	4.631	-	7.267
CPFL Mococa	-	(6)	-	2.717	-	2.711
RGE	53.593	(287)	2.153	72.310	8.553	136.322
Total	303.734	11.023	512.821	411.477	47.316	1.286.370

(28) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora					
	Despesa operacional					
	Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado
Pessoal	13.867	17.204	-	-	13.867	17.204
Material	22	10	-	-	22	10
Serviços de terceiros	5.323	6.808	-	-	5.323	6.808
Depreciação e amortização	76	65	-	-	76	65
Outros	3.338	5.463	-	36	3.338	5.499
Arrendamentos e aluguéis	127	121	-	-	127	121
Publicidade e propaganda	1.291	3.912	-	-	1.291	3.912
Legais, judiciais e indenizações	1.081	713	-	-	1.081	713
Doações, contribuições e subvenções	617	521	-	-	617	521
Outros	222	195	-	36	222	231
Total	22.626	29.549	-	36	22.626	29.585

	Consolidado									
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesa operacional		Total	
	2012		2012		2012		2012		2012	
	2013	reapresentado	2013	reapresentado	2013	reapresentado	2013	reapresentado	2013	reapresentado
Pessoal	425.349	415.862	0	30	106.111	104.343	192.142	177.023	723.602	697.258
Entidade de previdência privada	61.665	33.332	-	-	-	-	-	-	61.665	33.332
Material	92.562	89.526	2.661	1.757	4.117	2.965	6.806	9.120	106.145	103.368
Serviços de terceiros	178.809	174.326	2.464	2.356	100.301	107.603	205.450	256.949	487.024	541.233
Depreciação e amortização	664.601	619.568	-	-	33.689	33.046	59.964	41.598	758.253	694.213
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.004.399	1.351.550	-	-	-	-	1.004.399	1.351.550
Outros	44.531	45.093	(6)	(18)	132.379	220.188	464.253	239.673	926.304	881.834
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	52.372	49.053	-	-	52.372	49.053
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	70.324	163.811	-	-	70.324	163.811
Arrendamento e aluguéis	26.181	28.484	-	-	11	88	12.390	9.210	38.582	37.782
Publicidade e propaganda	871	106	-	-	212	26	13.179	22.604	14.262	22.736
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	429.883	187.420	429.883	187.420
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	8.003	5.815	3.935	2.337	11.938	8.151
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	27.422	30.136	27.422
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulant	-	6.276	-	-	-	-	-	(39.253)	48.051	(39.253)
Perda pelo não aproveitamento de estudos e projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de energia livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	296.977	284.713	296.977
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	10.515	4.235	-	-	-	-	-	-	10.515	4.235
Outros	6.963	5.991	(6)	(18)	1.457	1.394	4.866	18.104	13.282	39.468
Total	1.467.516	1.377.706	1.009.518	1.355.675	376.597	468.146	928.614	724.364	4.067.393	4.302.788

(29) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	67.544	26.731	316.617	200.860
Acréscimos e multas moratórias	5	20	143.429	167.346
Atualização de créditos fiscais	1.221	2.530	8.425	9.932
Atualização de depósitos judiciais	448	807	118.406	50.605
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	43.615	49.437
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	-	-	-	159.195
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	21.446	18.917
PIS e COFINS sobre JCP	(15.093)	(19.093)	(15.368)	(19.218)
Outros	3.512	4.307	62.637	69.889
Total	57.637	15.301	699.208	706.963
Despesas				
Encargos de dívidas	(83.614)	(36.361)	(1.291.762)	(1.072.622)
Atualizações monetárias e cambiais	(607)	2	(182.022)	(120.342)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	-	-	(66.851)	-
(-) Juros Capitalizados	-	-	57.184	48.172
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(11.690)	(11.128)
Outros	(277)	(1.026)	(175.511)	(128.816)
Total	(84.497)	(37.385)	(1.670.651)	(1.284.736)
Resultado Financeiro	(26.860)	(22.084)	(971.443)	(577.773)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 8,24% a.a. durante o exercício de 2013 (7,85% a.a. em 2012) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de Despesas de Atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 211.282 (R\$182.892 em 2012) (nota 34).

(30) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

2013	Distribuição	Geração		Comercialização	Serviços	Outros (*)	Eliminações	Total
		(Fontes convencionais)	(Fontes renováveis)					
Receita operacional líquida	11.563.700	601.980	802.011	1.579.893	84.622	1.649	-	14.633.856
(-) Vendas entre segmentos	15.354	323.658	281.913	264.891	116.184	-	(1.002.001)	-
Resultado do serviço	1.550.951	559.784	214.750	52.060	13.333	(21.103)	-	2.369.775
Receita financeira	504.463	40.005	55.083	27.665	13.876	58.115	-	699.208
Despesa financeira	(906.153)	(338.783)	(314.243)	(22.601)	(4.358)	(84.513)	-	(1.670.651)
Lucro antes dos impostos	1.149.261	381.874	(44.410)	57.123	22.852	(47.500)	-	1.519.200
Imposto de renda e contribuição social	(423.712)	(69.937)	(10.607)	(21.399)	(6.881)	(37.627)	-	(570.164)
Lucro líquido	725.549	311.937	(55.017)	35.724	15.970	(85.127)	-	949.036
Total do ativo (**)	15.263.417	4.515.880	9.470.564	342.516	243.612	1.206.806	-	31.042.796
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	844.804	9.744	827.704	3.593	48.646	345	-	1.734.836
Depreciação e amortização	(564.538)	(133.514)	(348.355)	(4.106)	(4.632)	(86)	-	(1.055.231)
2012 reapresentado								
Receita operacional líquida	12.391.730	558.547	608.223	1.284.069	46.855	1.452	-	14.890.875
(-) Vendas entre segmentos	22.138	269.688	210.260	602.332	124.968	-	(1.229.386)	-
Resultado do serviço	1.369.809	496.885	215.139	255.193	26.276	(28.210)	-	2.335.091
Receita financeira	558.130	32.809	56.461	39.389	4.777	15.397	-	706.963
Despesa financeira	(632.278)	(228.949)	(254.333)	(140.506)	8.475	(37.143)	-	(1.284.736)
Lucro antes dos impostos	1.295.661	421.423	17.268	154.076	39.528	(49.957)	-	1.877.998
Imposto de renda e contribuição social	(469.081)	(72.756)	(9.256)	(52.000)	(12.856)	(54.987)	-	(670.937)
Lucro líquido	826.580	348.667	8.011	102.075	26.672	(104.944)	-	1.207.062
Total do ativo (**)	14.729.776	4.376.137	8.786.521	466.645	186.303	378.897	-	28.924.279
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	1.402.994	12.804	1.021.970	2.870	18.865	508	-	2.460.011
Depreciação e amortização	(544.192)	(138.417)	(289.372)	(3.177)	(3.693)	(74)	-	(978.926)

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações registrados na CPFL Energia e que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(**) Os intangíveis, líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

(31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM.
- b) **Empréstimos e Financiamentos e Debêntures** - Corresponde a captação de recursos junto ao Banco do Brasil conforme condições descritas nas notas 16 e 17. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito nas notas 16 e 17.
- c) **Outras Operações Financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo órgão regulador.
- e) **Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- f) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos concedidos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- g) **Outras Receitas** - Referem-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- h) **Contrato de Mútuo** – Refere-se a contrato realizados cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento inicialmente previsto para 15/01/2014 e repactuação para 16/01/2017.

Algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da Companhia (nota 18).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração renegociaram, para janeiro de 2014, o vencimento original de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2013 referente a faturas de compra de energia com as controladas em conjunto BAESA, ENERCAN e Chapecoense.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2013, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 33.680 (R\$ 40.245 em 2012). Este valor é composto por R\$ 36.382 (R\$ 32.794 em 2012) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 973 (R\$ 1.109 em 2012) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 3.675 (provisão de R\$ 6.342 em 2012) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e controladas em conjunto são como segue:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	115.968	82.111	-	-	6.331	7.687	52.398	1
Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	1.767.934	1.778.338	-	-	88.646	129.222
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	1.224	1.224	1.633	6.031	5.483
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	-	-	-	1.277	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	1.021	-
JBS S/A	-	-	-	-	78	4.010	-	-
Adiantamentos								
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	1.558	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	572	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	1.272	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	898	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	24	-	-	-	1.048	1.375
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	5	-	-	-	234	-
BRASKEM S.A.	-	-	-	-	20.916	-	-	-
Caetite 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	636	-
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	5	-	-	-	642	-
Calango Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	1.044	-
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	-	-	-	7.561	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	728	697	-	-	12.427	6.362	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	545	1.031	-	-	19.096	6.351	-	-
Companhia Energética do Ceara - COELCE (**)	-	188	-	-	-	1.937	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	223	657	191	-	8.125	2.624	1.070	-
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	120	-	-	-	3.746	3.512
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	6.106	-	-	-
Fras-le	-	-	-	-	6	-	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	145	-
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	523	-
MULTINER S/A	-	-	-	-	207	-	-	-
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	22.576	19.813	-	-
Petrobrás	-	-	-	-	-	3.207	-	34.143
Raposo Tavares	-	-	-	-	21	-	-	-
Rio PCH I S.A.	-	-	220	-	5.501	4.732	1.565	1.353
SE Naranjita S.A.	-	-	-	-	-	-	117	141
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	547	-	-	-	18.602	15.876
Tavex Brasil S.A. (antiga Santista Têxtil Brasil S)	-	-	-	-	11.368	18.448	-	-
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	178	-	346	-	6.280	5.841
Vale Energia S.A.	6.960	6.594	-	-	89.671	77.041	-	-
VALE S.A.	-	-	-	-	-	2.877	1.419	21.024
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	29.568	7.066	-	497	75.951	182.003
Chapecoense Geração S.A.	-	1.006	111.019	27.695	3.936	14.152	327.385	303.670
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	544	377	103.252	29.548	9.376	6.264	232.815	209.814
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	2	-	17.094	35.690	75.781	6.869	107.348	74.761
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Barroão Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	67	-	-	-
Boa Vista Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	2	-	-	-	50	35	-	-
Brasil Telecom	-	-	-	127	-	-	-	737
Celesc - Centrais Elétricas Sta Catarina	-	-	-	-	-	-	1.078	-
Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	85	-	36	-	1.002	42	27	43
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirante S.A.	-	-	-	-	-	-	50	50
Concessionárias de Rodovias do Oeste de São Paulo	-	-	-	-	-	262	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	970
Embraer	-	-	-	-	36	-	-	-
Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	507	-	-	-	1.526	112	-	100
HM 11 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	9	-	-	-
HM 12 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	9	12	-	-
HM 25 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	63	-	-	-
Hortolândia 4A Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	-	-	-	41	-	-	-
Indústrias Romi S.A.	4	-	-	-	43	40	-	-
InterCement Brasil S.A.	-	-	-	-	53	1.545	-	-
Itaúsa	-	-	-	-	-	-	270	-
Jaguariúna III Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	56	-	-	-
LUPATECH	-	-	-	-	-	-	3	-
MRS Logística S.A.	-	-	-	-	168	-	-	-
OI S.A. e Brasil Telecom S.A.	-	-	-	131	-	-	-	653
Petrobrás	9	-	-	-	208	30	-	-
Recanto dos Sonhos Empreendimento Imobiliário SPE	-	-	-	-	-	60	-	-
Renovias Concessionária S.A.	-	-	-	-	-	-	6	8
Rodovias Integradas do Oeste - SP Vias	26	-	28	26	300	578	-	24
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.	306	-	-	-	627	409	-	-
Sumaré Matão Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	-	45	-	122
TOTVS S.A.	-	9	42	111	-	-	2.766	1.942
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	66	-	-	-	1.367	1.298	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	1.367	1.298	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	100	-	-	5.186	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	11	-	-	1.499	1.330	-	-
Outras receitas								
OI S.A. e Brasil Telecom S.A. (**)	-	2.009	-	-	-	12.051	-	-
Contrato de Mútuo								
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	86.655	-	-	-	5.585	-	-	-

(*) Trata-se do valor a custo

(**) Parte relacionada até o exercício de 2012

(32) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais

perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	Consolidado	
		2013	2012 reapresentado
Ativo não circulante	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	6.241.881	5.712.235
Transporte	Transporte nacional	634.171	180.766
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	262.883	50.935
Automóveis	Cobertura compreensiva	5.327	6.536
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	166.000	128.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	163.597	172.736
Outros	Riscos operacionais e outros	311.755	347.213
Total		7.785.615	6.598.421

Informações não examinadas pelos auditores independentes

(33) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco:

Compete ao Conselho de Administração orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelo desenvolvimento do modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo CPFL no que tange à estratégia (política, direcionamento e mapa de riscos), processos (planejamento, mensuração, monitoramento e reporte), sistemas e governança.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processo de Gestão na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar preventivamente e por meio de um sistema de informações adequado, (a) os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, (b) sua probabilidade de materialização e (c) as medidas e os planos adotados.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de

passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. Adicionalmente as controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.945, de março de 2013, instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso de CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária (nota 27).

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar das condições hidrológicas desfavoráveis no início de 2014, para uma definição precisa quanto ao risco de escassez de energia, deve-se aguardar o fim do período úmido das principais bacias hidrográficas.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição, embora compensados em exercícios subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e

suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

(34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Nota explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Consolidado				
				31/12/2013		31/12/2012 reapresentado		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	2.105.618	2.105.618	1.152.712	1.152.712
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	2.100.804	2.100.804	1.282.322	1.282.322
Consumidores, concessionárias e permissonárias	6	(b)	(1)	n/a	2.161.643	2.161.643	2.366.682	2.366.682
Arrendamentos	9	(b)	(1)	n/a	48.574	48.574	41.443	41.443
Coligadas, controladas e controladora		(b)	(1)	n/a	86.655	86.655	-	-
Títulos e valores mobiliários		(c)	(1)	n/a	-	-	3.939	3.939
Títulos e valores mobiliários		(a)	(2)	Nível 1	24.806	24.806	2.161	2.161
Derivativos	34	(a)	(2)	Nível 2	318.490	318.490	487.308	487.308
Ativo financeiro da concessão	10	(d)	(2)	Nível 3	2.771.593	2.771.593	2.377.240	2.377.240
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(1)	n/a	15.480	15.480	-	-
Contas a receber Eletrobrás – Aporte CDE	11	(b)	(1)	n/a	170.543	170.543	24.972	24.972
Outros ativos financeiros (**)		(b)	(1)	n/a	250.933	250.933	356.146	356.146
					10.055.140	10.055.140	8.094.924	8.094.924
Passivo								
Fornecedores	15	(e)	(1)	n/a	1.884.693	1.884.693	1.693.604	1.693.604
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(e)	(1)	n/a	7.221.542	6.416.990	6.889.549	6.766.129
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16 (****)	(a)	(2)	Nível 2	2.008.454	2.008.454	2.388.245	2.388.245
Debêntures - principal e encargos	17	(e)	(1)	n/a	7.791.402	7.859.140	6.195.239	6.396.903
Taxas regulamentares	19	(e)	(1)	n/a	32.379	32.379	110.776	110.776
Derivativos	34	(a)	(2)	Nível 2	2.950	2.950	445	445
Uso do bem público - UBP	22	(e)	(1)	n/a	83.176	83.176	79.813	79.813
Outros passivos financeiros (****)		(e)	(1)	n/a	148.220	148.220	172.136	172.136
					19.172.816	18.436.002	17.529.807	17.608.051

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Outros ativos financeiros incluem: (i) Cauções, fundos e depósitos vinculados, (ii) Fundo Vinculado a empréstimo em moeda estrangeira, (iii) Serviços prestados a terceiros, (iv) Reembolso RGR e (v) Convênios de arrecadação todos divulgados na nota 11.

(****) Outros passivos financeiros incluem: (i) Consumidores e concessionárias, (ii) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (iii) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (iv) Convênio de arrecadação, (v) Fundo de reversão e (vi) Aquisição de negócios todos divulgados na nota 22.

(*****) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma ganho de R\$51.238 no exercício de 2013 (perda de R\$88.206 no exercício de 2012)

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Empréstimos e recebíveis	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Mantidos até o vencimento	
(d) - Disponível para Venda	
(e) - Outros passivos financeiros	

a) Valorização dos Instrumentos Financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação no exercício e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício foi de R\$ 66.851 (nota 10), não havendo efeito no patrimônio líquido.

A Companhia registra no consolidado, em “Investimentos ao custo” a participação de 5,93% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.154 ações ordinárias e 18.593 ações preferenciais. Uma vez que esta Sociedade não possui ações cotadas em bolsa e que o objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia optou por registrar o respectivo investimento ao seu valor de custo.

b) Instrumentos Derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas (nota 16) possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
CPFL Paulista									
Morgan Stanley	32.868	-	32.868	30.240	2.628	dólar	09/2016	85.475	balcão
Bank of America Merrill Lynch	91.881	-	91.881	81.055	10.826	dólar	07/2016	497.080	balcão
Citibank	32.749	-	32.749	29.997	2.753	dólar	09/2016	85.750	balcão
Scotiabank	6.991	-	6.991	6.158	833	dólar	07/2016	49.000	balcão
	164.489	-	164.489	147.450	17.039				
CPFL Piratininga									
Santander	1.002	-	1.002	1.677	(675)	dólar	07/2016	100.000	balcão
Citibank	6.007	-	6.007	5.647	360	dólar	08/2016	12.840	balcão
Scotiabank	9.131	-	9.131	8.043	1.088	dólar	07/2016	64.000	balcão
	16.140	-	16.140	15.367	773				
CPFL Santa Cruz									
J.P. Morgan	2.089	-	2.089	1.962	126	dólar	07/2015	20.000	balcão
Banco Santander	614	-	614	773	(159)	dólar	06/2016	20.000	balcão
	2.703	-	2.703	2.736	(33)				
CPFL Leste Paulista									
Citibank/	3.067	-	3.067	3.026	41	dólar	09/2014	8.000	balcão
Scotiabank	3.082	-	3.082	2.930	151	dólar	07/2015	25.000	balcão
	6.149	-	6.149	5.956	193				
CPFL Sul Paulista									
Citibank	3.067	-	3.067	3.026	41	dólar	09/2014	8.000	balcão
JPMorgan	1.097	-	1.097	1.031	65	dólar	07/2015	10.500	balcão
Scotiabank	1.294	-	1.294	1.231	64	dólar	07/2015	10.500	balcão
Santander	675	-	675	851	(175)	dólar	06/2016	22.000	balcão
	6.133	-	6.133	6.138	(5)				
CPFL Jaguarí									
Citibank	3.118	-	3.118	3.079	39	dólar	08/2014	7.000	balcão
Scotiabank	1.602	-	1.602	1.524	79	dólar	07/2015	13.000	balcão
Santander	952	-	952	1.199	(247)	dólar	06/2016	31.000	balcão
	5.672	-	5.672	5.801	(129)				
CPFL Mococa									
Citibank	2.684	-	2.684	2.647	36	dólar	09/2014	7.000	balcão
Scotiabank	1.356	-	1.356	1.289	67	dólar	07/2015	11.000	balcão
	4.040	-	4.040	3.937	103				
CPFL Geração									
Citibank	47.628	-	47.628	44.477	3.151	dólar	08/2016	100.000	balcão
RGE									
Citibank	34.918	-	34.918	33.603	1.315	dólar	07/2017	128.590	balcão
J.P. Morgan	13.636	-	13.636	12.873	763	dólar	07/2016	94.410	balcão
Bank of Tokyo-Mitsubishi	22.563	-	22.563	27.652	(5.089)	dólar	05/2018	204.616	balcão
	71.116	-	71.116	74.128	(3.012)				
Subtotal	324.070	-	324.070	305.990	18.080				
Hedge variação de taxa de juros (1)									
CPFL Paulista									
Bank of America Merrill Lynch	(2.690)	-	(2.690)	451	(3.141)	CDI	07/2019	660.000	balcão
J.P. Morgan	(1.544)	-	(1.544)	166	(1.710)	CDI	02/2021	300.000	balcão
Votorantim	(482)	-	(482)	58	(540)	CDI	02/2021	100.000	balcão
Santander	(501)	-	(501)	61	(562)	CDI	02/2021	105.000	balcão
	(5.217)	-	(5.217)	736	(5.953)				
CPFL Piratininga									
J.P. Morgan	(448)	-	(448)	75	(522)	CDI	07/2019	110.000	balcão
Votorantim	(571)	-	(571)	83	(654)	CDI	02/2021	135.000	balcão
Santander	(407)	-	(407)	63	(470)	CDI	02/2021	100.000	balcão
	(1.426)	-	(1.426)	221	(1.646)				
RGE									
HSBC	-	(2.038)	(2.038)	341	(2.379)	% CDI	07/2019	500.000	balcão
Votorantim	-	(912)	(912)	92	(1.004)	% CDI	02/2021	170.000	balcão
	-	(2.950)	(2.950)	432	(3.382)				
CPFL Geração									
Votorantim	(780)	-	(780)	273	(1.053)	CDI	08/2020	460.000	balcão
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação cambial:									
CPFL Geração									
Votorantim	1.842	-	1.842	3.114	(1.272)	dólar	de 01/2014 a 12/2014	46.340	balcão
Subtotal	(5.581)	(2.950)	(8.531)	4.776	(13.306)				
Total	318.490	(2.950)	315.539	310.766	4.775				
Circulante	1.842	-							
Não circulante	316.648	(2.950)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2013 e de 2012, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Empresa	Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
		2013	2012 reapresentado
CPFL Energia	Variação de taxas de juros	323	356
CPFL Energia	Marcação a mercado	(469)	451
CPFL Paulista	Variação de taxas de juros	933	-
CPFL Paulista	Variação cambial	150.500	60.219
CPFL Paulista	Marcação a mercado	(38.759)	50.866
CPFL Piratininga	Variação de taxas de juros	303	207
CPFL Piratininga	Variação cambial	61.673	20.949
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	(20.454)	19.711
RGE	Variação de taxas de juros	798	498
RGE	Variação cambial	43.058	9.130
RGE	Marcação a mercado	(11.380)	4.596
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	273	167
CPFL Geração	Variação cambial	18.428	8.261
CPFL Geração	Marcação a mercado	(4.344)	5.676
CPFL Santa Cruz	Variação cambial	1.962	(789)
CPFL Santa Cruz	Marcação a mercado	(486)	453
CPFL Leste Paulista	Variação cambial	3.435	(87)
CPFL Leste Paulista	Marcação a mercado	(462)	653
CPFL Sul Paulista	Variação cambial	3.140	(226)
CPFL Sul Paulista	Marcação a mercado	(658)	676
CPFL Jaguari	Variação cambial	2.398	138
CPFL Jaguari	Marcação a mercado	(595)	454
CPFL Mococa	Variação cambial	1.966	130
CPFL Mococa	Marcação a mercado	(301)	403
		211.282	182.892

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2013 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) ⁽¹⁾	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de 11,3% ^(*)	Apreciação cambial de 25% ^(**)	Apreciação cambial de 50% ^(**)
Instrumentos financeiros passivos	(2.065.377)		(232.935)	341.643	916.221
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.067.289		233.150	(341.960)	(917.069)
	1.912	baixa dólar	216	(316)	(848)
Total do (aumento)/redução	1.912		216	(316)	(848)

(1) A Taxa de cambio considerada em 31.12.2013 foi de R\$ 2,34.

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 2,61.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&F. Em função da exposição líquida ser um ativo, o risco e baixa do dólar, sendo portanto o câmbio apreciado em 25% e 50% em relação ao dólar provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2013 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 8,02% a.a; IGP-M 5,51% a.a.; TJLP 5% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 728.835 (CDI R\$ 518.664, IGP-M R\$ 4.563 e TJLP R\$ 205.608). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Consolidado		
			Cenário I ^(*)	Elevação de índice em 25% ^(**)	Elevação de índice em 50% ^(**)
Instrumentos financeiros ativos	4.809.808		129.384	258.166	386.949
Instrumentos financeiros passivos	(9.525.193)		(256.228)	(511.265)	(766.302)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.751.749)		(47.122)	(94.025)	(140.928)
	(6.467.134)	alta CDI	(173.966)	(347.123)	(520.281)
Instrumentos financeiros ativos	952		6	20	35
Instrumentos financeiros passivos	(83.757)		(503)	(1.782)	(3.061)
	(82.804)	alta IGP-M	(497)	(1.762)	(3.026)
Instrumentos financeiros passivos	(4.112.160)	alta TJLP	-	(51.402)	(102.804)
Total do (aumento)/redução	(10.662.098)		(174.463)	(400.287)	(626.111)

(*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 10,71%, 6,11%, 5%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2013, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2013	nota explicativa	Consolidado							Total
		Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos		
Fornecedores	15		1.411.664	469.103	3.927	-	-	1.884.694	
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	9,47%	218.198	619.234	1.224.148	6.889.731	2.596.400	11.547.712	
Derivativos	34		(58)	(96)	95.410	(22.147)	5.195	78.303	
Debêntures - principal e encargos	17	11,32%	60.935	153.698	589.730	8.332.385	2.025.039	11.161.786	
Taxas regulamentares	19		32.379	-	-	-	-	32.379	
Uso do bem público	22	15,71%	335	670	3.016	23.475	606.184	633.681	
Outros	23		16.229	102.894	11.346	-	17.750	148.219	
Consumidores e concessionárias			13.281	29.653	869	-	-	43.804	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT			1.966	-	-	-	-	1.966	
Empresa de Pesquisa Energética - EPE			982	-	-	-	-	982	
Convênio de arrecadação			-	73.240	-	-	-	73.240	
Fundo de reversão			-	-	-	-	17.750	17.750	
Aquisição de negócios			-	-	10.477	-	-	10.477	
Total			1.739.682	1.345.502	1.927.577	15.223.444	5.250.569	25.486.773	

(35) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2013, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2013	Vigência	2014	2015	2016	2017	A partir de 2017	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 35 anos	6.934.427	6.476.494	6.953.001	7.419.250	80.708.487	108.491.659
Itaipu	Até 31 anos	1.321.531	1.364.646	1.427.711	1.403.059	15.968.203	21.485.151
Projetos de construção de usina (a)	Até 15 anos	728.818	7.743	11.931	12.937	202.422	963.852
TOTAL		8.984.776	7.848.883	8.392.644	8.835.246	96.879.112	130.940.661

(a) Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(36) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A Companhia possui os seguintes ativos e passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Consolidado		
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Ativos			
Consumidores, concessionárias e permissionárias			
Descontos TUSD (*) e irrigação	16.821	65.534	67.244
	<u>16.821</u>	<u>65.534</u>	<u>67.244</u>
Diferimento de custos tarifários			
CVA (**)	547.402	897.364	404.148
	<u>547.402</u>	<u>897.364</u>	<u>404.148</u>
Despesas pagas antecipadamente			
Sobrecontratação	170.084	74.885	27.364
Subvenção baixa renda - perdas	-	2.064	17.922
Neutralidade dos encargos setoriais	-	2.850	224
Reajuste tarifário	13.309	2.696	467
Outros componentes financeiros	41.608	92.582	53.180
	<u>225.001</u>	<u>175.078</u>	<u>99.157</u>
Passivos			
Diferimento de ganhos tarifários			
Parcela "A"	(1.454)	(1.443)	(1.337)
CVA (**)	(330.266)	(373.784)	(488.500)
	<u>(331.720)</u>	<u>(375.227)</u>	<u>(489.838)</u>
Outras contas a pagar			
Ressarcimento de reposição na RTP (***)	(138.621)	(242.987)	-
Descontos TUSD (*) e irrigação	(193)	(363)	(127)
Reajuste tarifário	(16.692)	-	-
Sobrecontratação	(29.928)	(28.919)	(48.367)
Subvenção baixa renda - ganhos	(5)	(22.813)	(17.010)
Neutralidade dos encargos setoriais	(34.745)	(66.985)	(97.138)
Revisão Tarifária - Rito Provisório	-	-	(32.181)
Outros componentes financeiros	(29.393)	(4.254)	(5.739)
	<u>(249.576)</u>	<u>(366.321)</u>	<u>(200.562)</u>
Total líquido	<u><u>207.928</u></u>	<u><u>396.428</u></u>	<u><u>(119.851)</u></u>

(*) Tarifa de uso do sistema de distribuição

(**) Conta de compensação de valores de itens da parcela "A"

(***) Revisão tarifária periódica

As principais características destes ativos e passivos regulatórios são:

a) Descontos TUSD e Irrigação

As controladas de distribuição reconheciam ativos e passivos regulatórios referentes aos descontos especiais aplicados à TUSD para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e às tarifas de fornecimento aplicáveis às atividades de irrigação e aquicultura.

b) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

c) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

d) Subvenção - Baixa Renda

Refere-se a subsídios concedidos aos consumidores com direito ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (Baixa Renda) por estarem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, independentemente do seu consumo de energia.

e) Neutralidade dos Encargos Setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

f) Revisão tarifária – Rito provisório e Ressarcimento de reposição na revisão tarifária periódica

A revisão tarifária de 2011 da controlada CPFL Piratininga deveria ter ocorrido em 23 de outubro de 2011. Apesar de não ter ocorrido de forma final, para fins regulatórios a ANEEL, através do Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu que os respectivos ativos e passivos regulatórios deveriam ser calculados com base na melhor estimativa. No dia 16 de outubro de 2012, a diretoria colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2012 da Companhia e foi considerado neste RTA de 2012 o impacto de 1/3 do componente financeiro da RTP de 2011. Através do Despacho nº 155, de 23 de janeiro de 2013, a ANEEL reviu a classificação contábil do rito provisório e criou a conta de ressarcimento de reposição na revisão tarifária periódica.

No dia 03 de fevereiro de 2013, a diretoria colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2012 das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa e foi considerado neste RTA o impacto total do componente financeiro da RTP de 2012. Através do Despacho nº 155, de 23 de janeiro de 2013, a ANEEL reviu a nomenclatura da conta de rito provisório e criou a conta de ressarcimento de reposição na revisão tarifária periódica. Os Pedidos de Reconsideração interpostos pelas controladas em face da decisão da ANEEL sobre a RTP foram julgados em janeiro de 2014, sendo reconhecidos parcialmente. Assim, seus efeitos foram considerados no RTA de 2014 (nota 38.7).

g) Outros componentes financeiros

Refere-se principalmente à exposição CCEAR (Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado), garantias financeiras, subsídios às cooperativas e permissionárias e ajuste financeiro TUSD G (Tarifa do uso de sistema de distribuição faturada às geradoras).

Adicionalmente, as distribuidoras tiveram em seu reajuste tarifário, componentes financeiros concedidos de modo a ajustar revisão tarifária ou reajustes tarifários anteriores.

(37) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transações oriundas de combinações de negócios				
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	-	-	(556.706)
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	-	-	-	695.093
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	514.644
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	-	-	-	82.841
	-	-	-	735.872
Caixa adquirido na combinação de negócios	-	-	-	(28.278)
Preço de aquisição a pagar	-	-	-	(1.408)
Preço de aquisição pago	-	-	-	706.186
Outras transações				
Redução de capital em controladas através de transferência de investimentos	-	56.701	-	-
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	33.528
Reversão de provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	(17.747)	(66.773)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	48.328	32.527
Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição	-	-	8.845	15.645

(38) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

38.1 Reajuste Tarifário Anual – CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa

Em 30 de janeiro de 2014, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias que fixaram o reajuste das tarifas das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa a partir daquela data. Os detalhes dos reajustes estão apresentados a seguir:

	<u>Resolução Homologatória</u>	<u>Reajuste tarifario anual - RTA</u>	<u>Percepção do consumidor (*)</u>
CPFL Santa Cruz	1.682/14	14,86%	26,00%
CPFL Leste Paulista	1.681/14	-7,67%	-5,32%
CPFL Jaguari	1.680/14	-3,73%	3,70%
CPFL Sul Paulista	1.677/14	-5,51%	0,43%
CPFL Mococa	1.679/14	-2,07%	-9,53%

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

38.2 Empréstimos e Financiamentos

38.2.1 CPFL Piratininga

Em 31 de janeiro de 2014, a controlada CPFL Piratininga contratou financiamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 151.875, junto ao Banco Citibank (Lei nº 4.131), sendo que todo o montante foi liberado na mesma data. Os juros serão pagos semestralmente e o principal será pago integralmente no final do 3º ano. Os recursos serão destinados para reforço de capital de giro e pagamento de dívidas.

38.2.2 CPFL Geração

Em 31 de janeiro de 2014, a controlada CPFL Geração efetuou a quitação antecipada de dívida em moeda estrangeira contratada junto ao Citibank no montante de R\$ 151.875, que originalmente estava prevista para ocorrer em parcela única em agosto de 2016.

38.2.3 Aprovação para captação de recursos

Em reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2014, foi aprovada captação no montante de até R\$ 2.467.500 pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Geração, através de (i) emissão de debêntures com prazo de até 6 anos; e (ii) empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 e/ou rolagem das dívidas atuais em moeda estrangeira com swap para CDI, Cédula de Crédito Bancário e/ou outras operações de capital de giro.

38.3 Aumento de capital - EPASA

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de janeiro de 2014 na controlada em conjunto EPASA, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$ 65.000, sendo que a controlada CPFL Geração subscreveu e integralizou o montante de R\$ 34.288, proporcionais à sua participação no capital social da EPASA.

Aos demais acionistas, foi oferecida a faculdade para o exercício do direito de preferência de subscrição de ações a serem emitidas, em até 30 dias contados a partir da data do Aviso aos Acionistas, publicado em 01

de fevereiro de 2014. Na mesma AGE, a controlada CPFL Geração manifestou seu interesse em subscrever as ações remanescentes, caso não haja o exercício do direito de preferência pelos demais acionistas dentro do prazo estipulado.

Decorrido o prazo estabelecido, as acionistas Eletricidade do Brasil S.A. e OZ&M Incorporação e Participação Ltda., exerceram parcialmente o direito de preferência na subscrição de ações que lhes era conferido no referido aumento de capital, tendo subscrito e integralizado os montantes de R\$ 14.000 e R\$ 1.000, respectivamente. Ainda, de acordo com o estabelecido no Aviso aos Acionistas, a acionista Eletricidade do Brasil S.A. manifestou seu interesse em subscrever as ações remanescentes, dentro do prazo estipulado em novo Aviso aos Acionistas a ser publicado em 12 de março de 2014. Está assegurado aos demais acionistas, por cláusula prevista em Acordo de Acionistas, o direito de exercer a opção de compra de ações remanescentes, eventualmente subscritas e integralizadas pela controlada CPFL Geração, no prazo de 12 meses a contar da data de integralização das ações remanescentes, com o objetivo de recompor sua participação ocasionalmente diluída.

38.4 Medida Provisória 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, introduziram mudanças nas regras tributárias federais, dentre elas a revogação do Regime de Tributação Transitória (“RTT”), a partir de 1º de janeiro de 2015. Entretanto, as companhias têm a opção de adotar antecipadamente a MP 627 a partir do ano calendário de 2014. Em caso de adoção antecipada, os contribuintes estariam isentos a qualquer exposição relacionada ao RTT, até a data em que a MP 627 foi emitida.

A Administração da Companhia e de suas controladas está avaliando os impactos destas alterações bem como o melhor momento para sua adoção, considerando ainda que esta MP ainda não foi convertida em lei, e que pode sofrer alterações até a sua conversão em lei. Em uma análise preliminar, a Companhia e suas controladas entende que não há e não haverá efeitos relevantes a serem considerados em suas demonstrações financeiras

38.5 Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. (“DESA”)

Em 17 de fevereiro de 2014, a controlada CPFL Renováveis e a DESA celebraram um acordo de associação. Essa associação se dará mediante a incorporação pela CPFL Renováveis da WF2 Holding S.A. - (“WF2”), que será detentora da totalidade das ações de emissão da DESA na data de sua incorporação.

Em virtude da incorporação, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis será aumentado pela emissão de novas ações da controlada, representativas de 12,63% de suas ações ordinárias. Esta participação poderá sofrer ajustes decorrentes das auditorias a serem realizadas e cumprimento das condições precedentes. A controlada CPFL Geração se manterá como acionista controlador da CPFL Renováveis, detendo mais de 50% de suas ações ordinárias.

A consumação da associação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, dentre as quais as devidas aprovações pela ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e por determinados credores da DESA e da WF2.

A consumação da associação está condicionada, ainda, ao resultado satisfatório das auditorias legal, contábil e financeira, de engenharia e ambiental a serem realizadas tanto pela CPFL Renováveis, em relação às operações da DESA, como pela DESA em relação às operações da CPFL Renováveis.

38.6 Aporte CDE – Decreto 8.203/2014

O Decreto nº 8.203 de 7 de março de 2014 aprovou o aporte CDE para neutralizar a exposição contratual involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. Os valores do recurso da CDE a receber, são como segue:

Distribuidoras	R\$ mil
CPFL Leste Paulista	1.057
CPFL Paulista	59.677
CPFL Piratininga	53.967
CPFL Santa Cruz	6.274
RGE	45.899
Total	166.875

38.7 Revisão Tarifária Periódica de 2012 (RTP) - Recurso Administrativo

Com relação à RTP, as controladas CPFL Mococa, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari interpuseram Pedido de Reconsideração em face da decisão da ANEEL. O julgamento do Pedido ocorreu em janeiro de 2014 com os seguintes resultados: (i) despacho 165 de 28/01/14 altera a revisão de 7,20% para 7,18% da controlada CPFL Mococa por conta da redução da base de remuneração; (ii) despacho 212 de 30/01/14 altera a revisão de 4,36% para 4,16% da controlada CPFL Santa Cruz por conta da redução da base de remuneração; (iii) despacho 166 de 28/01/14 altera a revisão de -2,20% para -2,00% da controlada CPFL Leste Paulista por conta do aumento da base de remuneração e perdas; (iv) despacho 211 de 30/01/14 altera a revisão de -3,72% para -3,78% da controlada CPFL Sul Paulista por conta da redução da base de remuneração; e (v) despacho 167 de 28/01/14 altera a revisão de -7,10% para -7,09% da controlada CPFL Jaguari por conta do aumento da base de remuneração.

38.8 Conclusão de aquisição pela controlada CPFL Renováveis

Em Comunicado ao Mercado de 27 de fevereiro de 2014, a controlada CPFL Renováveis informa a conclusão da aquisição de 100% das ações da sociedade Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Rosa dos Ventos") (nota 12.7).

O preço total de aquisição é de R\$ 103.367, compreendendo: (i) R\$ 70.296 pagos ao vendedor; e (ii) assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos de R\$ 33.071; os quais poderão ser ajustados até a data do balanço de fechamento, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2013 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2014, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

.

São Paulo, 26 de março de 2014.

WILLIAM BEZERRA CAVALCANTI FILHO
Presidente

DANIELA CORCI CARDOSO
Conselheira

ADALGISO FRAGOSO DE FARIA
Conselheiro

CELENE CARVALHO DE JESUS
Conselheira

HELENA KERR DO AMARAL
Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MURILO CESAR L.S. PASSOS
Presidente

RENÊ SANDA
Vice-Presidente

CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA
MARCELO PIRES DE OLIVEIRA DIAS
DELI SOARES PEREIRA
MARTIN ROBERTO GLOGOWSKY
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
Conselheiros

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
acumulando a função de Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

HÉLIO VIANA PEREIRA
Diretor Vice-Presidente de Operações

CARLOS DA COSTA PARCIAS JÚNIOR
Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Diretor Vice-Presidente Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTÔNIO CARLOS BASSALO
Diretor de Contabilidade e Planejamento Tributário
CT CRC. 1SP085.131/O-8



Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2013 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2014, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2014.

WILLIAM BEZERRA CAVALCANTI
FILHO

DANIELA CORCI CARDOSO

ADALGISO FRAGOSO DE FARIA

CELENE CARVALHO DE JESUS

HELENA KERR DO AMARAL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.9, em decorrência da mudança de política contábil referente aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Ratificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Decreto 7.945 de 7 de março de 2013

Sem modificar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 27, referente ao registro feito pela Companhia e suas controladas, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de abertura de 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011), apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório em 10 de março de 2014, contendo parágrafos de ênfase, sem modificação da sua opinião, referentes: (i) à diferença na avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, enquanto que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo; e (ii) à mudança de política contábil referente aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjuntos, conforme descrito na nota explicativa nº 3.8.

Campinas, 10 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes
Contador
CRC nº 1 SP 203310/O-6

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar – Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, relativamente as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Campinas, 10 de março de 2014.

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
acumulando a função de Diretor Vice-Presidente
de Relações Institucionais

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Diretor Vice-Presidente Administrativo

HELIO VIANA PEREIRA
Diretor Vice-Presidente de Operações

CARLOS DA COSTA PARCIAS JÚNIOR
Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

Proposta de Orçamento de Capital

RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS PARA INVESTIMENTOS

Propõe-se que o saldo remanescente dos lucros acumulados no valor de R\$ 108.987.000,00 (cento e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais) seja destinado à reserva de retenção de lucros para investimento de forma a assegurar o plano de investimento para expansão e preservação do negócio da Companhia previsto no orçamento para os anos de 2014 a 2018. Visando o atendimento ao artigo 196 da Lei 6.404/76, o orçamento de investimento, cujo resumo segue abaixo, deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Fontes	R\$
Retenção de Lucros (art. 196)	108.987.000,00
Financiamentos e geração de caixa	31.349.970,00
	<u>140.336.970,00</u>
Aplicação	
Expansão e preservação do negócio	140.336.970,00
	<u>140.336.970,00</u>